

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

Departamento Arquitectura, Urbanismo e Geografia

Ecomuseologia:
Proposta de Ecomusealização para o Concelho da Ponta do Sol

Ana Maria Rodrigues Bonito

Dissertação apresentada na ULHT para obtenção do grau
de Mestre em Museologia

Orientador: Prof. Doutor Mário Canova Moutinho

Co - orientador: Mestre Judite Santos Primo

ULHT
Lisboa
2005

Ecomuseologia:

Proposta de Ecomusealização para o Concelho da Ponta do Sol



Ao lugar da Ponta do Sol, espaço de múltiplas vivências.

AGRADECIMENTOS

Porque um trabalho de investigação desta natureza exige a colaboração de muitas pessoas, gostaria de expressar o meu agradecimento a todos quantos tornaram possível a sua execução.

À minha família, ao meu pai a quem devo o meu crescimento pessoal e profissional, ao amigo Carlos pelo incentivo e colaboração prestada na elaboração deste trabalho e todo o apoio imprescindível.

À minha co-orientadora científica por todo o apoio e disponibilidade evidenciada, bem como as suas críticas construtivas e estímulo para que fosse possível concretizar esta dissertação.

Aos meus colegas e professores de mestrado em Museologia no ano lectivo 2001-2002 agradeço a troca de saberes e experiências. Esta permuta tornou-nos mais ricos e mais sensíveis para a problemática da Ecomuseologia.

A todas as pessoas que se disponibilizaram para dar o seu contributo.

Aos colegas de trabalho expresse o meu reconhecimento pelas sugestões e palavras de encorajamento.

À minha colega e amiga Dr.^a Margarida Relva pela leitura cuidadosa do texto, pelas referências patrimoniais a abordar e por algumas dicas.

À Photographia - Museu Vicentes, na pessoa da Dr.^a Helena Araújo.

Agradeço, finalmente ao Museu Quinta das Cruzes, especialmente ao Conservador Escultor Amândio de Sousa e Directora Dr.^a Teresa Pais o inestimável apoio documental e logístico.

RESUMO

Esta proposta de Ecomusealização para o Concelho da Ponta do Sol, assenta na vertente da Ecomuseologia e do desenvolvimento local.

A partir de “testemunhos vivos”, de observação *in loco* e de documentação escrita constatamos vários patrimónios passíveis de serem salvaguardados.

Este estudo assenta na relação dos componentes do ternário matricial da museologia: o objecto /bem cultural, o sujeito /comunidade, um espaço/cenário.

A acção educativa e o exercício da cidadania devem contribuir para a consciencialização das potencialidades patrimoniais a serem dinamizadas *in situ*, contribuindo para a preservação, recuperação e valorização dos patrimónios tangíveis e intangíveis daquela comunidade.

ABSTRAT

This proposal of ecomuseolization in the municipality of Ponta do Sol consists in the ecomuseology and the local development.

Through “live testimonies”, investigation *in loco* and some written documents we found out some patrimony that could be preserved.

This work consists of the connection of the free most important components of museology: The object/ property, the subject/ community, a space/ scenery.

Education and the exercise of citizenship should cooperate for the consciensers of the patrimony to be kown *in situ contributing* to the preservation, recorvering and appreciation of the tangible and the intangible patrimony of that community.

ÍNDICE

Introdução	7
Metodologia e Fontes	10
1º Capítulo	
1.1- O aparecimento de novos modelos	13
Da museologia	14
Dos museus	22
Do Património: Cultura, memória, documento, bem cultural	26
O Movimento para a nova museologia	32
1.2 - Ecomuseologia	45
Os ecomuseus, museus locais, e museus “ <i>in situ</i> ”	47
Património tangível e intangível - herança cultural	55
1.3 - Os Ecomuseus em Portugal	66
A realidade museológica e ecomuseológica na Madeira	70
2º Capítulo	
2.1 - O Concelho da Ponta do Sol	75
O contexto Geográfico	76
Alguns aspectos Históricos do Concelho	78
2.2 - O Desenvolvimento Económico-social e cultural	84
2.3 - O Turismo e as especificidades do Concelho	107
O Ecodesenvolvimento Sustentável	117
3º Capítulo	
3.1 - Proposta de Ecomusealização	121
3.2 - Caracterização do Património Existente <i>in situ</i>	146
3.3 - Proposta de gestão patrimonial e desenvolvimento local	169
Conclusão	171
Bibliografia	173
Índice Remissivo e temático	181
Índice de mapas e de quadros	185
Glossário	187
Anexos Documentais	188

Introdução

De pedra em pedra se fizeram os “poios” que tanto caracterizaram as paisagens madeirenses, socalcos que preenchem a nossa paisagem e que aos poucos estão a ser substituídos por volumetrias de betão.

Na verdade como Marc Bloch afirmou “ *as paisagens são à sua maneira documentos*”. As paisagens e as pedras a que nos referimos serão os alicerces deste projecto de museologia.

- A primeira parte aborda conceitos de museologia e o património.
- A segunda caracteriza geográfica e historicamente o lugar ou sítio que pretendemos preservar no Concelho da Ponta do Sol.
- A terceira parte apresenta a musealização das referências patrimoniais *in situ*, invocando elementos de interesse patrimonial que incorporados num ecomuseu poderão contribuir para o ecodesenvolvimento do território sem prejudicar a identidade do lugar.

A preocupação subjacente ao Ecomuseu foi, desde sempre, a preservação e compreensão da identidade de uma localidade em constante mudança, e, assim, construir-se, ligado à noção de território, um projecto de valorização integrada de recursos locais. Subsequente à identificação de bens imóveis, de engenhos, moinhos, lagares, fábricas de manteiga, capelas – sobreveio a recolha de objectos etnográficos e documentos, aos quais passou a atribuir-se um estatuto de interesse patrimonial e museológico. A identidade do lugar e a conquista do espaço social passa pela busca da sua origem, dos seus antepassados.

Para a conceptualização sobre museologia analisamos diversa bibliografia, documentos fornecedores de informações, indicadores de memória. Estudámos algumas intervenções sobre reabilitações de sítios, de património industrial e de património histórico-cultural como exemplos bem sucedidos ao nível nacional.

Para evidenciar conceitos e questões fundamentais usámos a escrita da (s) palavra (s) iniciada por maiúscula ou escrita a negrito. Devemos esclarecer que todas as

traduções de citações de obras noutras línguas foram feitas por nós de forma espontânea pelo facto assumimos a sua inteira responsabilidade.

Tomando a Museologia como uma disciplina aplicada que compreende uma cadeia operatória de procedimentos, segundo a museóloga Cristina Bruno, procurámos aplicar esta cadeia operatória na programação da musealização dos nossos testemunhos do nosso fenómeno patrimonial.

Detivemo-nos particularmente nas perspectivas da Nova Museologia enquanto adequação desta área do conhecimento às necessidades das sociedades actuais.

Tivemos assim como obras de referência, entre outras, os “manuais” de procedimentos museológicos que se seguem:

- Tese de Mestrado sobre o Ecomuseu da Murtosa de Judite Primo;
- L a Muséologie selon G.H.Riviére;
- Experiências ecomuseológicas em artigos da Revista MUSEUM;
- Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável, lugar de vivência e reflexão;

Durante o processo de elaboração desta dissertação decorreram na ilha da Madeira e no Concelho da Ponta do Sol alguns avanços no campo museológico... A casa da Cultura John dos Passos, Instituição paramuseológica.¹

A força política dirigente do Concelho atravessou momentos desagradáveis na sequência de investigações policiais o Presidente da Câmara Municipal foi detido em Setembro de 2004. O departamento cultural, vive momentos de crise o vereador da cultura assume a presidência interinamente, e depara-se com dificuldades económicas e financeiras surpreendentes. Sente-se um grande descompasso entre o discurso e a prática dos organismos oficiais.

A escolha do espaço, delimitando o nosso estudo foi influenciada por motivos de ordem histórica.

Objectivos do estudo:

- Caracterizar o Concelho;
- Enunciar traços económicos sociais e culturais;
- Caracterizar o quadro sócio profissional do Concelho;

¹ Em anexo

- Fazer um inventário do Património e analisar o seu estado de conservação e revitalização;
- Propor que seja classificado e preservado em *in situ* como sitio de interesse Histórico.

Após os objectivos acima mencionados diremos que, a partir do conhecimento do meio, procuraremos apresentar, descrever e localizar os dados que consideramos mais importantes das referências patrimoniais em causa. Visamos compreender o espaço como realidade moldada pelo Homem desde a colonização da qual restam marcas físicas e vivências sociais e culturais que prevalecem nos nossos dias.

Quanto ao estudo e análise do lugar, partimos do princípio que devemos ter em conta uma das características fundamentais deste estudo, a musealização *in situ* evitando que sejam retirados do local onde fizeram a sua história. O crescimento demográfico em poucas décadas transforma completamente o rosto do lugar.

Metodologia e Fontes

Para esta abordagem realizamos uma reflexão a partir dos documentos básicos produzidos pelo ICOM/UNESCO, nos últimos 20 anos e publicados na revista *Museum*, nos trabalhos produzidos por profissionais comprometidos com o movimento “MINOM” da nova museologia e com as novas práticas comunicacionais no ciber espaço, Word Wide Web (www ou Web) sites de várias instituições governamentais e ongs relacionadas com esta temática.

Quanto ao estudo e análise do lugar, partimos do princípio que devemos ter em conta uma das características fundamentais deste estudo a musealização *in situ* evitando que sejam retirados do local onde fizeram a sua história.

O tratamento da informação recolhida colocou-nos o desafio de formar um pequeno centro de documentação. A construção de fichas para registos diversificados, levou-nos a usar os recursos informáticos. (para inventariar o espólio encontrado). Por isso valorizamos os documentos que encontramos, tentamos fazê-los “falar” em função das nossas questões e objectivos trazendo para o discurso museológico as vivências, rotinas, costumes daqueles que estão por detrás da escrita, dos documentos, porque se não forem preservadas desaparecerão para sempre.

Portanto a primeira preocupação foi *levar a cabo* um trabalho nunca antes realizado no Concelho, utilizando as referências patrimoniais existentes, mas com uma nova preocupação e outra interpretação, a nossa.

Indiscutivelmente a interdisciplinaridade dos saberes como contributo inovador foi a base desta investigação. A vertente escolhida da Museologia “diferente” a Ecomuseologia/Desenvolvimento Sustentado conjugada com a preservação e salvaguarda do Património Local “*in situ*” está aos poucos a ser compreendida pela população.

A originalidade do tema escolhido obrigou a uma pesquisa sobre assuntos internacionais relacionados com esta temática. Pensamos que o tema e a problemática a ele inerente é relevante e oportuna. O facto de acharmos relevante tratar agora esta questão baseia-se nas nossas preocupações do ecodesenvolvimento justo e sustentado.

A questão investigada foi devidamente tratada na medida das possibilidades existentes, apesar do nosso trabalho não ser do foro da antropologia, procuramos que os

argumentos sejam cientificamente fundamentados em registos gráficos, fotográficos e iconográficos.

A bibliografia disponível sobre o Concelho revelou-se muito escassa reproduzindo frequentemente dados em segunda mão. As monografias existentes sobre aquela localidade elaboradas por Adriano Ribeiro e Gabriel Pita foram *o leme* que nos conduziu a consultar outra documentação.

Não podemos considerar que as fontes utilizadas são amplos núcleos de documentação, mas o trabalho de campo e as recolhas etnográficas foram valiosas para este estudo. A investigação realizada e a documentação recolhida fez-nos tomar consciência que este trabalho implica um longo processo de aprendizagem contínua. O desenvolvimento da argumentação sofreu alterações sugeridas pelo orientador científico enriquecendo a temática escolhida. A leitura de outros trabalhos da mesma área científica foi a preparação para a investigação, assim como a observação *in loco* e considerações de especialistas e estudiosos da museologia.

O plano de trabalho pré elaborado foi composto por uma vivência no local, por investigação usando meios tradicionais de investigação e meios informáticos.

A bibliografia recolhida e as notas de leitura ajudaram a elaboração da argumentação. O plano de trabalho pré estabelecido foi-se alterando por vezes em consequência de acontecimentos político-sociais que ocorreram naquela localidade. Contudo manteve-se os objectivos pretendidos, a escolha do local e da área a estudar; fez-se uma pequena análise social e histórica da localidade; seleccionamos a problemática “Musealizar *in situ*” os vários “patrimónios” para fundamentarmos a nossa argumentação.

Fomos também bastante influenciados pelas experiências e vivências de trabalho na Escola Básica 2/3 da Ponta do Sol e no Serviço Educativo da Quinta das Cruzes Museu.

O trabalho de técnico pedagógico em contexto “museal” ou museológico desde 1996 contribuiu de forma positiva para algumas reflexões aqui apresentadas.

1º Capítulo

1.1- O aparecimento de novos modelos

1.2- Da museologia

Dos museus

Do Património: Cultura, memória, documento, bem cultural

O Movimento para a nova museologia

1.2 - Ecomuseologia

Os ecomuseus, museus locais, e museus “in situ”

Património Tangível e Intangível - Herança Cultural

1.3 - Os Ecomuseus em Portugal

A realidade museológica e ecomuseológica na Madeira

1º Capítulo

1.1 O aparecimento de novos modelos

Ao longo da História do século XX e de acordo com os contextos sociais, culturais e filosóficos até aos nossos dias a Museologia e a Patrimoniologia sofreram aceleradas e significativas mudanças.

As boas práticas da Museologia na actualidade são desde algum tempo definidas por princípios internacionais. Os profissionais que se dedicam ao estudo da Museologia, não se cansam de procurar um estatuto científico, que coloque a Museologia como ciência cujo objecto de estudo está relacionado com as problemáticas dos Museus e a cultura Museológica.

O desempenho e a interpretação científico-pedagógico destes estudiosos encontra bases nos conceitos de museu-instituição, museu-espço, objectos-colecções, coisas fabricadas pelo homem e para o homem, o facto museal, museu casa onde “desdormem inutensílios”. Procuram um estatuto científico que integra a Museologia no grupo das Ciências Sociais e Humanas, a partir de uma perspectiva histórica. Não pretendemos preterir as ideias de uns em relação aos outros, apenas admitimos que todos têm algo válido e importante nas diversas abordagens e reflexões. Estas dependem dos contextos e transformações sociais onde foram evidenciadas, das orientações filosóficas e políticas culturais adoptadas.

No texto “O campo da actuação da museologia” Mário Chagas (1994) refere que no Seminário Regional da Unesco sobre o papel Pedagógico dos Museus realizado no Rio de Janeiro em 1958, a museologia foi claramente definida como “ *a ciência que tem por objecto estudar as funções e as organizações dos museus*”. O mesmo autor refere que em 1963 no texto denominado Museu e Collezioni, publicado na Enciclopédia Universal dell`Arte, Luigi Salermo, afirmava que a “*Museologia se ocupava de todos os problemas do museu e sua finalidade é estudar, conservar, relacionar e tornar acessível para a actualidade os testemunhos da civilização*”.²

² CHAGAS, Mário de Sousa. “O Campo da Actuação da Museologia” Cadernos de Sociomuseologia nº2 – ULHT, Lisboa, 1994. pp.100

Da museologia

Provavelmente esta ciência encontra-se em construção embora alguns museólogos já a consideram como uma área do conhecimento e relacionam-na com outros ramos do conhecimento científico cujo objecto de estudo são os bens patrimoniais, estes provavelmente não estão suficientemente delimitados, segundo STRANSKY:

“ A Museologia é uma disciplina científica distinta e independente cujo objecto de conhecimento é uma relação específica do homem à realidade, expressa objectivamente em formas de museu variadas ao longo da história, e que são uma expressão e um reflexo parcial de sistemas de memória. A natureza da Museologia é aquela de uma ciência social; ela liga-se à esfera das disciplinas científicas de documentação da memória, e contribui especificamente à compreensão da sociedade humana.”

Zbyneck Stransky, (1980)

Portanto este autor relaciona o objecto de conhecimento com a relação específica do Homem com a realidade. Trata-se de uma área do conhecimento que estabelece as relações cognitivas e afectivas com as referências patrimoniais contribuindo para a compreensão das sociedades.

Foi a partir da segunda metade do século passado que a museologia ficou comprometida com as transformações sociais. As novas gerações de profissionais de museus nos seus textos referem com frequência as ideias defendidas por Waldissa Russio proclamando um novo fazer museológico:

“ A Museologia é uma ciência nova e em formação. Ela faz parte das ciências humanas e sociais. Possui um objecto científico, um método especial, e já experimenta a formulação de leis fundamentais. O objecto da museologia é o fato “museal” ou fato museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem, - sujeito conhecedor, e o objecto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. Esta relação comporta vários níveis de consciência e o homem pode apreender o objecto por intermédio de seus

*sentidos : visão, audição, tacto, etc. Essa relação supõe em 1º lugar e etimologicamente falando, que o homem “admira o objecto”.*³

Waldisa Russio Guarnieri, (1981)

Os textos de Waldissa Russio são um marco para a museologia Brasileira e Internacional, contribuindo para o enriquecimento de conceitos e o aprofundamento metodológico, configurando:

- Museu construído com a participação do cidadão;
- Museologia além do cenário do museu;
- Fato museal – “relação entre o Homem e Objecto”;
- Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e museologia;
- Intercâmbios entre os profissionais de museologia;

No entendimento desta autora o museu deve-se fazer com a comunidade, e não para a comunidade, a recolha de objectos e a musealização tem base em critérios de fidelidade, testemunhalidade e documentalidade, por este ponto de vista os documentos são considerados testemunhos fidedignos do Homem e do meio ambiente. Fica aberto de certa maneira espaço para operar com o meio físico natural e alterado pelo Homem.

Para P.V. Mensch (1994) em “O objecto de estudo da museologia” refere a seguinte tipologia de opiniões:⁴

- O estudo das finalidades e da organização dos museus;
- O estudo da implementação e integração de um número básico de actividades envolvendo a preservação e o uso da herança cultural e natural;
- A museologia como estudo dos objectos museológicos e da musealidade;
- A museologia como estudo de uma relação específica entre o Homem e a realidade.

Os objectos têm funcionado ao longo dos tempos e em muitas sociedades como elementos de diferenciação social mas também de sociabilização dos indivíduos. Há uma

³ Retirado dos textos fotocopiados fornecidos no seminário Museologia e Comunicação do Mestrado em Museologia na Universidade Lusófona 2003.

⁴ MENSCH, Peter van. “O objecto de estudo da museologia” Rio de Janeiro: UniRio/ UFG, 1994.

carga simbólica agregada a cada um dos objectos. Do sagrado ao profano, a importância dos objectos no quotidiano das pessoas assume tais dimensões que, alguns defendem alguns autores a destruição de um objecto pode simultaneamente ser a destruição de uma memória cultural.

Para evitar a destruição dos indicadores de memória Cristina Bruno (2002) no seu texto “A Museologia como uma pedagogia para o património” considera que:

“A Museologia surgiu e tem sido organizada como uma área de conhecimento, justamente para equacionar os aspectos técnicos, teóricos e metodológicos, relativos à constituição, implementação e avaliação dos processos que as sociedades estabelecem para a selecção, tratamento e extroversão dos indicadores da memória. É portanto, uma das áreas do conhecimento que se ocupa das formas de enquadramento dos bens patrimoniais e seus profissionais são agentes da educação da memória.”

(BRUNO, 2002:2)

Acompanhamos o pensamento da museóloga Cristina Bruno quando reflecte sobre os processos de musealização e a função preservacionista dos museus em amarrar as relações do universo patrimonial e o que é partilhado como herança cultural e legada para o futuro de geração em geração. Estes indicadores de memória juntamente com uma educação patrimonial estão presentes nas inquietações e reflexões de muitos museólogos.

No entendimento de Teresa Scheiner (1999) o museu será entendido enquanto fenómeno e enquanto processo livre e plural, em permanente e contínua mutação. Este novo posicionamento, esta nova maneira de ver as coisas e de encarar as situações no mundo contemporâneo, “*onde a ciência investiga a existência de um cosmos histórico, que vincula a história Humana à história da matéria e suas transformações*” pode ser um espaço de desordem⁵. Na sequência destas profundas alterações o ambiente do mundo contemporâneo está repleto de crises e descenças: a crise do sujeito, da comunicação da relação indivíduo e tecnologia.

⁵ SCHEINER, Teresa. “As bases ontológicas do museu e da museologia”, 1999. In: *A Construção do Pensamento Museológico Contemporâneo*.p.72 Selecção de textos, disponível em www.urbanismo-portugal.com/museologia/judite/.html [30-03-2004]

À luz destes novos paradigmas surgem profissionais que se dedicam ao “*estudo da relação científica do Homem com a realidade.*”

Mário Chagas nas suas investigações diz que nos séculos XVIII, XIX e num largo tempo do XX, os museus, as artes, e os monumentos desempenharam em triplo o seu papel:

- Educar o indivíduo
- Estimular o senso estético
- Afirmar o nacional

Os bárbaros e os escravos estavam colocados fora do alcance destes objectivos. Ainda segundo este autor era o Estado que normalizava o acesso do público aos museus, estabelecia a escala de valores, e regulamentava comportamentos, continuava a privilegiar as elites e favorecia os intelectuais e artistas que contribuíssem para a sua honra e glória, tal como as classes dominantes que os precederam.

A inovação reside a partir do momento em que há mudança de ideologia, no facto de as colecções entrarem no domínio do espaço público e estarem disponíveis à fruição de um público mais heterogéneo.

O discurso expositivo e os percursos museográficos são direccionados para o público fruir, e devem utilizar meios de comunicação adequados.

A linguagem museal compreende um conjunto de sinais linguísticos e de símbolos que significam todas as ideias e práticas museológicas.

Por musealização entendemos o processo constituído por um conjunto de factores e diversos procedimentos da “linguagem museal” que possibilitam que parcelas do património cultural se transformem em herança, na medida em que são alvo de preservação e comunicação. Esta elaboração, por sua vez, é fundamental para a consolidação da Museologia, mas diz respeito, também, a outras áreas de conhecimento, na medida em que a proposição deste “sistema estético musealizado” representa não só a convivência mental com as questões ligadas aos sinais, imagens e símbolos, mas, sobretudo a implementação de procedimentos adequados ao reconhecimento, tratamento e extroversão dos sentidos e significados dos indicadores da memória. Neste sentido, preocupamo-nos por um lado, com as fases da documentação e da inventariação dos testemunhos patrimoniais que são alvo de musealização, por outro lado, preocupamo-nos também em não negligenciar os campos da fruição, apropriação, educação e transformação das mentalidades. (CHAGAS, 2002)

Mário Chagas e Cristina Bruno afirmam que o interesse desta área do conhecimento reside no estudo da relação Homem / Realidade com grande preocupação na necessidade de identificar e compreender os comportamentos individuais e colectivos ao longo da História face ao património e da necessidade de transmitir em herança cultural a qual contribui para a nossa identidade colectiva.

Porque são testemunhos importantes de memórias e vivências colectivas de uma realidade social e histórica num determinado período, é importante salvaguardá-los, para as gerações futuras poderem usufruir e contemplar, assim como nós tivemos essa possibilidade.

Assim cresce a preocupação nos profissionais das Instituições Museológicas do seu papel relevante na sociedade e que necessitam de formação para um eficiente desempenho das suas funções com suportes teóricos e procedimentos metodológicos.

Os museus e a museologia têm passado por profundas transformações e têm sido tema central de grande produção intelectual, museólogos e outros intelectuais tais como ZTRANSKY (1980); W. RUSSIO (1981); MENSCH (1989); MOUTINHO (1989); BRUNO (1997); SCHEINER(1999); SANTOS (1999), CHAGAS (1999); PRIMO (2000); VARINE (2000) etc., nos seus textos todos estão de acordo que o principal objectivo do museu é preservar a memória social – testemunhada em seus diversos suportes com a finalidade principal de transmiti-la às sociedades, seja de que maneira for; turística, educacional, cultural através do objecto testemunho / objecto.

Descobrir e nutrir a vida do objecto, através de trabalhos de pesquisa, classificação e conservação, perceber e evidenciar os seus significados, através de uma linguagem adequada. A musealidade e os processos de musealização são responsáveis pela consciencialização acerca do património.

“Percebe-se, então, que embora assumindo muitas formas; do coleccionismo aos museus, destes aos ecomuseus, é possível constatar a continuidade do mesmo fenómeno; o Homem elege facetas (materiais e imateriais) do seu universo de vida, preserva-as para perpetuá-las. Essa atitude humana que dá origem às colecções e tem nos museus os grandes herdeiros institucionais, é a razão de ser da Museologia”.

(BRUNO, 2001:4)

Consideramos assim que o objecto da Museologia como disciplina científica segundo esta autora, consiste no aprofundamento da relação vital entre o Homem e o seu mundo, que ele necessita de conservar e explicar como condição de sobrevivência da sua identidade. É este o cerne da questão, dentro das Ciências Humanas que é próprio da museologia; o aparato das muitas ciências ou técnicas de que se socorre:

- da administração à química
- da informática às técnicas de comunicação visual
- dos conhecimentos específicos dos grandes ramos das Ciências Sociais e Humanas, todas estas são áreas subjectivas que fazem funcionar essa relação vital entre o Homem e o Mundo onde procura os contornos da sua imagem.

Referimo-nos às várias áreas: Arquitectura de interiores e exteriores; aos designers gráficos; aos engenheiros especialistas em electrotecnia, luminotecnica, climatologia, à concepção de suportes (vitrines); aos técnicos de segurança; à conservação preventiva, curativa e restauro.

O **objecto** é um artefacto produzido pelo Homem, constituído na maior parte das vezes por materiais orgânicos, alguns de extrema fragilidade, susceptíveis de alteração e degradação natural, ao longo da sua existência e, conseqüentemente, perecíveis. Muitas vezes queremos prolongar o tempo de vida útil dos objectos e dos bens culturais para além dos museus. O património cultural e toda a sua envolvência não cabe num edifício. O objecto / bem cultural é o elemento que durante a primeira metade do século XX define e caracteriza a Instituição – Museu.

Durante a segunda metade do mesmo século junta-se-lhe o elemento espaço / território constituindo o trinómio **objecto / bem cultural / espaço**.

Estes novos paradigmas baseiam-se em análises sobre as relações que se estabelecem entre o Homem e os vários segmentos da sociedade e os objectos das colecções aos diversos indicadores de memória, em um espaço/cenário/museu. Segundo BRUNO, e observando os quadros em anexo, a museologia serve para educar a memória através de uma selecção, do tratamento, da interpretação, dos indicadores de memória e das referências patrimoniais dos objectos.

As tarefas tradicionais dos Museus foram perdendo e ganhando prioridades consoante as sensibilidades, as atitudes e as orientações dos seus conservadores. A tarefa prioritária dos Museus na opinião de Adília Alarcão é conservar, todas as outras funções; adquirir, documentar, investigar, expor, divulgar etc. são transversais, apesar de serem a tarefa fundamental da museologia

*“Preservar é um dever iniludível e permanente;
Conservar é uma necessidade mais ou menos urgente;
Restaurar é uma opção que pode sempre aguardar.*

(ALARCÃO, 1993)

Nos finais do século XX Mário Chagas, museólogo com outra sensibilidade, defende que a tarefa mais importante do museu, não é a simples classificação e preservação de um bem que lhe atribui a condição de bem cultural, mas o processo de comunicação.

*“A preservação por si só não lhe confere, ao objecto ou mesmo não lhe restitui, o carácter de documento. A preservação não se justifica a si mesma, ela é um meio e não um fim. É necessário que ao lado da preservação se instaure o processo de comunicação.
É pela comunicação homem/bem cultural preservado que a condição de documento emerge.”*

(CHAGAS, 1994:44)

Museus, Arquivos e Bibliotecas guardam coisas, papéis, livros para serem usados por determinadas pessoas (públicos). Nestes três exemplos a identificação do lugar espacial e social, a identificação de bens culturais e a identificação dos usuários, públicos, fazem parte da mesma realidade e do mesmo processo histórico. Chagas sintetiza que os museus, arquivos e bibliotecas estão sustentados num trinómio composto pelos seguintes elementos: lugar ou espaço; objecto, livro ou documento; utilizadores, público ou visitantes.

Este trinómio no âmbito da museologia foi identificado como **ternário matricial** por ser a matriz de análise conceptual (CHAGAS, 1990).

“Ao afirmar que a museologia tem por objecto específico de estudo a relação entre o homem / sujeito e o objecto / bem cultural, num espaço / cenário denominado museu, (Rússio 1990:7-12) estava claramente adoptando este mesmo cenário matricial com ponto de partida para a delimitação possível de uma área de conhecimento.”

(CHAGAS, 2002)

É importante também explicar o conceito de documento, entendido como aquilo que ensina (docere) ou, mais precisamente, aquilo que pode ser utilizado para ensinar alguma coisa a alguém, (CHAGAS, 2002) refere no seu texto “Identidade nos museus e identidades dos museus”⁶, que: “(...) o documento é compreendido como “suporte de informações” que só podem ser preservadas e colocadas em movimento através da perquirição. É importante observar que as coisas não são documentos em seu nascedouro”.

(CHAGAS, 2002:11)

Esta **unidade conceptual** definida pela relação **Homem – bem cultural – espaço**, e de articulá-la com os conceitos de cultura, património, memória, documento e poder, tem vários níveis ou modos de apreender a realidade porque a afectividade, a intuição, o sensorial e o cognitivo também interferem nesta relação, assim como o prazer, o entretenimento e o lazer.

A cadeia operatória museológica defendida por Cristina Bruno, à qual chamou de **relação museal**, consiste em indicadores de memória, referências patrimoniais, objectos, colecção, acervo. Esta cadeia operatória que envolve esta relação museal, onde o Homem procura as suas referências, os objectos testemunhos transformados em colecção, bem patrimonial (bem cultural para CHAGAS), num cenário onde se desenvolve um processo educacional com uma função social de reconhecimento da identidade cultural, permite uma maior consciencialização da realidade e preservação do património. (Duas análises conceptuais bem cultural / bem patrimonial para consolidar o bem cultural com bem patrimonial).

A museologia tem várias componentes: Cultura, Património, Memória, documento e vários testemunhos.

⁶ CHAGAS, Mário. “Identidade nos museus e Identidades dos museus” Seminário Estudos aprofundados de museologia, ULHT, Lisboa, 2002, p.11

Do museu

O espaço de Museu ganha diversas formas através dos tempos. Foi local silencioso, com objectos reluzentes, de casa das múmias com cheiro a mofo e naftalinas, de coisas velhas e outros adjetivos, nos anos 80 passa a ter um lugar mais activo na busca de novos espaços, mais abertos, saindo da pseudo casa que o escondia. Novas instituições ligadas a museus (“paramuseus”) foram construídas a partir dessa década, casas de cultura, arquivos, bibliotecas, parques temáticos etc. Até mesmo a palavra museu ganha outros significados. Museu no sentido estreito de um edifício ou uma instituição em particular, mas dimensionou-se como metáfora potente e como um meio por onde as sociedades apresentam as suas relações com a sua própria história e desta com outras culturas.

Ao longo do tempo o significado da palavra museu sofreu várias conotações. As discussões e as práticas sociais desenvolvidas no campo museal ainda merecem análises mais profundas. As concepções de conhecimento, de estudo da relação do Homem com o seu universo patrimonial, suas formas de actuação e suas funções sociais, têm sido objecto de estudo.

Exposição, edição, e acção educativa são meios de comunicação através dos quais o museu cumpre o seu papel social, desenvolvendo com os utilizadores e com os públicos, formas de comunicação centradas nos testemunhos submetidos a tratamento museológico.

A definição de museu tem sofrido várias alterações, adapta-se às realidades e ao tempo; e a revisão do conceitos faz com que a definição sofra alterações:

A definição de museu vigente consta do artigo 2 #1 dos estatutos do ICOM 1995
“Uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire-os, conserva-os, transmite-os e expõe-nos especialmente com intenções de estudo, de educação e de deleite.”

(ICOM, 1995)

(Adoptada na 16º assembleia-geral realizada em Haia 1989, e modificada na 18º na Noruega em 1995.)

Desde a fundação do ICOM (1946) o conceito universal de museu define-se, evolutivamente com base na referência essencial da apresentação de colecções ao publico, mas João Carlos Brigola nas suas investigações refere que:

“(...) Já foi entendido como instituição central de cultura, local onde confluem ideias sobre as sensibilidades, o gosto, o saber científico, de uma época, onde se surpreendem as tendências colecionistas dos seus protagonistas as suas relações com o poder e a sociedade”.⁷

(BRIGOLA, 2004:7-10)

A mais recente actualização do conceito de museu pelo ICOM foi em Barcelona 2001, remete para uma sequência relativamente longa de tipos de entidades que lhe são equiparadas, ainda que usando outras denominações e, de facto revestindo modelos de organização bastante diversificados e proporcionando meios de comunicação também diferenciados, segundo os seus acervos e recursos museográficos. Continua porém a considerar-se essencial que tais entidades permanentes ou museus têm em comum o processo de comunicação com os públicos, baseando nos testemunhos ou acervos que incorporam, sem fins lucrativos e com uma função social e educativa.

Segundo a definição do ICOFOM Museu é:

“É um fenómeno ou acontecimento, tão antigo como o indivíduo e se expressa sob as mais diversas formas, no tempo e no espaço. Nome genérico dado a um conjunto de manifestações do génio humano. A base conceptual do Museu é a espontaneidade. Sem criação não há Museu”.⁸

Na mais recente Lei Quadro dos Museus Portuguesa – a Lei n.º 47/2004 aborda o conceito de Museu refere no art.º 3º .

1 – Uma instituição de character permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

- a) garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário,*

⁷ BRIGOLA, João Carlos. “Investigar em Museologia” In: Boletim Trimestral n.º RPM 2004.

⁸ Comité Internacional para a Museologia, (ICOFOM).

documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação com objectivos científicos, educativos e lúdicos;

b) facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

2 – Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico.⁹

Todas estas actualizações resultaram da acção dos profissionais da Museologia que nas suas investigações demonstraram a importância das várias componentes.

Em 1990 Waldissa Russo publica o “*Conceito de cultura a sua relação com o património cultural e a preservação*”, documento importante para o estudo da museologia e para a consciência da relação museal, definida como “*(...) relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objecto, parte da realidade à qual o homem também pertence e sobre o qual tem o poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado, o museu*”. Estes vários componentes relacionam-se no campo de actuação da museologia. Mas esta relação precisa de patrocínios ou financiamentos, é deste relacionamento, desta actuação que se ocupam os museus e núcleos ou processos museológicos e por consequência os museólogos. O Património Cultural e a Memória são as dimensões que conduzem a relação entre o indivíduo e o Objecto / Bem Cultural.

A cultura como papel de desenvolvimento humano e social pode ser entendida como:

⁹ www.rpmuseus-pt.org

- Meio de afirmação da comunidade no exterior
- Meio de gerar trabalho
- Factor de competitividade
- Mantêm a coesão social
- Reforça o sentido de cidadania

Os museus têm reavaliado suas posições, têm procurado aproximação, tem abordado problemas sociais, são “*Museus espaços de contestação e negociação cultural*” na reflexão de Andreas Huyssen (1994) , quando diz que:

“O papel do museu como local conservador elitista ou como um bastião da tradição da alta cultura dá lugar ao museu como cultura de massa, ou seja, como um espaço de mise en scène espectacular e de exuberância operística... O museu deve continuar a trabalhar com tais mudanças, deve refinar suas estratégias de representação e oferecer seu espaço como lugar de contestação e negociação cultural”.

(HUYSSSEN, 1994)

Subscrevemos a reflexão de Mário Chagas (2000), quando refere que “ *Nestes tempos de globalização – um nome para o velho imperialismo – os museus têm um papel importante. Eles operam com documentos / bens culturais com forte base espacio-temporal e são capazes de promover identificações (...) Os museus são espaços de resistência, uma vez que podem operar como identidades locais (em devir) frente à tentativa de massificação cultural*” (p.18)

À luz da situação política-social de cada época os museus podem transformar-se para fazer face às realidades sócio culturais em constante mudança, no sentido de valorizarem o papel destas instituições como instrumento de comunicação e informação, contribuindo para o crescimento cultural de toda a comunidade. A cultura vem sendo transmitida através de sucessivas gerações, sempre se renovando e se recriando num processo vivo e dinâmico, propiciando às regiões e às nações a possibilidade de construir a sua própria identidade e a manifestação dessa identidade, se revela através do seu Património Cultural que não se restringe somente aos bens culturais, móveis e imóveis representantes da memória e protegidos por leis e instituições governamentais.

Do Património:

Cultura, Memória, Documento, bem cultural

A cultura em sentido lato é um sistema dinâmico, evolutivo e interactivo, que se baseia no passado, nas memórias; é revivido e enriquecido no presente através de actividades criativas e inovadoras para se projectar no futuro de acordo com os padrões de modernidade.

Cultura é, acima de tudo, um modo de vida abrangendo diversas dimensões materiais que melhoram a nossa qualidade de vida. As dimensões culturais relacionadas com a memória, com o património cultural, com a criatividade em termos artísticos deixam de fazer sentido e dão lugar a uma visão alargada de cultura que abrange um conjunto de características partilhadas por uma comunidade, desde os modos de vida, as tradições, as crenças, os sistemas de valores e conhecimentos, memórias partilhadas, experiências, identidade, incluindo dimensões imateriais.

É amplamente reconhecida a importância e a necessidade de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas em todo o mundo, por monumentos, por sítios históricos e paisagens, Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em outros aspectos e manifestações transmitidos oral e gestualmente, recriados colectivamente e modificados ao longo do tempo. Essa porção intangível da herança cultural dos povos chama-se património cultural imaterial.

A questão dos bens imateriais ou intangíveis constitui um campo ainda imprecisamente delimitado. Não só se trata do mundo palpável dos edifícios, sítios naturais ou arqueológicos ou bens móveis, mas de “Saberes”, “modos de fazer”, “festas e folgedos”, constitutivos de modos de vida de actores sociais cujas diferenças são expressas em termos de direitos de cidadania.

Algumas questões podem ser levantadas:

- A contemporaneidade em vez de valor “histórico”;
- A inexistência de testemunhos monumentais,
- A imaterialidade do suporte.

Analisar o conceito de património Imaterial foi o tema da 21ª Conferencia Geral do ICOM realizada em Seoul. (2004)¹⁰

É importante definir os conceitos de valor, cultura, comunidade e de memória colectiva tal como são utilizados nesta investigação porque tem uma importância fundamental para a compreensão dos acontecimentos e dos assuntos seguintes.

Por valores devemos entender as relações sociais. Cada valor existe só com respeito a outros valores. Os valores não são absolutos, são criações simbólicas derivadas de práticas culturais enraizadas que existem unicamente em forma imaterial. Os valores se transmitem e se recupera a sua propriedade com o tempo. Cada geração lega à seguinte uma série de valores e as relações estruturais para entende-los. Por conseguinte, os valores encontram-se em constante transformação.

A cultura define-se com uma rede de sistemas simbólicas que tem sentido para grupos de pessoas pertencentes a determinadas gerações. Por ser fruto de processos históricos esta rede de sistemas simbólicos transforma-se constantemente.

A noção de comunidade refere-se a um conjunto de indivíduos que partilham e partilham um determinado conjunto de valores independente do contexto cultural a que pertencem. Por vezes é possível que uma sociedade em particular com uma cultura bem definida abranja muitas comunidades organizadas em volta de subconjuntos específicos de valores culturais.

As comunidades locais são grupos de pessoas que partilham uma série de valores e têm uma determinada base geográfica. Estas comunidades estão vinculadas a locais e contextos históricos concretos.

A origem etimológica da palavra cultura remonta ao final do século XVII, no termo germânico *kultur*, utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade. Apresenta tantas definições e significados, do latim *Colere*, “cultivar”, o termo adquiriu, na sua acepção mais ampla, o significado de obra humana. No sentido mais restrito, diz respeito às manifestações artísticas, (como pintura, teatro), às festas lendas e crenças tradicionais e até mesmo à formação escolar de uma pessoa.

A Cultura Erudita geralmente produzida nos meios académicos, universidades, centros de investigação e pesquisa, cuja principal forma de transmissão é a escrita, garantindo uma certa fidedignidade através dos tempos, identifica-se como a cultura das

¹⁰ “Museus e o Património Intangível”- 21ª Conferencia Geral do ICOM 02-08-2004 – Seul / Coreia do Sul.

classes dominantes da sociedade com a produção de indivíduos cultos, geralmente pertencentes a comunidades científicas.

A Cultura de Massa caracteriza-se por ser veiculada pelos meios de comunicação de massas, os “midia” (rádios, jornais, televisão, internet), fruto do desenvolvimento industrial e tecnológico, que ampliou o alcance dos meios de comunicação, exercendo uma grande influência sobre as populações chegando até a determinar tendências e modas.

A Cultura Popular, (híbrida) é aquela que não é produzida nos centros académicos, surge espontaneamente no meio do povo como manifestação colectiva; a transmissão é feita oralmente pela fala ou pela imitação, pela aculturação, mediada pelas relações familiares, de vizinhança, de amizade, de geração a geração, com manutenção de usos e costumes próprios peculiares a determinada comunidade.

A descodificação dos códigos culturais que identificam os grupos, é feita através de trabalho de campo, observação directa *in loco*.

Ser “culto” ainda é uma condição que engloba vários atributos, como ter razão, bom gosto, possuir conhecimentos, saber, estar informado, actualizado e ser formado ou licenciado. Outros valores estão implementados socialmente, nas camadas mais idosas porque no passado com a separação de classes sociais, os seus modos de pensar e de agir, eram bem diferentes. A cultura não se resume a um conjunto de serviços e actividades, mas sim ao modo de como as gentes vivem os seus quotidianos, com os seus valores intrínsecos. A cultura representa per *si* um valor indicativo da qualidade de vida das pessoas, das gentes proporcionando um maior alargamento de horizontes. Ela diz respeito a relações, memórias partilhadas, ideias herdadas, experiências vividas, conhecimentos, crenças e dimensões imateriais.

Na época em que vivemos assiste-se à industrialização da cultura, a difusão está facilitada pelas novas tecnologias de reprodução e comunicação, tudo tende para gostos semelhantes, a tendência caminha para uma cultura global, se não preservarmos a nossa cultura seremos absorvidos pela globalização, sustenta Garcia Canclini (2003) em “Políticas para a interculturalidade”, In “A Globalização Imaginada”.

Património por sua vez é uma palavra que estava na origem ligada às estruturas familiares, económicas, e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Foi requalificada por diversos adjectivos – Património genético, natural, histórico. O termo “património” remete para algo que nos foi transmitido por aqueles

que nos precederam. Em concreto, constitui “bens” que pertenceram e foram conservados pelos nossos antepassados dos quais nós passamos a ser “proprietários” individual ou colectivamente; ele é parte visível das nossas raízes num lugar e no tempo. Segundo Cristina Bruno (1996) Património é: *“um conjunto de bens, fruto das relações do Homem com o meio ambiente e com os outros demais homens assim com as interpretações dessas relações”*.

O conceito de património cultural tem-se modificado ao longo dos últimos anos. Do ponto de vista jurídico o património é uma noção que define todos os recursos que se herdam, bens mobiliários e imobiliários, capitais, etc. portanto, podendo ter um sentido privado e público, sempre com o objectivo de garantir a sobrevivência dos grupos sociais interligando as gerações, fazendo com que de uma geração a outra o património pode ser acumulado, perdido ou transformado.

Desde a segunda guerra mundial verificou-se um salto qualitativo e quantitativo em relação ao património cultural. Este processo chamado de “patrimonialização” está profundamente ligado ao espírito conservacionista. Desde a segunda metade do século XX verificamos a existência de uma nova sensibilidade face aos referentes culturais passíveis de serem patrimonializáveis. Através deste processo atribuem-se novos valores, sentidos, usos e significados a objectos, formas, modos de vida, saberes, conhecimentos, espaços e territórios.

Na visão contemporânea do património, a questão dos conjuntos urbanos surge como uma forte presença norteadora. Não se coloca mais o edifício isolado como o mais importante, mas privilegiam-se as relações de entorno e as paisagens urbanas coesas que referenciam o tempo histórico e ambientam as cidades, contribuindo para a identidade de seu povo. Nesta causa trabalham especialistas (arqueólogos, antropólogos, arquitectos, urbanistas, historiadores, etc.) sobretudo enquanto criadores de uma legitimidade patrimonial selectiva. Esta interdisciplinaridade dos saberes caracteriza os elementos culturais dignos de serem patrimonializados e reconhecidos como bem cultural, como bem da tutela pública de interesse municipal ou concelhio, o que antes não era reconhecido como tal.

Ancorados pela força da identidade cultural e como trincheira contra a globalização descaracterizadora surgem os movimentos pela preservação do nosso património imaterial ou intangível. Manifestações de natureza imaterial constituem importantes referências culturais e relacionam-se à identidade, à maneira e à acção dos grupos sociais. Incluem-se nesse conceito as formas de expressão e os modos de criar,

fazer e viver, considerando: os Saberes, as Celebrações, as Formas de Expressão e os Lugares. É o reforço desses ideais ligados à ética e à valorização da própria história que apontam para o conceito ampliado de herança histórica. A compreensão contemporânea do património deixou de se ater, apenas, às qualidades estéticas do bem em si, ampliando-se ao quotidiano da vida, no exercício da cultura e no desenvolvimento sócio-económico das comunidades.

O património não pode incluir tudo o que as culturas têm produzido e a “perda de património” leva-nos a espaços de despatrimonialização, mas na dinâmica cultural também por vezes assistimos a abusos de recuperação patrimonial e repatrimonialização de espaços esquecidos e abandonados.

O alargamento da noção de património, e os processos de recuperação e conservação foram abordados em “*Portugal Chão*” coordenado por J. Portela e Castelo Caldas (2003) e são os seguintes: Tradicionalista ou folclorista, construtivista, patrimonialista, produtivista, participacionista,

Actualmente o património cultural ou natural, não pode ser cedido, vendido, abandonado ou destruído, porque a nossa geração a nossa cultura actual nos faz responsáveis da sua salvaguarda, preservação e da sua transmissão às gerações futuras. Os nossos antepassados deixaram-nos “Testemunhos únicos” do seu saber fazer técnico, das suas crenças. A memória de um grupo ou de uma colectividade é uma construção do presente em constante processo de organização ou estruturação relacionada com a dinâmica social, não é estática, ela faz-se e refaz-se constantemente é um elemento da identidade colectiva que normalmente ganha mais relevância em momentos de crise, assegurando a coesão e a solidariedade do grupo.

Segundo Piere Nora (1990) é preciso criar lugares de memória, para que a memória exista em algum lugar. É preciso pensar a institucionalização dos lugares de memória como um entrecruzar de dois movimentos, de um lado, uma transformação em termos de reflexão por parte da história; de outro, o fim de uma tradição de memória. O lugar de memória é, portanto um marco na transição entre dois eixos. Em suas dimensões concretas, tais lugares vão remeter a museus, arquivos, cemitérios, colecções, festas, aniversários, tratados, entre outros signos de rememoração. Assim, no momento em que uma tradição da memória enquanto processo experimentado e vivenciado colectivamente começa a se esvaziar, é preciso criar marcos para preservar essa

memória. O modo como museus, arquivos, bibliotecas, e centros culturais guardam e alimentam memórias de um país de uma região, de uma cidade, é a sua identidade colectiva.

O acesso às informações e documentos que compõem a memória social é primordial para que a nossa sociedade da informação se transforme em sociedade do conhecimento.

As inúmeras possibilidades de se trabalhar com a memória passam pela vida de empresas, escolas, bairros, associações, grupos de emigrantes e festas tradicionais, entre outros. É assim que a memória é construída na nossa sociedade até fazer parte da nossa bagagem cultural. As diversas formas de registos surgidas ao longo da história têm de ser preservadas daí a importância da conservação preventiva para que a memória sobreviva às gerações futuras. *“É preciso ter cautela com os novos suportes da informação, quanto tempo durarão os novos e diversos materiais que eternizam nossas heranças culturais (literárias, filosóficas, religiosas, científicas, tecnológicas)”*.

(NORA ,1990)

Esta é a memória do papel, “memória transformada”, aquela que passou à História; mas existe a memória verdadeira, aquela do dia-a-dia, dos gestos repetidos, transmitida pelos grupos de geração em geração. A importância, desta memória, a memória individual, Colectiva, Nacional, Local é relativamente recente, só na segunda metade do século XX., é considerada pelos académicos.

O movimento para a nova museologia

A preservação do nosso património cultural e natural tem sido objecto de amplas discussões. Contudo boa parte das propostas de acção e de solução têm por base um conjunto de recomendações internacionais.

Ao longo dos anos estas recomendações têm sofrido adaptações, mudaram as concepções de património, novos desafios da evolução tecnológica, a degradação acelerada atribuíveis às intempéries, ocorreram mutações sociais e ecológicas; foi necessário estabelecer uma hierarquia dos bens culturais, uma legislação que os proteja e uma nova política museológica. Foram então criados organismos específicos e cabe aos cidadãos participativos constituírem-se em grupos e associações no sentido de alertarem e pressionarem as autoridades a agir. De entre os Organismos e Instituições destacam-se:

O **ICOM** foi criado na 2ª metade do séc. XX, a Europa confrontava-se com as sequelas do Pós – Guerra relacionadas com os bens culturais, assistia-se às pilhagens e à destruição de colecções museológicas, à destruição de monumentos. O património mundial estava empobrecido. O Conselho Internacional de Museus – ICOM, (The International Council of Museums) criado em 1946, por Chauncey J. Hamlin para promover e desenvolver os interesses dos museus bem como dos profissionais da Museologia e de outras disciplinas relacionadas com a gestão e as actividades dos museus, a nível internacional, é associado à UNESCO como uma Organização Não Governamental (ONG) com status consultivo no Conselho Económico e Social da ONU (Organização das Nações Unidas). Os objectivos da instituição são orientados para responder aos problemas e necessidades dos museólogos. É uma Associação sem fins lucrativos financiada pelos seus membros e patrocinadores. Organiza conferências, colóquios e debates a fim de promover maior contacto entre os vários profissionais da museologia, intercâmbio de ideias, projectos, etc.

O ICCROM – Centro Internacional de Estudos de Conservação e Restauração dos bens Culturais é um organismo intergovernamental que administra acessória técnica para a conservação dos sítios inscritos. Foi criado em 1956 e tem sede em Roma a partir de 1959.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e sítios foi fundado em 1965 por uma recomendação da carta de Veneza.

As bases ideológicas das cartas, recomendações e protocolos, nem sempre são respeitadas. A evolução dos conceitos fez com que um somatório de monumentos notáveis e isolados passasse a incluir a envolvimento humana e ambiental. A afirmação de Centros Históricos constituídos por conjuntos onde decorrem vivências humanas específicas, onde é desejável que a protecção e a salvaguarda do património tenha uma política mais vasta, incluindo a qualidade de vida das populações a valorização do passado através dos testemunhos materiais conservados, é um factor de prestígio e reforço da identidade da comunidade ou região.

A partir da década de sessenta o museu começou a ser contestado um pouco por todo o lado, tanto na Europa como na América. O primeiro acontecimento que afectou estas instituições aconteceu em França, na cidade de Grenoble, no decurso da 9ª Conferência Geral do ICOM, em Setembro de 1971. Em seguida, a 31 de Maio de 1972, em Santiago do Chile, uma mesa redonda organizada pela UNESCO reúne um grupo de especialistas e profissionais que reflectem sobre a interdisciplinaridade e a museologia e faz surgir um inovador documento de *Santiago*.

Se analisarmos através da história os vários movimentos museológicos verificamos uma adaptação constante às necessidades da sociedade.

Em “A Nova Museologia: Ficção ou Realidade” de Hugues de Varine 2000, destaca vários movimentos que contribuíram para este novo conceito de museologia:

- *os neighborhood museums nos UEA nos anos sessenta, que acompanharam a luta pelos direitos cívicos e pela identidade cultural das comunidades negras, hispânicas, etc.;*
- *os museus de ciências e técnicas na Índia, no mesmo período, que acompanham o esforço nacional de modernização da sociedade e de introdução de novas técnicas úteis para o desenvolvimento;*
- *os museus locais e escolares no México, no anos setenta, que aplicam comum sucesso maior ou menor os princípios do Seminário de Santiago de 1972;*
- *os primeiros ecomuseus “de desenvolvimento” na Europa e no Quebec, nos anos setenta e, sobretudo oitenta, que respondam a situações locais na crise social ou económica, bem como a uma vontade de participação comunitária no desenvolvimento;*
- *o aparecimento desde 1990, de uma geração espontânea de museus e iniciativas comunitárias ligadas ao património, (...).*

(VARINE, 2000)

Hugues de Varine afirma que a partir dos anos sessenta surge uma museologia diferente, uma ideia de museu diferente das concepções normais.

“Na concepção normal, o museu é apenas uma instituição, cujos objectivos e funções são determinados pela definição do ICOM, amplamente aceite no mundo inteiro. Existem modelos susceptíveis de serem copiados ou adaptados sem maiores perigos.

Na concepção “diferente”, (...) os movimentos fora-das-normas mencionadas acima, o museu, sem deixar de ser uma instituição, é essencialmente um processo cujo objectivo é contribuir para a transformação de uma realidade não dominada pela comunidade num recurso útil para o seu desenvolvimento, tanto presente quanto futuro.”

(VARINE, 2000)

A Revista Museum aparece cerca de 1948, a substituir a Museion, desenvolvendo assuntos relacionados com a organização racional do museu, às suas funções na educação e no ensino, na criação de revistas especializadas, o restauro de objectos de arte, e na organização de congressos e na fundação do ICOM (Conselho Internacional de Museus), dependente da UNESCO, momento a partir do qual podemos considerar que se esboçam os fundamentos de uma nova política museológica.

“Um novo Humanismo que descoisifica o Homem na sua relação com o museu autorgando-lhe uma preponderância sobre os objectos.”

(LEON, 2000:57)

Várias sessões de esclarecimentos realizadas pela Europa e pela América durante os anos setenta que vão sustentar as *Novas Museologias*, alterando significativamente o papel e funções dos museus na sociedade contemporânea, promovendo o aparecimento de novos museus e de novas aberturas em relação aos vários públicos.

Podemos afirmar que os três factores básicos que sustentam a nova museologia são: os documentos de reflexão realizados no ICOM/UNESCO; os trabalhos de algumas

ONGs relacionadas com museus e património e as manifestações sociais e suas transformações nos anos sessenta e setenta.

Apesar de alguns entraves, esta área do conhecimento vem-se afirmando e organizando, a hierarquia das suas estruturas prepara-se para novos desafios. Nas últimas décadas, movimentos de intelectuais produziram as seguintes Declarações que constituem o manifesto da Nova Museologia:

- 1972 ICOM – Mesa – Redonda de Santiago do Chile.
- 1984 Declaração do Quebec – base de uma nova museologia
- 1984 Declaração de Oaxtepec
- 1992 Declaração de Caracas
- 1998 Encontro de Coro

Nos anos sessenta nasce pois no interior do Conselho Internacional dos Museus, organismo dependente da UNESCO, uma corrente teórica metodológica que fundamentava a necessidade de criar experiências diversas em que o Museu se integra na dinâmica própria das comunidades: investiga conserva e difunde o património natural e cultural que estas possuem com o objectivo de fortalecer a identidade cultural e o desenvolvimento integral.

Uma década depois na Europa e no Canadá surgem os museus de território; neles tudo se relaciona com tudo o Homem e a Natureza.

A partir da década de 1970 a instituição museu passou a considerar o Homem no seu contexto histórico-cultural, valorizando os problemas da cidadania, a autonomia do Homem enquanto agente activo e participativo das produções históricas,

O museu deixa de ser o espaço silencioso cheio de objectos reluzentes, a casa das múmias e das coisas velhas, dos burgueses. O conceito tradicional em que o museu e a colecção eram pertença egoísta de alguém que guardava religiosamente os objecto como se tratasse de um tesouro, a concepção passiva, empoeirada e de cheiro a mofo foi ultrapassada. Os espaços de Museu hoje são pensados não só para as colecções mas também para as pessoas, são elas que dão sentido ao museu: sem as pessoas os museus são como baús fechados e esquecidos.

Analisando por outro âmbito, um conjunto de objectos não ordenados não forma uma colecção museológica, mas sim um aglomerado de coisas. Assim como a recolha, a colecta e a conservação só por si não constituem uma acção museológica.

Para haver uma acção museológica os objectos, os indicadores de memória, as referências patrimoniais tem de ser estudados e trabalhados de forma a possibilitarem uma leitura do passado e uma interpretação do presente.

Documentos produzidos em reuniões de trabalho entre 1958 até 1992, que contaram com a presença de profissionais de diferentes gerações e de diversas partes do mundo, constituem elementos edificantes da memória e do pensamento museológico contemporâneo são produtos das expectativas e dos desafios enfrentados pelos profissionais de museus; o museólogo passa a trabalhar em interdisciplinidade com outros. O grande desafio faz com que os museólogos trabalhem em equipa.

Federico Mayor director da UNESCO resumiu-o deste modo na XV conferência do ICOM: *“La institución distante, aristocrática, olímpica, obcecada en apropiarse de los objetos con fines taxonómicos, va dando paso, cada vez más y algunos eso les inquieta a una entidad abierta sobre el medio, consciente de su relación orgánica con su propio contexto social. La revolución museológica de nuestro tiempo que se manifiesta en la aparición de los museos comunitarios, de los museos “sans murs”, los ecomuseos, los museos itinerantes o museos que explotan las posibilidades aparentemente infinitas de la comunicación moderna tiene sus raíces en esta nueva toma de conciencia orgánica y filosófica”*.

A Mesa – Redonda de Santiago do Chile, ICOM, 1972, considerada por muitos profissionais como a primeira reunião interdisciplinar organizada pelo ICOM, 1972, definiu os princípios de base do museu integral.

Na abordagem do papel dos museus na América latina, os membros da Mesa Redonda analisaram as apresentações dos animadores sobre os problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico científico e da educação permanente. Desta surge **o conceito de museu integral** onde a instituição museu passa a ser considerada como um agente de desenvolvimento...

“ ... o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve;

que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando suas actividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas actuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais.”

Mesa Redonda de Santiago do Chile – 1972.

O Documento define um novo conceito de acção dos museus: **O Museu Integral**, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Com este novo conceito de museu, a instituição passa a ser entendida enquanto instrumento de mudança social, enquanto instrumento para o desenvolvimento e enquanto acção. Passando assim a trabalhar com a perspectiva de património global. (Entende-se por património integral o conjunto de bens que deve ser preservado para a identidade e integridade dos seres vivos).

A transformação das actividades museológicas exige uma mudança progressiva de mentalidades dos conservadores e responsáveis dos museus assim como das estruturas orgânicas de que estes dependem. As mudanças sociais económicas e culturais que ocorreram no mundo, em especial nas áreas subdesenvolvidas, constituíram um desafio à museologia. Este desafio é acentuado por Mário Moutinho quando afirma: “*O museu é uma instituição ao serviço da sociedade da qual é parte inseparável e da qual contém os elementos que lhe possibilitam a construção das consciências das comunidades que serve...*”.

A grande novidade reside, não na museologia em si mas na intervenção da museologia no desenvolvimento de uma sociedade.

“Não se deduza aqui que a Museologia Tradicional tal como foi definida pelo Conselho Internacional de Museus é no nosso entender uma museologia que subitamente perdeu a sua razão de existir, face a um novo projecto museológico.

Reunir, conservar, e divulgar testemunhos materiais do Homem e do seu meio e em particular expô-los para fins de estudo de educação e de lazer continuará a ser uma função fundamental da museologia. O que nós pensamos é que esta função assumirá toda a importância na história

da humanidade se for fecunda pelos princípios de uma nova museologia preocupada sobretudo com um projecto da intervenção ao serviço do desenvolvimento. Por um lado, constatamos que têm sido criados novos processos museológicos independentes dos museus existentes, reconhecendo assim que as ideias da nova museologia não tem por objectivo dar uma hipotética solução aos problemas da museologia tradicional, mas são sobretudo o desenvolvimento de práticas inovadoras buscando continuamente o caminho a seguir.”

(MOUTINHO, 1989:30-31)

Nas últimas décadas as sociedades ocidentais assistiram a grandes transformações a vários níveis. A sociedade civil mobilizou-se e começou a intervir e a denunciar factos. Estas mudanças ocorridas na sociedade reflectem-se nas instituições.

Relativamente às mudanças sociais e ao conhecimento multidisciplinar que se desenvolveu na década 70 e 80 contribuíram para as novas concepções que se manifestaram na Declaração surgida em 1984 no QUEBEC – CANADÁ.

“ A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objectivos, para melhor inserir sua acção naquelas ligadas ao meio humano e físico.”

Declaração de Quebec – 1984

O “*atelier*” evoluiu da ideia de novas formas de museologia até o reconhecimento de um novo movimento museológico no qual estas novas formas de acção museológica se legitimam: trata-se do **Movimento da Nova Museologia** que viria a ser formalizado no ano seguinte em Lisboa durante o **II Encontro Internacional – Nova Museologia/ Museus Locais**, sob a denominação de **Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM)**, organização que dois anos depois foi reconhecida como Instituição Afiliada ao Conselho Internacional de Museus (ICOM). Para a Nova

Museologia o essencial, era aprofundar as questões da interdisciplinaridade no domínio da museologia, facto que, contrariava o saber isolado, absoluto e redutor da museologia tradicional instituída, deixando, desta forma, espaço para uma maior reflexão crítica. Fala-se da existência de uma museologia de carácter social em oposição a uma museologia de colecções. Cria-se uma dicotomia entre **A Nova Museologia e A Museologia Tradicional**

“La participación comunitaria evita las dificultades de comunicación, característica del monólogo museográfico emprendido por el especialista, y recoge las tradiciones y la memoria colectivas, ubicándolas el lado del conocimiento científico.”

Declaração de Oaxtepec – 1984.

Neste documento é considerada indissolúvel a relação: **território- património-comunidade**; e propõe que a museologia, seja ela a Nova ou Tradicional, leve o homem a confrontar-se com a realidade por meio de elementos tridimensionais, representativos e simbólicos. Para tanto é necessário o diálogo e participação comunitária, evitando o monólogo do técnico especialista.

Relevando a dicotomia entre **Velha e Nova** Museologia, esta nova concepção introduz o conceito de Museologia Social. Em 1993 Mário Moutinho reflecte sobre este conceito, no seu livro *“Sobre o Conceito de Museologia Social*. Defende museus *“sans murs”*, preservação *“in situ”* e, justifica essa ideia com o argumento de que ao retirar o património do seu contexto, modifica-se a ideia original. A defesa da preservação *“in situ”* se deve ao facto de considerar o espaço territorial como área museográfica. Estas preocupações relacionam-se com o conceito de Ecodesenvolvimento que estava a difundir-se pela Europa.

Surge o conceito de Ecomuseu. – uma definição evolutiva segundo George-Henri Rivière,¹¹

“Um ecomuseu é um instrumento concebido, construído e desenvolvido conjuntamente por um poder público – através de técnicos e uma população concebem, fabricam e exploram conjuntamente. Deste poder, com os experts, as facilidades, os recursos que lhe proporciona. Desta população segundo suas aspirações, sua cultura, suas faculdades de aproximação.

Um ecomuseu é um espelho onde a comunidade se observa, para se reconhecer e reencontrar com a sua identidade, onde procura a interpretação do território ao qual está ligada tal como os habitantes e as populações que a precederam, quer no tempo, quer na continuidade das gerações. Um espelho que a população local oferece aos seus visitantes para melhor fazer compreender e respeitar o seu trabalho, os seus comportamentos, a sua identidade.

Ecomuseu é uma expressão do homem e da natureza. Situa a interpretação do homem no seu meio ambiente, não apenas no seu estado original e natural mas também nas adaptações que a sociedade tradicional e industrial reconhecem como suas.

Ecomuseu é Uma expressão do tempo, quando a explicação dada remonta ao período anterior ao aparecimento do homem e prossegue através dos tempos pré-históricos até à actualidade e à vida do nosso tempo. Oferecendo perspectivas para o futuro, mas sem a pretensão de tomar decisões, o ecomuseu tem por função a informação e a análise crítica sobre as aspirações dessas populações.

Ecomuseu é uma interpretação do espaço do espaço, dos locais e sítios a descobrir, a desfrutar, a visitar e a compreender.

Ecomuseu é um laboratório, na medida em que contribuem ao estudo histórico e contemporâneo dessa população e seu meio e favorecendo a formação de especialistas nas diferentes áreas em cooperação com as organizações de investigação exteriores à comunidade.

Ecomuseu é Um conservatório na medida em que ajuda a população a preservar e a desenvolver, valorizando o património natural e cultural dessa população.

Ecomuseu é Uma escola na medida em que envolve e motiva essa população com suas acções de estudo e trabalho da protecção do seu património, e na compreensão dos problemas de seu próprio futuro.

Esse laboratório, esse conservatório e essa escola inspiram-se em princípios comuns. A cultura que eles invocam tem que entendê-la em seu sentido mais amplo, ao tempo que se consagram a dar a conhecer a dignidade e a expressão artística das diversas camadas da população, daquelas que emanam as diferentes manifestações. No ecomuseu a diversidade não tem limites, tendo em conta as diferenças existentes. A população não se encerra em si mesma: recebe e dá!

22 de janeiro de 1980.”

(Georges Henri Rivière 1989: 191-192)

¹¹ Desculpem-nos a longa citação, mas pareceu-nos necessária para a concepção do conceito. RIVIÈRE, Georges Henti. “Définition évolutive de l’ecomusée”, In: *museum* n° 148, Paris, 1985, pp 182-183

Ecomuseu è um instrumento que um poder público e uma população concebem, fabricam e exploram em conjunto. É um património global social. O ecomuseu aparece no quadro da museologia como instrumento cultural de desenvolvimento, em que a participação é activa. Passa pela democratização do fenómeno museológico, por uma estrutura participada, resultante de uma junção de esforços, quer da instituição museu, quer da população.

A participação directa do público no museu, reflecte que o museu corresponde às expectativas da comunidade e que ela se revê no espaço e na acção da instituição, como um espelho. Uma expressão do homem e do seu meio natural, uma expressão do tempo, uma abertura sobre o amanhã, uma interpretação do espaço, que possa funcionar como um laboratório, uma plataforma de experimentação. Um local disponível para o estudo histórico e contemporâneo dessa população; um conservatório do património natural e cultural dessa população. Uma escola na medida em que desempenha um papel importante na informação, no debate de ideias e que incita a uma melhor análise dos problemas da comunidade. No ecomuseu a diversidade não tem limites, e deve responder também às necessidades das minorias étnicas, fazendo-as representar sempre que possível de forma a possibilitar a integração social e desenvolver sentimento de pertença.

Nova viragem de conceitos ou melhor reformulação de conceitos surge na Declaração de 1992 Caracas – Venezuela.

“A função museológica é, fundamentalmente, um processo de comunicação que explica e orienta as actividades específicas do museu, tais como a colecção, conservação e exibição do património cultural e natural. Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interacção da comunidade com o processo e com os produtos culturais.”

Declaração de Caracas – 1992.

Neste documento é analisada a actual situação dos Museus da América Latina, estabelecendo um perfil das mudanças sócio-políticas, económicas e tecnológicas nos últimos 20 anos do subcontinente e a transformação conceptual e operacional nas instituições museológicas. Entende-se que os museus da América Latina têm como desafio a relação do mundo com a Comunicação, o Património, a Liderança, a Gestão, e os Recursos Humanos. Redefine-se o conceito trabalhado na Mesa Redonda de Santiago, o de Museu Integral, para o conceito de Museu Integrado na Comunidade.

Estes documentos sobre novas condições do discurso museológicos, e os anteriores à década de setenta, referimo-nos a declaração do Rio de Janeiro de 1958, sobre a função educativa dos museus, a reunião em Nova Deli já se encaminhavam no sentido de alterar a situação estabelecida. A declaração de Caracas, de 1992, e as de Quebec e Oxtapec, de 1984 mostram a ideia de participação e preocupações sociais, a abertura do museu ao meio e a sua relação com o contexto social envolvente, faz com que as noções e os conceitos se alterem em relação às novas condições sociais e estruturas museológicas. Neste encontro de Caracas, o conceito de Património abrange o sentido de utilizá-lo como **recurso educativo**, o museu é entendido como uma acção dinâmica, participativa e activa integra um território a comunidade e faz parte do **património cultural**.

Um novo momento significativo das reuniões da Unesco realizou-se em 1998 Coro - Estado Falcón Venezuela e ficou conhecida pelo “Encontro de Coro”. A cidade de Santa Ana de Coro e o seu porto de vela, foi classificada e pela Unesco pelo seu valor histórico, cultural e arquitectónico, como Património Mundial da Humanidade. É reconhecida como cidade museu com cinco pontos de interesse, incluindo a sua vegetação xelófita e o Parque Nacional Médanos de Coro (Deserto com as suas características climatéricas e os seus oásis). Recebeu o reconhecimento como Património Cultural da Humanidade em 1993, ano em que foi proclamada a lei de Protecção e Defesa do Património Cultural. A partir deste acontecimento o Estado Venezuelano comprometeu-se na Protecção e defesa deste património de acordo com os regulamentos da Unesco.

A nova museologia veio sendo organizada em vários países, com propostas museais criativas, incluindo a participação de elementos da comunidade e tendo como

objectivo principal utilizar o património cultural como instrumento no exercício da cidadania e do desenvolvimento social.

Em toda esta dinâmica está subjacente a ideia das profundas mudanças vividas por parte dos museus nestas últimas décadas, exemplarmente resumidas por P. Van Mensch (1987:50). Nos seguintes tópicos principais:

- Deslocação da centralização no objecto para a centralização na comunidade,
- Ampliação do conceito de objecto museológico,
- Tendência para a preservação “*in situ*”.

Nestas bases, Maria Célia Santos, apontou os princípios básicos que norteiam as acções da Nova Museologia:

- *“Reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos;*
- *Utilização da memória colectiva como um referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade;*
- *Incentivo à apropriação e reapropriação do património para que a identidade seja vivida na pluralidade e na ruptura;*
- *Desenvolvimento de acções museológicas, consideradas como ponto de partida à prática social e não às colecções,*
- *Socialização da função de preservação;*
- *Interpretação da relação entre o homem e o seu meio ambiente e da influencia da herança cultural e natural na identidade dos indivíduos e dos grupos sociais;*
- *Acção comunicativa dos técnicos e dos grupos comunitários, objectivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social”*

(SANTOS, 2000:108-109)

As experiências da Nova Museologia fazem compreender que há novas formas diferentes de administrar museus e de desenvolver processos museológicos. Os novos exemplos tem demonstrado como é possível a gestão a partir de iniciativas da população e da participação dos cidadãos. *“Desmistifica-se a crença que há um único modelo de construir museus e de se trabalhar com o património cultural”*. (SANTOS, 2002:122)

No movimento da nova museologia surge uma nova vertente relacionada com o desenvolvimento local e o museu passa a ser um meio para esse desenvolvimento. Nesta nova vertente o objecto específico de estudo atribui-se ao património e às suas relações com a população. Património/ bem cultural/ dentro de um espaço/ cenário que pode, ou não, ser o museu. Esta vertente incide na função social da museologia, na memória colectiva e na educação para a cidadania.

O papel das associações, das jornadas, dos colóquios na divulgação e por vezes no acompanhamento destas experiências dispersas por vários continentes foi fundamental para este novo entendimento de museologia.

Surgem nas décadas de oitenta e noventa novas tipologias de museus nitidamente inspiradas nas ideias da Nova Museologia e marcadas por um conceito mais abrangente de património, associado aos conceitos de cultura material, comunidade território e identidade. Neste contexto, Portugal acompanha estes movimentos sociais e, é criado em Lisboa em 1985 o MINOM, Movimento Internacional por uma Nova Museologia, organização integrada no ICOM. O MINOM tem o seu nascimento legal no decurso do II encontro internacional da nova museologia, em Lisboa 1985, facto pelo qual foi precedido pelo I encontro internacional “Ecomuseus / Nova museologia” realizado no Québec – Canadá, 1984. Os seus principais membros são a França, Canadá, Portugal, Brasil, Itália, Espanha, Cuba, EUA, e México.

O “Minom” agrupa indivíduos e organismos dedicados a uma museologia activa, interactiva, preocupados com os problemas sociais e culturais. Defendem uma museologia aberta a todas as perspectivas que possam contribuir para o desenvolvimento local usando o museu como instrumento. Encontram-se regularmente para partilhar experiências humanas e técnicas, pouco conhecidas que caracterizam os ecomuseus, museus de vizinhança, museus comunitários, ecomuseus centros de interpretação museus “*in situ*”, etc. É geralmente um Fórum de Reflexão.

Podemos compreender as razões e os contextos sociais que estão na base deste movimento, a insatisfação dos profissionais de museus os documentos elaborados pelo ICOM, a revolução de Maio de 68 e as transformações sociais decorrentes, são pois os alicerces do pensamento e da prática museológica contemporânea, enquanto instituição cultural com funções sociais e educativas.

Criou-se então uma importante rede de museus comunitários e ecomuseus nas várias zonas do globo.

1.2 Ecomuseologia

Os Ecomuseus, museus locais e museus “*in situ*”

Museu tradicional = Edifício + Colecção + Público
Ecomuseu = Território + Património + População

Fonte: retirado dos apontamentos das aulas

O conceito de Ecomuseologia não parou de evoluir desde os anos 70. Aplicado à museologia por George Henri Rivière que introduziu as componentes tempo, a participação da população e o território, foi progressivamente concebido na perspectiva de museu integral.

Ao ecomuseus apareceram em França entre 1971 a 1980 e são definidos no dicionário enciclopédico Larousse, como:

“uma instituição cultural que assegura sobre um dado território as funções de investigação de conservação, de apresentação e de valorização de um conjunto de bens naturais e culturais representativos de um meio e dos sucessivos modos de vida que aí ocorreram.”

A filosofia ecomuseológica assenta em três pontos essenciais: o reconhecimento do papel dinâmico da comunidade e a sua relação com o museu; a extensão do conceito de património, através da incorporação de objectos do quotidiano pelo museu, tornando-os património “vivo”; a ligação do museu ao território, indissociável da conservação do património *in situ*, interpretado e valorizado na sua envolvente, quer social quer natural.

“O Ecomuseu, na sua variedade comunitária, tem como objectivo o desenvolvimento dessa comunidade. É seguida é uma pedagogia global que se apoia num património e em agentes, que pertencem ambos a essa comunidade. Enfim, é um modelo de organização cooperativa com vistas ao desenvolvimento e a um processo crítico de avaliação e de correcções contínuas.

Se portanto, na própria palavra, o factor «museu» remete exclusivamente à linguagem das coisas reais, o prefixo «eco» refere-se a uma noção de «ecologia humana» e às relações dinâmicas que o homem e a sociedade estabelecem com a sua tradição, meio ambiente e os processos de transformação desses elementos, quando alcançaram um certo estágio de consciência de sua responsabilidade de criadores.”

(VARINE, 2000).

O ecomuseu procura preservar, interpretar e divulgar a génese e a evolução da paisagem em que dada população tem a sua história: as etapas originais da fixação e colonização do território, bem como o uso que foi sendo feito dos recursos naturais. Isto vai dar a conhecer as verdadeiras raízes da população e ensina como o desenvolvimento regional se processou ao longo dos séculos.

Museus a Céu aberto ou museus ao ar livre e museus sem muros são denominações antigas, O mais conhecido museu de ar livre aparece por volta de 1870 na Suécia, em Estocolmo no parque Skansen, o primeiro museu activo que reúne no seu território um museu nórdico, um parque zoológico, um jardim botânico, aldeias preservadas, lagos e um Solar. Seguem-se na década de 20 outros exemplos em França e Espanha. O respeito pela natureza, o sítio, o local faz da paisagem uma forte aliada ao museu de ar livre, concepção que implica ter em consideração os seguintes aspectos:

- Participação e valorização do espaço em todos os aspectos
- Preservação, no sentido lato, de património natural e modificado, ou seja, construído.
- Sedimentação e divulgação das tradições e rituais característicos do local. Estes são os elementos mais frágeis e os primeiros a se perderem quando não transmitidos.

Durante o último quartel do século XX assistimos a uma ampliação do conceito de museu a céu aberto ou museu de ar livre para os actuais ecomuseus. Hugues de Varine e Georges – Henri Riviere¹² valorizam este conceito e defendem que estes

¹² Georges H. Rivière foi um dos profissionais mais expressivos do novo pensamento e das novas práticas museológicas, as experiências ecomuseológicas foram as suas buscas teórico-metodológicas, Hugues de Varine continua a defender o pensamento ecomuseológico.

espaços devem ter grande participação social, devem ser lugares de interdisciplinaridade em autogestão constante, actuando sempre extra muros.

“ (...) um instrumento que uma autoridade e uma população concebem, executam e gerem em conjunto... um espelho onde essa população se contempla para ali se reencontrar, onde ela procura uma explicação do território ao qual está ligada, juntamente com as gerações que a antecederam, na descontinuidade ou continuidade das gerações. Um espelho que esta população oferece aos seus hóspedes, no respeito pelo seu trabalho, pelos seus comportamentos, pela sua intimidade”.

(VARINE, 2000)

Museus Locais e Museus *in situ*

Conforme pode ser constatado, nas conclusões da IX Conferência do ICOM, cujo tema: “Os museus ao serviço do Homem, actualidade e futuro o papel educativo e cultural”, os anseios por mudança na instituição museu vieram das mudanças ocorridas na sociedade. *“Great changes in socite must lead to great changes in museums structure, it was said”*. Era necessário, pois redefinir a missão dos museus, seus métodos de exibição das colecções e, talvez, quem sabe, buscar um novo modelo para a instituição. Aliás, naquele evento, é reconhecido um novo modelo de museu, denominado *“neighbourhood museum”* que tem como objectivo a construção e análise da história das comunidades, contribuindo para a identificação da sua identidade, colaborando para que os cidadãos se orgulhem da sua identidade cultural, utilizando as técnicas museológicas para solucionar problemas sociais e urbanos. O modelo proposto teve como referencial o trabalho desenvolvido pelo Museu de Anacostia, em Nova York, apresentado pelo seu director, Jonh Kinard.

A musealização *in situ* funciona como elemento de divulgação e de preservação do património, os sítios musealisados podem ser considerados lugares de contemplação, espaços de reencontro, de resistência, e de busca pela construção do nosso património.

“Musealizar no local é ainda um dos modos de mais directamente ir ao encontro dos públicos, facilitando o acesso à problemática inerente á compreensão do planeta em que vivemos, removendo a barreira que a entrada dum museu ainda

constitui; para sectores alargados da população e talvez, também o facto de estarmos colocados fora do contexto tradicional da sala do museu, seja facilitador da descoberta de soluções museográficas menos formais, mais criativas, com maior capacidade de comunicação e proporcionadoras de várias leituras ou várias abordagens”.

(LOPES & PÓVOA, 1999:3)

O objecto isolado, descontextualizado, de nada serve à tentativa de reconstituição do passado. Perde-se a envolvência e, mais grave, perde-se a concepção cronológica. Todas as comunidades devem poder escolher os elementos culturais que pretendem preservar, o que consideram bom e devem também saber o que consideram inútil e supérfluo.

Para apreciar o que tem interesse ser conservado ou não, é preciso ter uma visão abrangente da História, da Sociologia ou mais conhecimentos gerais do Local, da população que aí viveu e se desenvolve, das suas actividades, dos seus mitos e projecções. Nem tudo o que é relevante figurará no património classificado a ser preservado; é necessário estabelecer critérios de importância relativa, de identificação, de valor histórico, económico, sociológico etc.

A vastidão do saber museológico salienta-se na relação entre museologia e arquitectura, história e sociologia, O saber ecomuseológico relaciona-se também com o urbanismo, o qual se fundamenta e organiza a partir de condições históricas, sociológicas, patrimoniais, ecogeográficas, políticas, económicas e técnicas, o *saber fazer* e a tradição oral, sempre ao serviço do desenvolvimento das comunidades. Alteraram-se os pontos de interesse segundo a museóloga Judite Primo:

“ O foco de interesse da museologia alterou-se completamente a partir do conceito de Ecomuseu, o qual propunha a acção museológica através da participação comunitária. Assim, a museologia passa a trabalhar com a noção de património e a preservação in situ, tendo como alicerce para esta nova acção museológica as pessoas, entendidas aqui como produtoras e inventoras dos bens patrimoniais. Nesta medida, para a ecomuseologia a dimensão humana é a base para o estudo, intervenção e uso fruto dos bens patrimoniais.”

(PRIMO, 2000: 47)

Os contextos, dos anos de 60 e 70 considerados marcos nas lutas sociais, propiciaram, também uma avaliação das instituições, provocada pelo movimento social, atingindo organismos como a UNESCO e o ICOM, conforme pudemos referir, anteriormente. Entretanto, nem sempre as directrizes e metas registadas nos documentos oficiais se transformam em acções concretas. O que se observa é que, no início dos anos 80, apesar da existência de um bom número de ecomuseus, museus comunitários, museus locais e museus ao ar livre, os profissionais que desenvolviam acções museológicas comprometidas com o desenvolvimento social e com a participação encontram resistências no sentido de que seus projectos fossem reconhecidos no universo museológico. O posicionamento do Prof. Mário Moutinho (1995, p. 26) citado por Célia Santos¹³ demonstra as dificuldades sentidas nesse sentido, bem como o descompasso entre o discurso e a prática, dos organismos oficiais:

“(...) desiludidos com a atitude segregadora do ICOM e em particular do ICOFOM, claramente manifestada na reunião de Londres, de 1983, rejeitando liminarmente a própria existência de práticas museológicas não conformes ao quadro estrito da museologia instituída, um grupo de museólogos propôs-se a reunir, de forma autónoma, representantes de práticas museológicas então em curso, para avaliar, conscientizar e dar forma a uma organização alternativa para uma museologia que se apresentava igualmente como uma museologia alternativa.”

(MOUTINHO, 1995:26)

O Ecomuseu pretende situar os patrimónios no espaço e no tempo, recorrendo aqueles que sempre utilizaram esses objectos para o continuarem a fazer, dando-lhes vida e restituindo-lhes o seu sentido prático, pois faz parte do ecomuseu tudo quanto tem valor cultural, está vivo e é utilizável pela população.

O conceito contempla a participação activa e voluntária da população nas actividades desenvolvidas. Implica motivar esclarecer, auscultar, envolver a população nos projectos a criar e a desenvolver.

¹³ SANTOS, Maria Célia Moura. “Reflexões sobre a nova museologia”, In: Cadernos de Sociomuseologia nº18 ULHT, Lisboa 2002, pp. 87-132.

Neste sentido o ecomuseu assume-se como agente da identidade cultural de um grupo, o motor cultural polivalente. Torna-se o espelho das comunidades locais, onde estas se revêem e se identificam.

A criação no norte da Europa, mais precisamente nos países escandinavos, dos primeiros museus de ar livre no fim do século XIX, conforme Robert Greig em “Outdoor Museums” trouxe uma perspectiva diferente neste tipo de instituições. As alterações introduzidas na concepção do espaço físico de instalação e nas características e modos de apresentar os acervos (os objectos). GREIG, 1983, p 225) estas inovações museológicas já na época constituíram-se como propostas de salvaguarda e interpretação de valores patrimoniais.

Segundo François Hubert¹⁴ (1985) a história dos Ecomuseus tem três fases: a primeira refere-se aos parques naturais com grande preocupação para a preservação “*in situ*”. A segunda fase é quando o território se constitui como elemento e a terceira fase quando a participação da população ou da comunidade se evidencia. É esta diversidade que caracteriza as primeiras experiências ecomuseológicas que surgiram em França.

Em 2002, durante o Fórum Internacional de Redes de Museus, Per-Uno-Agren apresentou uma reflexão sobre redes de museus locais:

“Permiti agora que recue no tempo e me refira à Suécia, onde as características do sistema museológico nacional se transformaram durante o processo de modernização que decorreu em finais do século XIX. Surgiram museus locais em grande número, muitos deles com aspirações regionais. Eram iniciativas locais por parte de professores, padres, funcionários públicos, médicos, todos eles imbuídos de um nacionalismo romântico adquirido durante os seus tempos de estudantes, mas vivendo então em diáspora na província. As pequenas colecções tiveram origem nos seus sonhos e no facto de testemunharem o desaparecimento da vida tradicional no meio circundante. Estes museus embrionários, passados alguns anos, ficavam normalmente na posse de associações de voluntários, e neles imperavam as mesmas ideias e os mesmos ideais presentes nas instituições nacionais.

(PER-UNO AGREN, 2002:18)

¹⁴ HUBERT, François. “Les Ecomusées en France: contradictions e déviations ». In *museum*, nº 148, Paris, 1985, p186

Não se pretende negar ao Homem rural os benefícios da tecnologia moderna, não queremos correr riscos, como afirma George Henri Riviére, de colocar uma população dentro de uma gaiola e o risco de a manipular

Podemos afirmar que o ecomuseu é a revelação do dinamismo duma vida humana local intimamente ligada á natureza e ao território, de forte equilíbrio ecológico, que tem como um dos principais objectivos, o desenvolvimento local, contemplando:

- Sensibilização da população para a importância da salvaguarda do seu património, solicitando a sua participação e mantendo com ela um contacto permanente;
- Identificação, inventariação, preservação e valorização do património cultural e natural, sempre que possível “*in situ*” e em actividade;
- Investigação e divulgação do património, promovendo “*work shops*” jornadas congressos encontros debates etc;
- Publicação de trabalhos relativos a comunidade e de interesse para a mesma.

Os anos 70 e 80 foram, então, marcadas por trabalhos museológicos inovadores, desenvolvidos em vários países, embora ainda não houvesse um intercâmbio internacional entre os diversos projectos naquele período e o reconhecimento e o apoio necessários. Destacaram-se as actividades de George Henri Riviére e de Hugues de Varine, presidentes do Conselho Internacional de Museus, que estabeleciam relações entre agentes organizadores de diferentes projectos, em um mesmo país ou entre países diferentes.

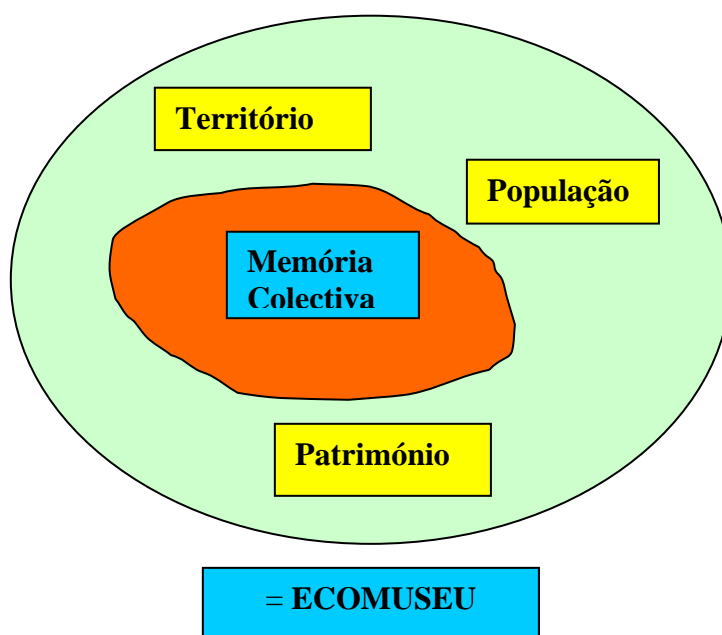
Nesse novo contexto, não pode deixar de ser destacado o surgimento dos ecomuseus, que foram o produto da insatisfação dos profissionais da área de Museologia, em busca de transformações, tentando afirmá-lo, em realidades bastante diversificadas, como instrumento necessário à sociedade: um património global. (que considera o Ambiente a grande preocupação). Mathilde Bellaigue (s.1. 1992) citada por Célia Santos,¹⁵ distingue os aspectos abaixo descritos como princípios básicos para constituição de um ecomuseu:

¹⁵ op cit

- Identificar um território e seus habitantes; inventariar as possíveis necessidades e seus anseios;
- Actuar, como os membros da comunidade, considerando-os donos reais do seu passado e actores do presente;
- Aceitar que não é necessária a existência de uma colecção para que seja instalado o museu. Neste aspecto, a concepção da instituição será no sentido comunidade-museu e não objecto-museu, como antes se concebia.

Nesta perspectiva a concepção da instituição projecta-se no sentido de comunidade-museu e não objecto-museu, como antes ocorria.

A referida autora chama a atenção para o facto de que é necessária a definição coerente do território de modo a permitir a comunicação entre a população e o museu, para que o processo de inventário seja realizado envolvendo todo o património cultural e natural, e que a gestão administrativa e as acções culturais e educativas sejam levadas a cabo através da participação dos técnicos e dos diversos grupos comunitários.



Fonte: Apontamentos das aulas

Nestas bases, Maria Célia Santos, apontou os aspectos abaixo relacionados como os princípios básicos que norteiam as acções da Nova Museologia:

- *“Reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos;*
- *Utilização da memória colectiva como um referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade;*
- *Incentivo à apropriação e reapropriação do património para que a identidade seja vivida na pluralidade e na ruptura;*
- *Desenvolvimento de acções museológicas, consideradas como ponto de partida à prática social e não às colecções,*
- *Socialização da função de preservação;*
- *Interpretação da relação entre o homem e o seu meio ambiente e da influencia da herança cultural e natural na identidade dos indivíduos e dos grupos sociais;*
- *Acção comunicativa dos técnicos e dos grupos comunitários, objectivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social”*

(SANTOS, 2000:108-109)

Este novo caminhar, estas novas atitudes fazem repensar no perfil do profissional de museus.

“ (...) o nascimento de museologias nacionais “incultas”, ilustrado pela multiplicação de formações universitárias em museologia, e de grupos locais de jovens museólogos (algumas vezes não tão jovens!) a multiplicação de museus locais devida a iniciativa comunitária, sem especialização disciplinar, e muitas vezes sem muito profissionalismo, mas levando em consideração a identidade e os projectos de um território e de uma população. A noção de museu como instrumento de desenvolvimento desconhecida antes de 1972, é agora largamente formulada e admitida. O mesmo ocorre com a noção de função social do museu. E também com a responsabilidade política do museólogo.”

(VARINE, 1995: 19)

Contrariando esta perspectiva e reflectindo sobre o que diz Margarida Lima Faria, (2001) a função social do museu no novo milénio é o resultado do processo de

transformação dos tecidos sociais e de condições de existência específicas. O próprio conceito de “função” está intimamente ligado a necessidades e objectivos conjunturais, e à forma como em cada contexto são definidas prioridades que determinam tipos de acção diversos.

“A função social dos museus não é mais dos museus do que das instituições sociais no seu conjunto e da sociedade no seu todo, no seu esforço de superar constrangimentos que possam pôr em causa o alargamento das possibilidades de escolha e a concretização de projectos de vida em comum.

*A função social dos museus é hoje apesar de tudo diferente da função social que lhe foi atribuída na sua origem.”*¹⁶

(FARIA, 2001:2)

Compreende-se que os condicionalismos sociais que estiveram na sua origem, nos anos 70, foram, substituídos pelos actuais e as populações que servem têm hoje necessidades e hábitos diferentes de há trinta 30 anos. Estamos no terceiro milénio, surgiram por toda a parte sociedades de desenvolvimento, sociedades metropolitanas, associações de desenvolvimento cultural e recreativo, observatórios culturais, amigos dos museus, amigos dos castelos, etc.

Actualmente a dinâmica museológica é muito diversificada. O museu é entendido como um microcosmo social onde estão reflectidas as forças e os jogos de interesse, as tensões sociais, de determinada localidade a que o museu pertence.

O que é um **eco-museu (?)** É um espaço e um tempo onde encontramos formas de chegarmos mais além. Onde a eternidade e o efémero se debatem. Onde os objectos comunicam e os ambientes estão carregados de “memórias”. Onde as paisagens olfactivas e gustativas nos convidam a penetrar e a partilhar identidades, sabores e odores. Onde os vários patrimónios se preservam.

¹⁶ Disponível em www.rpmuseus-pt.org./Pt/MargaridaFaria.html

Património Tangível e Intangível - Herança Cultural

A ideia de se criar um movimento internacional para a protecção dos sítios em vários países surgiu após a Primeira Guerra Mundial. A década de 40 marcada também pela 2ª Guerra e pela destruição que esta provocou no nosso património, acelerou o aparecimento de organizações empenhadas em realizar medidas legislativas e protectoras na defesa do património.

A Unesco - (United Nations Educacional Scientific and Cultural Organization) - foi criada em 1945 para promover a Paz e os Direitos Humanos. O principal objectivo desta organização da ONU, (United Nation Organization), de acordo com o seu acto constitutivo, é contribuir para a paz e segurança, promovendo a colaboração das nações através da educação, ciência e cultura, para aumentar o respeito universal pela justiça, a lei, e os direitos humanos e liberdades fundamentais para os povos do mundo, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. Um dos grandes objectivos da Organização foi sempre a promoção da paz e da cooperação internacional através da educação.

A organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO – propõe-se promover a identificação, protecção, e preservação do património mundial, cultural e natural, considerando de excepcional valor para a humanidade. Este objectivo está incorporado em um tratado internacional denominado *Convenção sobre a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural*, aprovado pela UNESCO em 1972.

No âmbito Internacional durante as últimas décadas, delinearam-se uma série de instrumentos jurídicos, convenções declarações, resoluções e recomendações relativas à protecção do património cultural, de tal maneira que as convenções e recomendações aprovadas pela UNESCO vêm enriquecer o Direito Internacional da Cultura e os direitos internos com a elaboração de leis próprias nos diversos países membros.

Em 1982 esta Organização conseguiu chegar a um acordo sobre a necessidade de uma definição mais abrangente para a cultura, além de ser um conjunto de características intelectuais e afectivas é também um conjunto de características materiais que caracterizam uma sociedade ou um determinado grupo social, inclui as artes plásticas, a literatura, os “*modus vivendi*,” os direitos e garantias fundamentais dos seres Humanos, os sistemas de valor, as crenças e as tradições.

Os recentes debates em torno do Património estabelecem uma fronteira entre os bens culturais de natureza material e os de natureza imaterial. As *nuances* existentes

entre as fronteiras, as dicotomias entre as categorias material e imaterial ou tangível ou intangível levam-nos a reflectir com mais cuidado esta fronteira. A “cultura” é analisada de diferentes formas, os antropólogos, os produtores e os gestores culturais têm diferentes pontos de vista sobre a dimensão intangível do património.

A combinação e sequência de várias convenções internacionais a concepção de património cultural foram sofrendo alterações:

- Em 1931 tem lugar em Atenas a primeira conferência internacional para a conservação dos monumentos históricos que reúne apenas países Europeus. É nesta conferência que surge pela primeira vez a ideia de património internacional, discutiram-se, então questões referentes aos espaços contíguos aos monumentos, o domínio patrimonial e o critério de monumentalidade.
- Em 1964 realiza-se a 2º conferência internacional para a conservação dos monumentos históricos em Veneza aberta a 3 países não europeus, Tunísia, México, e Peru. Na sequência do congresso internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, introduz uma alteração significativa em relação à 1º conferencia e ao conceito de património. Este passa a integrar além dos edifícios individuais com valor monumental, os conjuntos construídos e o tecido urbano: cidades bairros, centros históricos, etc. Dá-se início a uma concepção de património que mais tarde é considerado o património urbano. [1964 Carta de Veneza] - Carta internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios
- Em 1972 a Organização Mundial das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura Unesco criou a convenção do Património Mundial, cujo objectivo é incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados importantes para a Humanidade. A protecção e conservação dos bens declarados Património da Humanidade é da responsabilidade do País onde se localizam com a participação e apoio da Unesco nas acções de protecção pesquisa e divulgação com recursos humanos técnicos e financeiros do Fundo Património Mundial. Os países que subscreveram esta Convenção podem indicar bens culturais e naturais, estas candidaturas são avaliadas por comissões e aprovadas pelo comité do Património Mundial.
- Em 1972 - Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente.

- Em 1975 a Carta Europeia do Património Arquitectónico, proclamada no Congresso sobre o Património Europeu, em Amsterdão, veio afirmar que o património Arquitectónico testemunha a presença da História Humana e a sua importância na vida, constituindo uma parte essencial da Humanidade, sendo imperiosa a sua transmissão às gerações futuras. Entende a Europa como um todo e apela à conservação dos Centros Históricos.
- Em 1976 Carta do Turismo Cultural, o ICOMOS/UNESCO tem como objectivo promover os meios para salvaguardar e garantir a conservação, dos monumentos e sítios que constituem uma parte privilegiada do património da humanidade.
O Turismo Cultural é aquela forma de turismo com fruição de monumentos e sítios históricos ou artísticos, exercendo um efeito relevante sobre estes, contribuindo para a sua manutenção e protecção exigindo esforços da comunidade humana, mas com benefícios económico e sócio culturais para a população implicada.
- 1976 Conselho da Europa A arquitectura Rural no Ordenamento do Território
- 1976 em Nairobi, Quénia 19ª conferência da ONU salvaguarda de Conjuntos Históricos
- 1980 na Austrália organizada pelo ICOMOS a Carta de BURRA muito importante para a protecção do património paisagístico.
- 1982 Carta de Florença – sobre jardins Históricos, tem como principal factor apresentar o jardim como um monumento vivo produto da criação do Homem, os Jardins passam a ser considerados uma arquitectura não perpétua, mas renovável, por isso possível de restauro conservação e restituição. Constituiu uma novidade para a época incluir estes conceitos no património edificado.
- 1987 Carta de Washington em Novembro Carta Institucional para a Salvaguarda das cidades Históricas, aprovada na Assembleia Geral do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, reconhece a carta de Toledo 1987 (Carta internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas).
- 1990 Carta Internacional para a protecção e gestão do Património Arqueológico LAUSANNE, organizada pelo ICOMOS
- 1991 a carta de Digne, Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra, aprovada no Simpósio Internacional sobre a Protecção do Património Geológico, Digne – les - Bains. Reconhece o carácter único da Terra, com 4500

milhões de anos é o berço da vida, (...) dos seres vivos. A nossa história está intimamente ligada ao planeta terra. Assim como uma árvore guarda a memória no seu tronco, também a Terra conserva a memória do seu passado, registada em profundidade ou à superfície, registo esse que pode ser lido e traduzido.

- 1992 a UNESCO, Define pela 1ª vez o conceito de paisagem cultural abrangendo obras conjuntas do Homem e da natureza.
- 1997 Documento de Mercosul – Carta de Mar de la Plata, relacionada com o património intangível.
- 1999 a Carta do Turismo Cultural – respeitante à circulação de pessoas e à ocupação activa e cultural dos tempos de lazer, provocou algumas discussões e em determinados aspectos pôs em causa a autenticidade do património levando-o a uma folclorização.
- 2000 Carta de Cracóvia, sobre a conservação de património construído. A carta de Cracóvia 2000 – princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído é o um documento internacional sobre a temática da Conservação e restauro do Património. Documento normativo, procura ser um guia para as intervenções levadas a cabo pelas instituições responsáveis. Este documento é um seguidor fiel da princípio da Carta de Veneza, A carta de Cracóvia procura acompanhar o processo de unificação Europeia e conseqüente complexificação daquilo que pode ser considerado património, traduzindo a diversidade cultural crescente e a afirmação das comunidades.
- 2002 Declaração sobre a Diversidade Cultural , organizada pela Unesco.
- 2003 Seul – Coreia, Declaração de Seul sobre o património Imaterial, 21ª Assembleia-geral do ICOM, toma como sua a convenção da UNESCO de 2003.

Surgiram, pois, um sem número de cartas e recomendações neste âmbito. Muitas apenas renovam as intenções anteriores, internacionalizando estes conceitos para outras áreas geográficas, outros pontos do planeta.

O ambiente global é tema de grandes preocupações e discussões no Rio de Janeiro, confirmadas no recente Protocolo de Quioto, que visa a redução de emissão de gases poluentes responsáveis pelo efeito estufa, que está a provocar alterações climáticas no planeta Terra.

Algumas das citadas cartas patrimoniais visam a preservação *in situ*, recomendações que nos anos 70 e 80 influenciaram a prática ecomuseológica, fazendo de certa maneira com que possamos intervir conscientemente no futuro da Humanidade.

A *Patrimoniologia* desenvolve uma política de defesa, salvaguarda, valorização dos bens culturais. Investir, recuperar, valorizar são hoje palavras fundamentais, mas nem sempre foi assim.

Durante décadas em Portugal o património esteve voltado ao abandono e esquecimento salvo raras excepções. Durante muito tempo nem o Estado nem as Administrações Locais consideraram prioritário o investimento na área de recuperação do património. As transformações políticas e sociais que ocorreram após o 25 de Abril facilitaram a introdução dos novos conceitos relacionados com as medidas de protecção patrimonial. Apareceram movimentos associativos locais de defesa do património. O Movimento das Forças Armadas (MFA) desenvolveu campanhas de dinamização cultural através da qual pretendeu democratizar a cultura. É neste contexto que Michel Giacometti lidera um levantamento patrimonial nacional. “*A cultura não se impõe: a cultura nasce do povo(...)*”¹⁷.

E as mudanças não se deram de um dia para outro, foi um fenómeno lento e gradual começando a ser visível, nos anos 80, com a criação do Instituto Português do Património Cultural, IPPC. Aparece então nos média algumas discussões polémicas sobre patrimónios vários.

“A ideia base era criar um organismo dependente que tutelasse a aplicação das leis relativas à protecção e salvaguarda do património arquitectónico em geral, emitindo pareceres vinculativos, classificando e criando áreas de protecção.”

(ROSA AMARAL, 2003)

Uma política patrimonial consistente só surgiu mais tarde em 1992 com o nascimento do IPPAR. As principais atribuições do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico são o estudo, classificação, protecção, recuperação, valorização e divulgação do Património classificado português.

¹⁷ Boletim Informativo das Forças Armadas, Movimento nº4, 12 de Novembro de 1974

Todos estes projectos de restauro, reabilitação e valorização do património, por muita vontade política que possa haver e muitas teorias que possam suscitar tem como principal objectivo devolver à sociedade, uma sociedade cada vez mais informada e exigente, parte da sua História.

A Conferência sobre a protecção do património cultural e natural, saída da 17ª conferencia Geral da UNESCO, em Paris (1972), classificava assim os legados a proteger as seguintes categorias do património:

“

- *Os monumentos: obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou esculturas de carácter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor excepcional do ponto de vista histórico, da arte ou da ciência.*
- *Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, cuja arquitectura, unidade e integração na paisagem lhes dê um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.*
- *Os lugares: obras do Homem ou obras conjuntas do Homem e da Natureza, assim como as zonas , incluindo as estações arqueológicas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”*

Na 19ª Conferência Geral da UNESCO (Nairobi, 1976) redigiu-se a recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e a sua função na vida contemporânea:

- a) *Considera-se “conjunto histórico” ou tradicional todo o grupo de construções e de espaços, inclusive as estações arqueológicas e paleontológicas que constituem um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, estético ou sócio-cultural.*
- b) *Considera-se o “meio” dos conjuntos históricos o marco natural ou seja construído, que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou se vincula a eles de maneira imediata no espaço ou por laços sociais económicos ou culturais.”*

A Lei que rege o nosso Património foi actualizada em 2001. Para regular os conceitos a lei n.º 107/2001 estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural Português.

As várias alterações que têm sido introduzidas são fruto das recomendações das instituições internacionais especializadas que ao longo do século XX envolveram-se na salvaguarda e defesa do Património mundial, fazendo com que cada País elaborasse a sua própria lei. E são muitas vezes apenas a adopção de referências e recomendações de documentos produzidos a nível internacional.¹⁸

Perante a consciência que tudo pode desaparecer por acção do tempo ou do Homem, apenas um eficaz registo, como sugere a Lei e as várias recomendações, nos ajuda a conservar a memória do que antes foi. É sem dúvida um grande desafio desenvolver uma ética de conservação do património numa época em que a globalização económica conduz as nações para um desenvolvimento acelerado e pouco preocupado com as consequências para o futuro.

No artigo 2º a Lei portuguesa (nº107/2001) estabelece o seguinte conceito e âmbito de Património Cultural.

A Lei do Património Português (Lei nº 13 / 85 de 6 de Julho) declara ser este, património, constituído por *“todos os bens materiais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”*.

De acordo com as orientações da Unesco, a Lei portuguesa classifica os bens patrimoniais imóveis em monumentos, conjuntos e sítios.

- Por **monumento** entende-se não só obras de arquitectura e composições importantes, mas também criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico científico técnico ou social, incluindo instalações e elementos decorativos que delas fazem parte, bem como obras de escultura ou pintura monumental.
- Os **conjuntos** são definidos com agrupamentos arquitectónicos, urbanos ou rurais de suficiente coesão a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis simultaneamente pela sua unidade e integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico científico ou social.

¹⁸ Em anexo, lista dos principais documentos produzidos a nível internacional

- Os sítios ou lugares são obras do Homem ou obras conjuntas do Homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, e igualmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social.

Relativamente aos bens culturais móveis, a designação abrange todos os testemunhos da criação humana ou da evolução da natureza ou da técnica, designadamente obras de pintura, escultura e desenho, manuscritos, e todos os objectos de natureza religiosa ou profana considerados de valor nos domínios científico artístico ou técnico.

A lei nº 107/2001 actualizada em 8 de Setembro de 2001 define normas de protecção do património, bem como as obrigações do Estado e dos cidadãos considerando ser dever de todos os cidadãos preservar defender e valorizar o património cultural.

A importância da língua é também reconhecida nesta lei de bases do Património Cultural como valor social, a sua competência é potenciadora de sucesso escolar, profissional, pessoal e de práticas de uma cidadania consciente e crítica; como valor identitário a nível individual e colectivo, na medida em que permite estruturar o pensamento, aceder ao conhecimento e comunicar.

A valorização dos centros históricos das cidades e vilas revela uma dinâmica de salvaguarda da expressão e da história dos actos sociais das populações, mas não deve esquecer-se que a aldeia, o lugar, a zona rural, são também espaços onde abundam as expressões da intervenção humana no meio, as quais devem ser igualmente preservadas e estudadas: Dos instrumentos agrícolas, símbolos de modelos económicos passados, ao mobiliário urbano, constituído por coretos, quiosques, candeeiros de iluminação pública, bancos de jardim, as típicas casas senhoriais ou rurais, fábricas, fontanários moinhos pontes, adicionando manifestações imateriais de cultura, como festas e romarias, reveladoras de tradições, costumes e valores, que caracterizam a identidade.

Em suma, todo um conjunto infindável de formas de expressão humana a merecer a devida, atenção, Nestor Garcia Canclini¹⁹ sintetiza-o da seguinte forma:

“Afirma-se que o património não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões “mortas” de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitectura

¹⁹ “O Património Cultural e a Construção Imaginária do Nacional” – In revista do Património Artístico Nacional (Culturas Híbridas) [fotocópia distribuída nas aulas do curso de mestrado em museologia].

colonial, antigos objectos em desuso, mas também os bens culturais visíveis e invisíveis: novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação do que se considera apropriado através das indústrias culturais. (...) As investigações sociológicas e antropológicas sobre as maneiras como se transmite o saber de cada sociedade através das escolas e museus, demonstram que diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural”.

(CANCLINI, 1998:25)

O desenvolvimento do estudo do património conduziu a designações e tipificações cada vez mais restritas: património arqueológico; património industrial; património artístico, património etnográfico, este entende-se tradicionalmente pelo conjunto de manifestações culturais e artísticas populares, desde o traje, às festas e romarias, passando por instrumentos musicais, costumes e tradições locais. Na década de 60 surgem ideias ligadas a arquitectura popular, sítio, núcleo antigo, centro Histórico que nas décadas seguintes se consolidam, Centro Histórico passa a existir como uma identidade própria sujeito a leis e regulamentos.

Dos museus tradicionais à concepção dos ecomuseus, da museologia convencional ao movimento da nova museologia, do público à comunidade, do espaço físico do edifício que abriga as colecções ao território em si, como refere Hugues de Varine, não esquecendo a importância da análise do contexto social, os museus são o resultado da evolução cultural, da atitude que temos perante o nosso património.

“O conceito de património está sempre em evolução, em permanente procura da perfeição ambicionada, pelo que as nossas opções são e serão sempre vigiadas. O nosso entendimento dos problemas a par dos nossos esforços para os resolver ajudarão, certamente à permanência dos objectos de reconhecida estima colectiva por um determinado período de tempo, ficando por apurar se estaremos a fazê-lo do modo tecnologicamente correcto, ou seja, se em termos de ética de intervenção esta sobreviverá dentro de padrões universalmente aceites, agora e no futuro.”²⁰

(MESTRE, 2003:134-136)

²⁰ Arquitecto Vítor Mestre, In Monumentos nº 19, 2003, p.134-136

Para alguns indivíduos *Património* é unicamente o legado que recebemos do Passado, que conhecemos no Presente e que transmitimos às gerações futuras, esquecendo o património que se produz na contemporaneidade.

Por património cultural entendem-se monumentos, grupos de edifícios e sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Património natural é formações físicas, biológicas ou geológicas consideradas excepcionais, habitas animais e vegetais ameaçados, e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético.

“Essa postura, onde se assume a museologia de carácter social, marca a passagem do entendimento do indivíduo como sujeito passivo e contemplativo para o entendimento do indivíduo enquanto sujeito activo e participativo. Assim, a própria acção museológica transforma-se, pois o património cultural (objecto de estudo da museologia) deixa de ser entendido como algo que deve ser preservado em si mesmo, para ser algo que deve ser objecto de apropriação e reapropriação do indivíduo como base para a construção, reconstrução e transformação da sociedade.”

(PRIMO, 1999)

Duas atitudes defendidas por sensibilidades diversas, como o arquitecto Vítor Mestre e a museóloga Judite Primo ajudam-nos a reflectir as questões que envolvem a museologia contemporânea.

O actual conceito de património é cada vez mais abrangente envolvendo todo o património cultural mais os solos, águas, o ar, todo o ambiente, envolve todo o planeta Terra, nas mais diversas vertentes, físicas, culturais e humanas. Chegámos ao conceito de património integral. Entende-se por património integral o conjunto de bens que deve ser preservado para a identidade e integridade dos seres vivos.

Outros Patrimónios são os que todos nós retemos um pouco na nossa memória, cenários de passagens ou de experiências que nos referenciam a espaços e tempos muitos deles geracionais, cuja extensão e diversidade não permitem nem permitirão uma classificação, mas cujo conhecimento possibilitará a sua inclusão no quotidiano de uma gestão territorial e urbana integrada: Aldeias preservadas, centros Históricas, percursos interpretativos.

Nos últimos anos o sector cultural e as indústrias culturais têm usufruído das novas tecnologias da informação e da comunicação criando uma “cultura de suporte digital”. As mutações tecnológicas e as suas relações com as sociedades da informação tem proporcionado... outras análises. O ciber espaço, é considerado o “*locus cultural*”. A categoria de Património digital é por muitos discutida, considerando a intersecção de conceitos de património imaterial e memória digital. Museus virtuais, objectos musealizados virtualmente e com deslocamentos espaciais abruptos onde a relação **sujeito/objecto/espaco** (ali ou não ali?) pode ser discutida, constituem novos desafios ou, no mínimo, factores de reflexão.

Os impactos destes novos paradigmas e destas mudanças na procura e na oferta de produtos culturais. Museus “*on line*” e a cibercultura é um conjunto de processos tecnológicos, mediáticos e sociais emergentes na década de 70 do século passado, fruto da convergência das telecomunicações, da informática, é a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais.

A identidade e a cultura de um determinado povo são especificidades que emergem de muitas influências. A música a literatura, os desportos, a ciência, e a economia, a tecnologia e a culinária são exemplos de expressões culturais que se nutrem de fontes geográficas e sociais distintas, que encontramos no ciber espaço.

A museologia e o desenvolvimento local assumiram um compromisso nos anos 70, encontrando-se genericamente já assimilado pela sociedade contemporânea o fundamental do património mais tradicional – os monumentos, os castelos, as igrejas, os palácios ou os conjuntos monásticos, por exemplo, outros Patrimónios existem que carecem ainda desse entendimento e desse reconhecimento. Rápidas e inevitáveis alterações na sociedade desestruturaram e ainda desestruturam modos tradicionais de viver, de configurar e construir os sítios e humanizar as paisagens, daí resultando naturais alterações nos referenciais necessários para as gerações se situarem face ao passado e face às projecções possíveis para futuro.

O património abrange actualmente uma crescente diversidade de campos tendendo para uma visão integrada, territorial e dinâmica, e, colocando os seus elementos, anteriormente vistos de um modo isolado, cada vez mais em relações sistemáticas entre si e com o seu suporte físico, ambiental, social e económico, pode ser um recurso endógeno.

1.3 Os Ecomuseus em Portugal

Em Portugal, com o regime democrático fundado em 1974, assistiu-se a um renovado interesse pelo património natural e cultural facto que, por um lado, originou a protecção e musealização de numerosos sectores da paisagem portuguesa e, por outro, veio a culminar numa verdadeira explosão museal, para a qual contribuíram sobre maneira a iniciativa comunitária de populações e de autarquias locais.

O fenómeno resulta principalmente da municipalização do universo museológico, já que até à data as administrações locais não se preocupavam com este sector. Actualmente são as organizações municipais que tutelam uma grande maioria de museus existentes no País.

O conhecimento do passado contribui decisivamente para se estabelecerem critérios regras e experiências. O museu principal guardião da memória social no mundo contemporâneo, torna-se no espaço privilegiado para reflectirmos sobre o passado, o presente e o futuro.

Nesta fase da evolução da museologia em Portugal desenvolveram-se situações pontuais que ainda hoje são consideradas marcos importantes: – Mértola, Seixal e Monte Redondo, respectivamente (*Vila museu* a partir do campo arqueológico; *Património náutico* como principal recurso e museu *intermitente* voltado para os problemas do meio social e gerador de emprego.)

Desenvolve-se assim uma concepção de museu cujo principal recurso é a comunidade, entendida em sentido dinâmico e alargando o conceito de museu à paisagem social e humana envolvente. NABAIS (1985), na sequência das teorias de Georges Henri Riviére e do conceito de museu de sítio ou ecomuseu, museu sem Edifício mas incluindo a própria paisagem de uma comunidade, concepção esta que se apresenta geralmente sob a forma de núcleos museológicos ou museus polinucleados.

Mário Chagas junta as duas palavras museu e diversidade – Museudiversidade - para incluir várias concepções de museus: economuseus, ecomuseus, exomuseus, museus de empresa, casas-museus, museus locais etc.

Em 1982, é inaugurado o Ecomuseu do Seixal: pela primeira vez em Portugal uma experiência ultrapassa as paredes do museu estendendo o seu campo a todo o território e à comunidade que representa. Cria-se “*um museu de identidade*”, nas

palavras do seu criador António Nabais, que integra objectos de diversa natureza, com um discurso expositivo que pretende historiar a vivência da comunidade e participar activamente no seu quotidiano.

Na mesma década surge em Portugal um conjunto de museus locais e processos museológicos que se desenvolvem fora dos museus aos quais Mário Moutinho, (1993) se refere desta maneira: *“Estes museus e processos museológicos são em nosso entender a expressão mais profunda da museologia contemporânea em Portugal.”*

Ao longo de mais de duas décadas, o ecomuseu do Seixal serviu de estrutura para projectos de investigação, de inventários e de documentação de património, de classificação e/ou de propostas de protecção e salvaguarda, de educação patrimonial e para a cidadania, de exposições, de edições e de inúmeras actividades centradas no património natural e cultural, material e imaterial reportado ao território e à população do Concelho do Seixal com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias colectivas e para um desenvolvimento local sustentável.

Entretanto de Norte a Sul foram surgindo processos museológicos envolvidos na problemática do desenvolvimento local: Seixal – Seixal; Monte Redondo – Leiria; O museu do Vinho - Cartaxo; Aldeias preservadas em Montezinho – Bragança; núcleos museológicos na Serra do Cachopo – Algarve; Vilarinho da Furna (1989), Montalegre – e Póvoa de Lanhoso - Minho; na Serra da Estrela; no Zêzere; ecomuseu do Sal nas Salinas - Figueira da Foz, etc.

A instauração da Democracia constituiu uma importante via de abertura ao mundo e à participação comunitária. Estes dois aspectos foram decisivos nas alterações culturais da sociedade portuguesa e, na afirmação do poder local, e com reflexos no campo da museologia, na abordagem e responsabilidade que as autarquias passaram a ter nas questões do património.

O poder local democrático contribuiu para o aparecimento e diversidade de iniciativas populares e locais que até então se encontravam adormecidas. A descentralização política contribuiu para a alteração de um quadro conceptual, predispondo as comunidades para as mudanças culturais, para o associativismo, para a criação e activação de associações de defesa do património e de desenvolvimento local.

O aprofundamento epistemológico ocorrido na museologia mundial a partir dos anos 80, o alargamento dos conceitos de património, bem cultural e de museu a

renovação museológica contribuíram para que o museu pudesse colaborar no desenvolvimento sócio-cultural.

Os anos 90 caracterizam-se pela expansão dos serviços educativos nos museus e pelo grande incremento da investigação, produção e publicação de estudos neste campo da museologia, consequência da ideia de que um Museu não é apenas uma colecção, um edifício, e um público, mas sim um recurso de desenvolvimento bem mais abrangente onde os objectos devem ser sobretudo formas e meios de comunicação ao serviço de ideias. Museus são, então, espaços de contestação e de negociação cultural.

O aproveitamento activo, reflexivo e dinâmico de algumas instituições museológicas, dos seus acervos e discursos expositivos, faz com que seja promovido nestas instituições o conhecimento com recurso a métodos diferenciados de ensino envolvendo a implementação das emergentes teorias da interpretação e comunicação.

A educação no contexto museológico tem como objectivo fundamental criar relações entre as colecções e os utilizadores. Para que se realize uma comunicação eficaz nestes espaços de sedução, é preciso criar pontes de interesse e pontos de encontro que estimulem a comunicação. A museologia na sua dinâmica interdisciplinar é um recurso pedagógico importantíssimo.

A museologia portuguesa reflecte um panorama desregulamentado. Nos últimos anos na Madeira foram várias as iniciativas de índole ecomuseológica que emergiram. Nem todas de boa qualidade, mas como instrumento ao serviço do desenvolvimento da população e localidades carênciadas, cuja sobrevivência depende muitas vezes da carolice de particulares, ou com fins de entretenimento turístico – afinal referência omnipresente nos discursos e argumentos desenvolvimentistas regionais.

Museus da Madeira / Tipologias / Tutelas

Museus e núcleos	Tipologia	Tutela
1-Museu Municipal do Funchal 1929	ciência e história natural	CMF
2-Museu Quinta das Cruzes 1946	Artes Decorativas e História e Botânica no jardim	DRAC
3-Museu de Arte Sacra 1955	Arte	Diocese
4-Jardim Botânico/Quinta do Bom Sucesso -1960	Museu VIVO Ciência / Botânica / Biologia	S.R. Ambiente
5-Museu Vicentes 1982	Arte e técnica	DRAC
6-Museu do Vinho 1984	Industrial / Antropologia e Etnologia	Inst. Vinho
7-Museu Henrique e Francisco Franco - 1987	Arte	CMF
8-Casa-Museu Frederico Freitas 1988	Artes Decorativas e Azulejo	DRAC
9-Museu Madeira Wine Adegas 1988		Empresa
10-Museu biblioteca Barbeito		Empresa
11-Casa de Colombo Porto Santo	História	DRAC
12- Museu da Baleia	Zoologia - especializado	CMMachico
13-Museu de Arte Contemporânea	Arte	DRAC
14-Palácio de S. Lourenço 1995	Monumentos e sítios	Monumento Nacional
15-Museu Etnográfico	Etnografia e Antropologia	DRAC
16-Núcleo Museológico do IBTAM	Etnografia	Inst. Bordado
17-Núcleo M. A Cidade do Açúcar	História e Arte	CMF
18-Fundação Berardo	Geologia e Arte	particular
19-Museu Militar	História - Armas e traje	
20-Museu da Electricidade	Ciência e técnica	EMPRESA
21-Museu Etnográfico da Camacha	Etnologia - Folclore	C. M. Santa Cruz
22-Museu do Brinquedo 2004	Especializado	Particular
23-Nucleo Mary Wilson 2003	Etnologia	Diocese
24-Universo de Memórias 2003	Artes decorativas	DRAC

A realidade ecomuseológica na ilha da Madeira

Nos últimos vinte anos foi notória a dinâmica museológica madeirense. Verificando esta relação de museus criados e as tutelas dos mesmos, notamos que além do Governo Regional da Madeira, algumas autarquias, a diocese e o empenho de algumas empresas, não há outras tutelas.

São poucas as Autarquias com unidades museológicas tuteladas. O poder local regional nos últimos vinte anos, não evidenciou preocupações com o nosso património. Outras foram as preocupações: as redes viárias, a agricultura, a educação, a saúde. Fundações e outros Institutos, à excepção da Fundação Berardo também ainda não encontraram nesta Região espaço para se afirmarem.

A ecomuseologia na perspectiva de criação de pequenos pólos museológicos espalhados pelos Concelhos e pela Ilha, – aproveitando a riqueza patrimonial inegável, poderá e deverá ser uma via a considerar partindo de experiências embrionárias, já existentes, apostando seriamente na participação activa da população que deve ser sensibilizada e mobilizada para a preservação da sua identidade cultural.

Neste início de milénio, há cinco ou seis anos a esta parte surgiram algumas experiências no Concelho de Machico, com a preservação de alguns achados arqueológicos e no Concelho de S. Vicente com a preservação das grutas e dos Fornos de Cal.

Os estudos específicos sobre a História da Região Madeira têm um atraso significativo e são escassos. Só o (CEHA), Centro de Estudos de História do Atlântico, a partir de 1986 interveio com a publicação de alguns estudos inéditos, projectos de investigação, conferências e colóquios.

A ARCHAIS, associação comprometida e preocupada com a Arqueologia, tem levantado alguns assuntos a debate público, tem feito algumas escavações e publicado o boletim com a divulgação das suas actividades.

- Aldeia Etnográfica do Grupo de Folclore da Boa Nova.

No ano de 1995, um grupo de folclore, tem a iniciativa de recuperar e conservar um espaço abandonado a que chama de “aldeia” rural, numa das zonas altas da cidade do Funchal, - no sítio das Carreiras, freguesia do Monte, com a apresentação do projecto à Câmara Municipal do Funchal que o inclui no seu PDM, como zona de paisagem

humanizada protegida das Carreiras de cima. Apresentaram o projecto à Câmara Municipal do Funchal que o incluiu no seu PDM, como zona de paisagem humanizada protegida das Carreiras de cima.

Chamaram ao espaço *Aldeia Etnográfica das Carreiras*. O grupo formou uma equipa de trabalho para limpar as eiras, as veredas, os chiqueiros, foram recuperadas a cobertura de colmo de uma cozinha e de um palheiro lá existente, mas a zona estava despovoada, desabitada.

Surgiram na Imprensa local alguns artigos relacionados com esta “experiência museológica”.

Ao grupo de Folclore e Etnográfico da Boa Nova e ao seu Director Danilo Fernandes se deve o projecto de defesa cultural deste espaço seus usos e costumes, apesar de algumas adversidades que surgiram, porque nem tudo foi um mar de rosas, como ele próprio diz.

“(...) Após sete anos e meio desde a sua inauguração lamentamos a falta de interesse turístico tanto público como privado, em não querer investir numa zona privilegiada ao turismo rural / campestre, local provavelmente único na Madeira no seu congénere. Não é fácil encontrar num local tão restrito, dois moinhos de água; nove eiras,(provavelmente o único núcleo existente na Madeira); seis palheiros tradicionais, um deles de colmo e outro exímio de telha e pedra aparelhada – autentico monumento rural; três chiqueiros (também em pedra sobreposta) uma cozinha de colmo; e outras coisas mais...

Da nossa parte resta-nos que um dia esta zona funcione realmente como uma aldeia protegida que parte dela seja um eco-museu, onde possamos exercer actividades ligadas ao cultivo de cereais.”

(DANILO FERNANDES, 1999)

Esta experiência embrionária de musealização *in situ* pecou no nosso entender por falta de um dos elementos necessários e importantes à sua manutenção - a população, apenas foi válida a recuperação do espaço / território e seu património, património móvel e imóvel tangível e intangível.

- Museu Etnográfico da Camacha

A ideia do grupo de Folclore da Casa do Povo da Camacha é neste momento valorizada pela autarquia de Santa Cruz, e concretiza-se através de alguns estudos e no museu etnográfico, instalado numa dependência da Casa do Povo.

- Moinho e Serra de água – S. Jorge no Norte da Ilha

O Moinho de S. Jorge é um exemplo de património vivo, um dos raros moinhos a funcionar na RAM que valorizou significativamente aquele espaço na Achadinha de S. Jorge. Tem sido objecto de protecção e revitalização sob responsabilidade de entidades públicas competentes, e de um particular.

A serragem situa-se paralelamente à levada cuja água o põe a funcionar accionando as rodas motriz. A sua estrutura é de madeira dividida em três espaços. Este conjunto foi adquirido e restaurado por um casal daquela localidade empenhados na sua preservação. Constitui motivo de atracção turística.

- Ponta do Sol – Um Projecto em Embrião?

O Grupo de Folclore da Ponta do Sol, ao apresentar-se como associação defesa do património, assumiu a responsabilidade de sensibilizar a população. Numa iniciativa, começou por envolver a comunidade educativa, desenvolvendo em parceria com a Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol, o projecto “Raízes da nossa terra”²¹, desafio lançado aos órgãos pedagógicos das escolas básicas do Concelho da Ponta do Sol que desde logo abraçaram assumidamente a iniciativa. O projecto conta ainda com o apoio e colaboração de particulares que se disponibilizaram a contribuir com a sua experiência e conhecimentos para que a cultura tradicional sobreviva.

Ao sucesso da iniciativa não é alheio o facto de a Ponta do Sol ser um Concelho cuja população, pelo menos parte significativa, mantém vivos usos, costumes e tradições, a componente rica, mas efémera e, conseqüentemente vulnerável, do património imaterial, que urge valorizar e preservar.

Resta-nos realçar que as nossas preocupações assentam na defesa e preservação do nosso património cultural, agentes condutores de memória colectiva. Aos que directa

²¹ Projecto “Raízes da nossa terra” em anexo.

ou indirectamente estão connosco, reafirmamos que a melhor maneira de defender o nosso património é conhecê-lo e divulgá-lo.

Finalmente esperamos que as nossas crianças e jovens que vierem a participar nas actividades propostas, cresçam, ganhando consciência e gosto pelas suas raízes.

“O património cultural do mundo, compreende também as tradições orais, as línguas, a música, a dança, as artes do espectáculo, o artesanato, os costumes, as crenças, etc. Esta cultura de tradição oral só pode sobreviver pelos elos humanos da transmissão de geração em geração ou, mais recentemente, graças aos registos mecânicos. A UNESCO reconhece a natureza efémera e a vulnerabilidade deste património imaterial.”

(UNESCO, 1997)

Nas últimas década sob variadas formas assistimos a uma tomada de consciência em relação ao papel do museu na sociedade. É no campo da ecomuseologia que manifestamos vontade de prosseguir, com este património ainda vivo, mas muito vulnerável, que urge proteger.

Na definição da UNESCO, *a cultura é o fluxo de significações criadas, coproduzidas e permutadas pelos povos. É ela que nos torna capazes de edificar patrimónios culturais e viver as suas lembranças.* A cultura tradicional local é parte viva deste património. É parte imprescindível que contribui fortemente para que consigamos reconhecer os nossos elos com a nossa linhagem, a nossa comunidade, a nossa família linguística, a nossa nação – sem falar da própria humanidade. Ela ajuda-nos a dar sentido à nossa vida. (UNESCO, 1997)

Em Abril de 2004 realizou-se no Seixal um colóquio sobre “Ecomuseus – que perspectivas em Portugal e na Europa”, Hugues de Varine²² na sua intervenção referiu que uma das características da “nova museologia” consiste em colocar o “território em primeiro plano, no desenvolvimento da sua acção: vincula-se à comunidade, definida sobretudo pelo respectivo território”, este é o quadro natural do processo museológico.

²² VARINE, Hugues. “Museologia e museografia dos territórios”, In: Ecomuseu Informação, Boletim Trimestral do Ecomuseu do Seixal, 1º trimestre nº 34, 2005. p 8-11

“Na perspectiva clássica o museu se enquadra num edifício, faz do território um “objecto”, que se propõe identificar, conhecer, estudar, apresentar.

Na nova museologia os três elementos que constituem o museu são:

“o património, o território, e a comunidade: um património global, público ou privado, natural ou cultural, morto ou vivo; não só um território total, mas também todos os territórios secundários que compõem, como partes retalhadas ou partes sobrepostas; enfim uma população inteira, formando uma comunidade sobre o território, agrupando nela própria uma infinidade de comunidades mais pequenas. Um museu deste tipo é de facto um mosaico de componentes vivas que se articulam e interagem entre si.

Este museu não é uma instituição terminada, é um processo em curso .

(VARINE, 2005:9)

E assim fundamentamos a nossa proposta de Ecomusealização para o Concelho da Ponta do Sol, um ecomuseu em processo...

A memória de um povo perde-se, se não se registar o seu modo de vida e formas de estar e a sua relação com o meio.

O Poder local pelo conhecimento específico que tem da sua localidade (região) tem a importante tarefa de materializar a história local. No caso proposto, tem perante si a necessidade e o dever de assumir uma filosofia alternativa que afirme insofismavelmente a identidade Histórica – Cultural Pontassolense combinando a utilização dos recursos humanos, naturais e tecnológicos locais de uma forma equilibrada, racional e sustentada.

Um Futuro Ecomuseu poderá ser um agente participativo nesse processo, na medida em que pretende representar o Concelho, neste caso específico *“o lugar da PONTA DO SOL”* na multiplicidade dos seus aspectos, protegendo os valores culturais e ambientais, promovendo o desenvolvimento económico e turístico.

2º Capítulo

2.1 O Concelho da Ponta do Sol

O contexto Geográfico

Alguns aspectos Históricos do Concelho

2.2 O desenvolvimento Económico-social e Cultural

2.3 O Turismo e as especificidades do Concelho

O Ecodesenvolvimento Sustentado

2º Capítulo

2.1 O Concelho da Ponta de Sol

Perspectiva diacrónica

Há milhões de anos, a sudoeste do continente Europeu, a actividade vulcânica fez emergir do fundo do Oceano Atlântico duas montanhas submarinas que, depois de atingirem a superfície da água, formaram as ilhas que hoje constituem o arquipélago da Madeira e que João Gonçalves Zarco as povoou.

- **O contexto Geográfico**

O Arquipélago da Madeira é constituído pelas ilhas da Madeira, Porto Santo, as únicas habitadas, Desertas e Selvagens, estas sem população própria. Está situado no Oceano Atlântico, próximo da Europa, a aproximadamente 1000 quilómetros de Lisboa e a 700 quilómetros do Norte de África.

A ilha da Madeira tem cerca de 741 km², de área. O comprimento máximo atinge os 57km, a maior largura ronda os 28 km. Tem aproximadamente 270.000 habitantes. A ilha do Porto Santo situada a 40 km da Madeira, apresenta uma área de 42km². O seu comprimento máximo ronda os 11km, enquanto a sua maior largura se situa por volta dos 6 km. Esta ilha tem cerca de 3500 habitantes. Quanto às Desertas (Deserta Grande, Bugio e Ilhéu Chão), situadas a sudoeste da Madeira, no prolongamento da Ponta de São Lourenço e sensivelmente a 21 km do Porto do Funchal, apresentam no seu conjunto, uma área que ronda os 14 km² e, não são habitadas. Como já foi referido, não são habitadas.

Por último, as Ilhas Selvagens (Selvagem Grande, Selvagem Pequena e Ilhéu de Fora), implantadas a sul - sudoeste da Madeira, e que, na verdade são geograficamente um arquipélago específico administrativamente integrado na Região Autónoma da Madeira, perfazem no seu conjunto, uma área que se aproxima dos 6,5 km². Estas, pequenas ilhas desabitadas, foram classificadas com reserva natural em 1971, em consequência da sua rica flora e importância para a nidificação das aves marinhas, razão por que são, por

vezes, designadas de paraíso ornitológico, (Candidataram-se a Património Mundial no ano 2003).

O arquipélago, cujo conhecimento está historicamente provado e documentado no séc. XIV, foi redescoberto em 1418-19 pelos Portugueses. No ano posterior foi realizado o reconhecimento da ilha Madeira com o evidente propósito de verificar as condições de habitabilidade e conseqüente instalação de população. No processo de povoamento a ilha da Madeira foi então dividida em duas capitánias, cabendo a João Gonçalves Zarco a parte sul/sudoeste da costa marítima que compunha a Capitania do Funchal. As condições naturais desta parte da Ilha revelaram-se mais favoráveis e esta Capitania desenvolveu-se de modo significativo. O Funchal, sede da Capitania, local com bom clima e relevo mais propício, tornou-se num curto espaço de tempo o local mais importante da Ilha da Madeira.

Faz parte da tradição oral e de registos escritos que aquando da chegada dos primeiros colonos à ilha, com o intuito de a povoarem, se depararam com uma densa cobertura vegetal, especificamente árvores e mato – facto que originou o próprio nome da Ilha, da Madeira.

Para se desfazerem da floresta e ganharem clareiras e espaços para cultivo, por ordem do capitão foi ateado fogo à imensa cobertura vegetal. As queimadas ter-se-ão prolongado por sete anos. Nas clareiras ganhas à floresta, os colonos começaram a construir casas (construídas com madeira e colmo, como as actuais casas típicas de Santana) e dedicaram-se ao cultivo de cereais.

O aproveitamento económico da Madeira foi marcado pelos chamados ciclos de produção: após um curto ciclo de produção cerealífera, de trigo, seguiu-se os ciclos do açúcar e do vinho. De alguma forma, a história económica madeirense foi marcada pela renovação cíclica das produções mais significativas.

A Região Autónoma da Madeira - RAM - conquistou autonomia política em 1976, é administrada por um Governo Regional que está sediado no Funchal. Na RAM existem actualmente 54 freguesias distribuídas por 11 concelhos.²³

A **Ponta do Sol**, terceiro Município criado na ilha da Madeira, em 1501, foi o primeiro a seguir às sede das Capitánias – Funchal e Machico.

²³ Ver mapa em anexo

O Concelho da Ponta do Sol localiza-se na zona sul da ilha da Madeira, a cerca de 20 Km do Funchal, confinando com os municípios de Ribeira Brava, a Este, Calheta a Oeste e São Vicente a Norte.

Este Concelho ocupa actualmente uma área de 43,3 Km² e é composto por três Freguesias: Canhas, Madalena do Mar e Ponta do Sol.

O topónimo Ponta do Sol parece advir da existência de um braço de rocha que entra pelo mar, que se designa “ponta”, assim como da proximidade de um rochedo nessa zona que, numa das faces, tinha uma saliência com fendas que, em muito, se assemelhava ao Sol. Outra das versões para justificar o nome do Concelho está ligada ao facto de o Sol iluminar a dita “ponta”, desde o momento do nascer até ao pôr-do-sol.

Nos inícios do século XV com a chegada dos primeiros povoadores, esta zona da ilha da Madeira, situada na vertente mais soalheira e quente, começou a desenvolver-se especialmente graças à produção de açúcar.

“Foi João Gonçalves Zarco quem traçou os fundamentos do logar a que chamou da Ponta do Sol, pela razão dos veios que ainda existem no Arrife Alto, - actualmente chamada Rocha do Passo – se assimilarem aos raios solares. Remontando á epocha da sua colonização, á falta de qualquer documento histórico, mas segundo as melhores conjecturas podemos presumir, sem nos afastar muito da verdade, que ella teve o seu princípio, da beira do mar para cima, do lado oeste da ribeira, entre os annos de 1430 a 1440, tomando os moradores do logar por orago da sua fregueszia, a Virgem Santa Maria da Luz, invocação que com o andar dos tempos se converteu em a de Nossa Senhora da Luz, nome que ainda hoje tem, e que já em 1566 se usava escrever nos assentos parochiaes”.²⁴

(DIAS LEITE)

Este crescimento deve ter sido um dos factores que levou D. Manuel a elevar a Ponta do Sol à categoria de Vila e Concelho no dia 2 de Dezembro de 1501.

²⁴DIAS LEITE, Jerónimo. In “Descobrimientos da Ilha da Madeira e discurso de vida e feitos dos capitães donatários” – Publicado e anotado por João Franco Machado, Coimbra 1947, p. 23

- **Alguns aspectos Históricos do Concelho**

Da Ponta do Sol

“De uma légua para poente, deram com uma ponta ou língua de terra que no mar se dilatava, e por que nos seus veios reflectia o sol, e dardejava a ponto de lhe comunicar o seu brilhantismo por isso a intitularão Ponta do Sol. Aqui traçou logo Zargo uma vila, que foi a primeira da sua jurisdição. Sobranceiro a este sítio para o Norte, escolheu igualmente um dilatado terreno para si e seus descendentes, o qual por ser um lombo alcantilado, denominou Lombada.”

(GASPAR FRUTUOSO)

Derivou o nome de Ponta do Sol, como vimos, de um braço ou restinga de rocha viva que por avançar pelo mar dentro se chama Ponta; e de uma saliência com viesses ou fendas concêntricas em forma de resplendor, como é costume figurar o sol. A qual existia na face do rochedo do Passo que fica vertical ao Fojo junto à dita ponta.

Foi o capitão João Gonçalves Zarco que baptizou a povoação e delineou as ruas do então *logar* da Ponta do Sol. O primeiro e principal povoador, foi Rodrigo Anes, o Coxo, que aí fez construir a capela da Virgem Santa Maria da Luz. Em 1486, surgiu a nova igreja para sede da paróquia com a invocação de Nossa Senhora da Luz. Da construção primitiva resta apenas a capela do lado da epístola, onde se pode ver a sepultura do fundador, falecido em 1486. Passo a citar Gaspar Frutuoso:

“Depois da Tabua, junto ao mar e entre os contra fortes de grandes massas rochosas, com a ribeira correndo por meio, fica a vila da Ponta do Sol com uma igreja matriz destacando-se pelo aumento do volume, do restante amontoado do casario. De curioso sabor urbano, a vila da Ponta do Sol, é dos mais curiosos aglomerados populacionais da Madeira. A colonização do Lugar teve início em meados do Séc. XV cerca de três décadas depois do descobrimento da Madeira. Sabe-se que, por esses difíceis anos de quatrocentos, Rodrigo Annes o Coxo possui terras de sesmaria nesse lugar, sendo ele também um dos seus principais povoadores”.

(GASPAR FRUTUOSO)

Gonçalves Zarco deu as terras de uma Lombada a seu filho Rui Gonçalves da Câmara, o qual se dedicou a exploração agrícola e à construção de engenhos, com muito sucesso para a época: a produção de açúcar nas suas terras da Lombada da Ponta do Sol, era das maiores em toda a ilha na época; este descendente de Zarco foi, em 1974 para os Açores ocupar o cargo de capitão donatário da ilha de S. Miguel.

João Esmeraldo, Flamengo ou Genovês²⁵, veio para o Funchal atraído pelo comércio do açúcar. A sua actividade tornou-se visível nas décadas de setenta e oitenta do século XV em que foi um dos principais lavradores e comerciantes de açúcar. A ele associa-se o convívio de Cristovão Colombo, o navegador italiano que aportou à ilha por diversas vezes entre 1476 e 1482. Em 1473, adquiriu a Rui Gonçalves da Câmara a Lombada na Ponta do Sol, onde ergue um imponente palácio servido de capela e engenho.

Em 1501 tinha já a população do *logar* da Ponta do Sol aumentado tanto, que *El – Rei D. Manoel*, para evitar *encomodos* aos povos e perda de tempo em irem ao Funchal procurar justiça elevou-a a *villa* e cabeça e termo. “Por carta régia passada a 2 de Dezembro de 1501, o rei D. Manuel eleva o lugar da Ponta do Sol à categoria de vila”. Refere a tradição que quando a Ponta do Sol foi elevada à categoria de vila lhe oferecera o rei D. Manuel o padrão de pesos, e o selo com armas do Concelho.

As Armas compõem-se de um rosto como é costume figurar o Sol tendo em roda a legenda em abreviaturas – *Beneditus Dominus Deus Israel Quia Vesitavit Fecit Redemptonem* –

O Concelho da Ponta do Sol, sede de comarca desde 1875, é hoje o mais pequeno em área geográfica, mas já foi um dos maiores municípios madeirenses, tendo sofrido várias mudanças no seu espaço geográfico.

Em 1835, aquando da Reforma Administrativa de Mouzinho da Silveira, o território continental Português foi dividido em províncias, distritos, concelhos e freguesias. As ilhas da Madeira e Porto Santo e Açores, classificadas então de *ilhas adjacentes* em vez de colónias, são também divididas em distritos, concelhos e freguesias. O Concelho da Ponta do Sol passou a integrar as freguesias da Ribeira Brava, Tábua, Serra d’Água, Ponta do Sol, Canhas e Madalena do Mar.

²⁵ Alguns investigadores não consideram João Esmeraldo, Flamengo, mas sim Genovês

A alteração mais significativa e definitiva ocorreu em 1914, com a criação do Concelho da Ribeira Brava e o conseqüente desmembramento de três freguesias – Tábua, Ribeira Brava e Serra d'Água, o Concelho da Ponta do Sol fica reduzido à actual delimitação, integrando as freguesias de Ponta do Sol, Canhas e Madalena do Mar.

Dos Canhas

Fica situada na parte norte / oeste do Concelho da Ponta do Sol, confina a norte com o Paul da Serra, a Oeste com o Arco da Calheta, a Sul com o Oceano e a Madalena do Mar e a leste com a Ponta do Sol.

Os documentos Históricos referem que foi uma das primeiras localidades a serem exploradas pelos “Colonizadores “ ao chegarem à Madeira. A sua origem do nome deve-se à primeira família de apelido que se estabeleceu naquela localidade de apelido “Canha”. Estas terras passam então a chamar-se Canhas.

“João de Canha escudeiro do Duque de Viseu, D. Diogo, foi um dos primeiros povoadores desta freguesia onde viria a ter terras que depois as aforrou a Dona Constança Rodrigues de Almeida, viúva de João Gonçalves Zarco. O seu filho, Rui Pires de Canha terá sido o fundador da Capela de São Tiago onde depois se viria a estabelecer a sede da Paróquia.”

(GASPAR FRUTUOSO)

Em consequência do aumento demográfico, relacionado com a fertilidade das terras. Um alvará régio datado, de 30 de Janeiro de 1577, criou a paróquia dos Canhas, desmembrando-a da Ponta do Sol e estabelecendo como sede de freguesia, a primitiva ermida de São Tiago, primeiro orago desta freguesia, hoje desaparecida, que ficava situada no sítio de São Tiago.

Em 1593 já se encontrava edificada uma nova igreja de invocação a Nossa Senhora da Piedade, que ao longo dos anos sofreu grandes transformações uma das quais em resultado de ter ficado totalmente danificada aquando de um terramoto, em 1748.

A freguesia dos Canhas, confinado com a freguesia da Ponta do Sol pelo lado oriental, separando-a a ribeira de S. Tiago possui umas campinas quase planas, levemente acidentadas, revestidas pela verdura das culturas, semeada aqui e acolá com algumas casas alvas e cobertas com a moderna telha marselhesa, mas a maioria das habitações eram palheiros ou *palhoscas* ou choças cobertas de colmo, feitas em pedra

basáltica com piso em terra batida fria e endurecida com o palmilhar, ladeadas de terreiro. Esta realidade manteve-se até ao século XIX, e primeiras décadas do séc. XX. As grandes alterações verificaram-se sobretudo no pós 2ª Guerra Mundial.

Da Madalena do Mar

Situada a poente da vila da Ponta do Sol ao lado da Ribeira da Madalena e junto ao Mar, com uma excelente praia e um pequeno cais, foi outrora um importante centro piscatório. Actualmente o seu magnífico clima faz com que a bananicultura marque a paisagem, com grande produção da que é considerada a melhor e mais gostosa banana da ilha.

A paróquia foi criada em 1582. Esta localidade, sofreu grandes alterações com os aluviões que a afectaram ao longo dos séculos.

A tradição oral e escrita da Madeira afirma que surgiu nos meados do século XV uma misteriosa personalidade que se estabeleceu como sesmeiro no lugar de Santa Maria Madalena. Esta personagem real com destino lendário, seria um príncipe ou até um rei da Polónia, que nunca revelou a sua real identidade.

Segundo, a História da Polónia, o Rei Ladislau III, coroado Rei da Polónia e da Hungria, quebrou o tratado com os turcos para defender a Hungria e desencadeou a guerra. Derrotado em 1444, em Varna, no Mar Negro, desapareceu a partir de então. Perdida a batalha, Ladislau III, fizera voto de peregrinar pelo mundo. É de supor que no seu peregrinar pelo mundo, tivesse encontrado cavaleiros portugueses da Ordem dos Templários, mais tarde Ordem de Cristo, que lhe falasse de Portugal. Depois de ter estado na Palestina, Identificando-se com Cavaleiro de Santa Catarina, aportou à Ilha da Madeira onde casou com Senhorinha Anes, dama de alta nobreza que vivia na casa de Zarco.

É de supor que no seu peregrinar pelo mundo, tivesse encontrado cavaleiros portugueses da Ordem dos Templários mais tarde da Ordem de Cristo que lhe falassem de Portugal.

Por aquela altura a afluência de estrangeiros à Capitania de Zarco foi marcante, Genoveses, Flamengos, Ingleses e Bretões aportavam em número significativo à nossa Ilha. Certamente o Cavaleiro de Santa Catarina teria sido um desses estrangeiros. Ali viveu incognitadamente mas protegido pela corte e pelo capitão donatário. Foi colhido por uma derrocada aquando de uma das idas ao Funchal, quando passava no Cabo Girão.

A viúva casou em segundas núpcias com João Rodrigues de Freitas. Esta família está provavelmente na origem do Solar dos Freitas.

Em 1844, esta localidade é atingida por um aluvião, que leva terras, casas, e gente arrastando tudo até ao mar. Em Dezembro de 1939, quando já poucos falavam ou sequer se lembravam da tragédia anterior, outra catástrofe se repete e arrastou para o mar cerca de 40 casas.

O isolamento a que esta freguesia esteve sujeita foi uma constante, em especial nos períodos de inverno, pois a comunicação era feita por mar. A primeira ponte a ser construída naquela que se constituiu ligação entre a Ponta do Sol e a Madalena do Mar foi na década de 50 do século XIX. Existiu mais tarde um “elevador” para transportar as mercadorias que se produziam na encosta sul, a fim de serem escoadas pela freguesia dos Canhas, espécie de mecanismo que subia e descia pela rocha, suportado por um cabo e que o povo chamava o “fio”.

Os acessos viários criados já nos anos sessenta do século passado que durante séculos foram um entrave, e durante o Inverno dos mais perigosos, chegando a estar impossibilitados por causa das quebradas, hoje são muito mais seguros, e podem ser feitos também pela outra localidade que se situa mais a oeste.

As condições climatéricas atraem muitos estrangeiros, e já foram projectadas algumas unidades hoteleiras para esta freguesia. Actualmente predomina a cultura da bananeira e a pesca foi abandonada.



F1



F2



F3



F4

2.2 O Desenvolvimento Económico-social e Cultural

O povoamento e aproveitamento económico das terras da Ponta do Sol foi idêntico ao ocorrido um pouco por toda a costa sul da ilha. Desde o início, no segundo quartel do séc. XV, se evidenciaram os obstáculos naturais que marcaram os primórdios da instalação humana na Madeira.

“Logo se defrontaram com dois obstáculos, talvez julgados insuperáveis: a luxuriante e gigantesca vegetação, que em cerrada floresta se estendia desde as orlas do oceano até aos píncaros das montanhas, e o inverosímil acidentado dos terrenos que em interruptas ramificações das mais elevadas eminências se desdobravam em picos alterosos e vales profundos por toda a superfície da ilha.

In Elucidário Madeirense (1946)

Neste período dá-se a evolução das propriedades da terra e da água. A escravatura é a mão-de-obra e a força do trabalho.

Em consequência do bom clima, a produção açucareira ganha especial relevância nestas terras, muito particularmente na Lombada da Ponta do Sol.

“Considerado a maior propriedade da época no século XVI, desde o mar à serra e a maior casa senhorial da Madeira e atendendo à especificidade deste local ter sido propriedade de Rui Gonçalves da Câmara, 2º filho de João Gonçalves Zarco passando depois a propriedade a João Esmeraldo Comerciante de Açúcar para plantar o seu grande canavial, cuja produção açucareira se fazia em larga escala cerca de 80.000 arrobas em 1494”.

(SOUSA, 1994)

Os Cronistas desta época enunciam duas grandes riquezas fundamentais, a lenha e a água são condicionantes para o cultivo da cana-de-açúcar e a produção de açúcares, branco meles e escumas.

Os declives permitem um melhor aproveitamento desta força motriz. Por isso um curso de água era capaz de mover as pedras de um moinho, os eixos de um engenho e a

engrenagem das serras de água. O segredo do progresso económico da Madeira no Século XV e XVI, está nesta harmonia de actividades.

Na sequência da crise e produção açucareira do séc. XVI. Surge outra cultura de sequeiro, a vinha que foi substituída por aqueles que abandonam os canaviais, embora no séc. XV já apareça referenciada a produção do vinho.

No princípio o vinho era vendido à bica do lagar e tabelado pela Câmara, mas nos tempos posteriores iniciou-se o uso de venda a retalho nas tabernas, o que obrigou a legislação adequada.

Aparecem registos de grandes carregamentos de vinho para o Brasil. Mais tarde são os Ingleses os grandes apreciadores do Vinho Madeira. Muitos radicam-se na ilha e para comercializá-lo.

Apesar das boas condições climatéricas e das riquezas produzidas, ocorreram situações graves. A fome era um espectro que perseguiu a população.

A vila da Ponta do Sol viu os seus direitos de Vila serem suspensos em 1545 ano da fome, por desobediência. Segundo o coronel Alberto Artur Sarmiento no seu livro “Freguesias da Madeira” *“uma embarcação carregada de trigo foi tomada pelos habitantes da vila, e tal foi a indignação o agravo e insubmissão que todos os cargos da governação e da jurisdição ficaram suspensos. Três anos depois foi penitenciada e voltou a entrar no gozo das suas regalias”*.

Outras crises ocorreram, quase cíclicas, em consequências das difíceis condições de sobrevivência. No século XVIII o povo deste Concelho juntamente com o Concelho da Calheta e S. Vicente revoltou-se com o poder instituído em razão deste querer tirar-lhes os baldios do Paul da Serra. A feiteira,²⁶ ali produzida, um feto que cresce espontaneamente no paul da serra, tinha grande utilidade para as populações, uma vez que era utilizado para a cama do gado e adubar as terras. A revolta rural deu-se em 1755, ano em que as populações, conscientes dos seus interesses, não se coibiram em sair à rua para os defender. Esta revolta ficou conhecida como a *revolta dos baldios*. Na sequência os carregamentos da feiteira em transportes de tracção animal passam a pagar impostos à Câmara.

²⁶ Pteridium aquilium, é o nome científico deste arbusto

As levadas

Ao homem estava atribuída a dura tarefa de desviar o curso das ribeiras fazendo com que estas movessem engenhos, moinhos e irrigar os canaviais e demais culturas.

Os canais que construíram para o transporte do precioso líquido ficaram conhecidos como “levadas”. A superação da orografia do terreno que dificultava a irrigação, foi conseguida por meio deste sistema de transporte da água, as levadas o qual permitiu um maior aproveitamento dos “poios” ou socalcos e se tornou força motriz pela energia ganha nos declives acentuados aliviou o esforço humano no moagem do grão e da cana e no serrar das madeiras. Moinhos²⁷, engenhos e serras de água conviveram pacificamente usufruindo da água que corria na mesma levada.

Entre os madeirenses havia água em abundância para todos, desde o início da colonização, mas depois com a rápida ocupação, este precioso líquido tornou-se escasso.

O séc. XVIII foi aquele em que se registou preocupação em fazer um plano de levadas em toda a ilha. Mas foi em 1867 que foi aprovado um novo código civil onde a água e a terra são duas realidades distintas.

*(...) Foram as condições especiais do meio e privativas desta região, que determinaram a construção dos primeiros canais ou aquedutos a que depois se chamaram **Levadas** e que ficaram constituindo o mais rico elemento da agricultura madeirense. São de presumir os esforços empregados nesse primeiro empreendimento e as dificuldades que surgiram na sua realização, sobretudo quando os terrenos a irrigar se achavam distanciados das origens das respectivas nascentes”.*

In Elucidário Madeirense (1946)

As levadas são o exemplo mais que perfeito da capacidade empreendedora do madeirense que, foi capaz de esventrar a rocha basáltica para desviar o curso das ribeiras e das linhas de águas. Na verdade, o engenho e arte dos madeirenses foram evidenciados no traçar das levadas, essas veias que dão vida ao rincão madeirense.

Estas são logradouro comum e todos os “*heréus*” os utilizadores das águas de uma levada por direito próprio deveriam contribuir para a sua limpeza no início do Verão. Durante a estação do estio, havia que dar de beber às culturas que medravam

²⁷ Ver relação de moinhos em anexo.

verdejantes. Esta realidade chegou até nós e muitos ainda retêm na memória o ritual da distribuição da água pelo “*levadeiro*” de dia e de noite, porque a necessidade de aproveitamento e a impossibilidade de interromper o curso da água obrigava à rega nocturna. Não havia maneira de interromper a água por isso havia rega nocturna.

Hoje esta realidade pertence à História, pois a maioria dos “poios” jazem abandonados. Muitas levadas, a maioria, estão sob a Direcção Regional dos Serviços Hidroagrícolas e outras deixaram de espartilhar a liberdade da água, deixando-a correr livremente. A dificuldade do regadio nocturno foi superada com a existência dos poços de retenção, erigidos pelo Governo Regional ou pelos proprietários mais exigentes. A rega nocturna já não é obrigatória, quase deixou de existir.

A água serviu para aproximar e afastar muitos madeirenses. Desde os primórdios ela foi o motor da História e neste Concelho rezam várias histórias ao redor da água e das levadas, um dos mais imorredoiros vestígios das lutas e canseiras do ilhéu.

Ferreira de Castro em 1933 no seu livro “*Eternidade*”,²⁸ refere-se aos famosos canais da seguinte forma:

“A linfa corria assim quilómetros, para ir irrigar canaviais e vinhas, hortejos e pomares da terra baixa que nem por estar à beira do oceano tinha menos sede. Nas levadas, que se contavam por centenas, residia toda a economia da Madeira, (...). Algumas tinham origem remota: as suas águas cantavam brandamente há muitos séculos já, dia e noite, noite e dia, por entre folhagem murmurosa e o silêncio dos grandes abismos”.

(CASTRO, 1933)

Aqueles que tiveram a oportunidade de passear pelas levadas e fruir os seus encantamentos, fazem referências nos seus textos, deixam o seu testemunho escrito e muitos alimentaram os seus livros sobre este tema. É o caso de Horácio Bento de Gouveia, escritor madeirense, em “*Águas Mansas*”²⁹, em que relata como a água que corria nas levadas servia para regar as culturas e accionar os moinhos e engenhos, e como tinha sido amansada pelo homem.

²⁸ “Eternidade” - FERREIRA DE CASTRO, 1933

²⁹ “Águas Mansas” Horácio Bento de Gouveia, 1963, escritor Madeirense

Em suma, as levadas e a água constituem um traço inabalável da paisagem, mas também da garra e da capacidade de superação que marcam a História do povo madeirense:

“O gigantesco trabalho da construção das levadas, que durou séculos, as lutas sustentadas para a aquisição e posse dos respectivos caudais, as sublevações populares que por tal motivo se deram várias vezes, a organização das associações de “heréus” para a exploração e distribuição das águas, os frequentes pleitos judiciais, as muitas leis que se promulgaram reguladoras deste assunto, as discussões provocadas no parlamento dariam basta matéria para um largo e interessante estudo”.

In Elucidário Madeirense (1946)

Em 1890 os “heréus” da levada da Achada e levada do Poiso adquiriram um **relógio** e colocaram-no em cima de uma torre construída para o efeito para coordenar a distribuição da água de rega. Esta Torre está classificada como monumento de valor concelhio, pela resolução nº 1596/98)³⁰

A importância da água de rega, elemento indispensável à mera sobrevivência e a consequente dependência do precioso líquido provocaram ao longo dos séculos atritos, revoltas, discussões, umas resolvidas de forma pacífica, outras levadas ao extremo da luta física, numa demonstração viva da relação água-vida que os povos dependentes da terra, como os madeirenses, têm vivido.

Na Madeira e particularmente na Ponta do Sol verificaram-se várias revoltas e lutas relacionadas com os direitos sobre a água. A mais recente, que não a menos marcante, deu-se em 1962 e ficou conhecida como a “Revolta das águas da Lombada” que levou ao confronto entre os populares e as forças policiais. Dele resultaram vários feridos a tiro, muitos presos e a morte de uma jovem estudante de 17 anos, a Sãozinha.

³⁰ Descrição da torre em anexo – Disponível em www.monumentos.pt

A colônia

A colônia foi uma forma de domínio das terras que marcou de modo singular a história da ilha, a partir do início da colonização estas foram distribuídas pelos “Senhorios” capitães donatários e outros fidalgos os quais ganharam um conjunto de privilégios na sua relação com os “colonos”, aqueles que efectivamente trabalhavam a terra.

Considerado um sistema específico, próprio da ilha da Madeira no século XVII e XVIII. A Colônia consistia em existir duas formas de propriedade útil, a da terra e das benfeitorias: o proprietário do terreno, por esta condição, recebia uma das partes dos produtos, que variava de local para local, mas era sempre a parte mais significativa, enquanto o colono (quem cultivava a terra) era proprietário das benfeitorias nele realizadas /apenas o que a terra produzia) e mantinha a outra parte do cultivo das terras.

O contrato de colônia constitui uma espécie de prolongamento das relações feudais, transpostas para os microcosmos das ilhas, um sistema de exploração agrícola que resultou das consequências do regime de “Sesmaria”.

O proprietário do terreno por esta condição recebia uma das partes dos produtos, que variava de local para local, enquanto o colono (quem cultivava a terra) era proprietário das benfeitorias nele realizadas (apenas o que a terra produzia) só recebia a outra parte do cultivo das terras.

Foi considerado um sistema de exploração agrícola que resultou das consequências do regime de “Sesmaria”.

O contrato de *Colônia* consistia na relação entre o proprietário da terra e o colono que a trabalha. Ao proprietário da terra é atribuído um pagamento no início em géneros e mais tarde pecuniário, derivado do cultivo das suas terras. Ao colono são lhes atribuídas as benfeitorias, isto é todo o produto que retirava do cultivo da terra e de melhorias que tivesse realizado nas mesmas, sempre com autorização do senhorio.

Este contrato consuetudinário, definia uma relação de interdependência entre ambas as partes, mesmo para além da morte. Esta forma de dupla propriedade da terra surgiu quando os proprietários, face à sua riqueza acumulada nos anos áureos, dos séculos XV – XVI, se deslocaram para os centros urbanos, perderam a proximidade com as suas terras encontrando nesta situação uma forma de rentabilizar e de viver da exploração agrícola das terras que lhes pertencia, mas de que se tinham desligado.

Na primeira metade do século XIX Portugal entrava no período do Liberalismo. As terríveis lutas políticas entre D. Pedro e D. Miguel, reflectiram-se na crise agrícola.

Surgem aqui e ali algumas preocupações sociais sobre a exploração da terra. Ao longo do século XIX ocorreram algumas tentativas de extinção da *Colônia*. Sem sucesso e com outras consequências que agravaram a crise agrícola e se reflectiram na economia em geral. O retrocesso económico e social e a explosão demográfica fizeram com que nesta localidade a população emigra-se em grandes levas para o Brasil, Suriname, Ilhas do Hawaii, conforme consta nos registos de passaportes do Arquivo Regional do Funchal. Na Ponta do Sol, foi a Lombada o espaço em que o peso da Colônia e o poder dos senhorios mais esmagavam os colonos. Face às promessas liberais, estes começaram a exigir alterações.

António Correia Herédia³¹ chefia um grupo de deputados ao parlamento Nacional com projectos para abolir o regime de Colônia, sem conseguir qualquer resultado que respondesse às exigências dos colonos.

Alberto Vieira no seu livro “*Canaviais, açúcar e aguardente na Madeira, séculos XV a XX*” refere o seguinte em relação à Lombada dos Esmeraldos no Concelho da Ponta do Sol:

“(...) chefiados pelo Visconde da Ribeira Brava que não alcançou qualquer resultado, nem satisfaz as exigências dos colonos, pelo que em 1927 gerou-se um motim na Lombada da Ponta do Sol que forçou o governo a acabar com o referido regime pelo decreto de 26 de Dezembro no qual se expropriou as referidas terras que depois foram vendidas aos colonos por escritura feita em 26 de Janeiro de 1928”.

(VIEIRA, 2004: 107)

Durante a primeira metade do século XX o contrato de “Colônia”³², ainda prevalecia, sendo uma realidade em muitos Concelhos da Ilha, em especial na localidade objecto do nosso estudo. Uma agonia que durou 250 anos e que segundo Vieira:

“(...) ao moribundo só lhe foi atribuído o estado de óbito pelo decreto legislativo regional, nº 13/77/M de 18 de Outubro, dando início ao processo de Autonomia”.

³¹ Conhecida pela “Parreca” a luta envolveu outras personagens do Concelho da Ponta do Sol nomeadamente Pestana Reis.

³² Em torno desta questão, para além de Alberto Vieira, vários investigadores madeirenses apresentaram as suas reflexões e estudos, entre eles Valdemar Guerra (1991), Abreu de Sousa (1993), In *Islenha* nº13 (1993).

- **Vivências Culturais**

Sendo uma sede de Comarca, uma das mais importantes, era na vila que se concentravam os detentores de cargos públicos e funcionários ligados aos tribunais, logo a nata instruída do Concelho. Contudo, a esmagadora maioria da população estava submetida a um atroz analfabetismo.

Pelo Censo de 1900 verificou-se altíssima taxa de analfabetismo dos 8600 habitantes, apenas 268 sabiam ler e escrever e a maioria destes eram os *fidalgos* da vila.

Em 1919 criou-se uma escola móvel. Verificou-se uma grande adesão tendo sido matriculadas 160 crianças. Esta instituição deslocava-se pelas várias freguesias e, manteve-se a escola na vila com cerca de 40 alunos.

Os *fidalgos*, da vila e os vilões e os camponeses relacionavam-se sob um conjunto de regras e atitudes não escritas que denunciavam a submissão dos segundos aos primeiros: um camponês tinha de permanecer de barrete na mão sempre que falava com um *fidalgo*, e pedir com *licença da senhora* ou *do senhor* sempre que lhe dirigisse a palavra a um habitante da vila.

No início do século XX na vila da Ponta do Sol já existia actividade jornalística significativa. Os jornais publicados nesta vila tiveram os seguintes títulos: “Brado Oeste”, “A Sentinela”, “A Época”, “União” e “Ecos da Madeira”. Relatavam a problemática de toda a zona Oeste da Madeira e estavam comprometidos com determinadas posições políticas.

No Semanário Brado d’Oeste, em 1917 foi iniciada a publicação em folhetim do romance histórico “Da choça ao Solar”³³ da autoria do Padre Caetano, vigário naquela localidade, que narra um facto histórico que se desencadeou na última metade do século XVIII, uma história de amor cuja acção se desenrola desde o solar morgânico da vila e a rústica choça duma camponesa dos Canhas, num retrato romanceado, mas vivido, das relações de dominação /submissão atrás descritas.

Fruto da dicotomia Vila/Campo, a ocupação de tempos livres, as festas e os divertimentos eram muito diferentes.

Na Vila realizaram-se festas sumptuosas, com banquetes opíparos, pelo menos à escala da localidade.

³³ “Da Choça ao Solar” – Narrativa do século XVIII ESCRITA POLO Padre João Vieira Caetano que relata um caso amoroso e as dificuldades de relacionamento, entre um *fidalgo* e uma camponesa.

“Na adega espaçosa e ampla, alinhavam-se as pipas contendo o sumo precioso das parreiras viridentes, aí permanecendo muitos anos, adquirindo idade, perfume e sabor, para depois deliciar os donos e convivas, nos banquetes opulentos e opíparos”.

(CAETANO. 1917)

Outros divertimentos mais ou menos organizados ocupavam os moradores da Vila. O Teatro Recreio Pontassolense foi palco de espectáculos de variedades, récitas e valsas, algumas anunciadas e relatadas nos jornais pontassolenses. Aí se descreviam as manifestações e vivências culturais de carácter profano e religioso dos Senhores, mas às vivências culturais dos Vilões e dos Camponeses poucas referências encontramos.³⁴

Durante séculos o povo madeirense lutou contra a Natureza e a Orografia dos terrenos, levantou paredes em pedra emparelhada, que formam os “poios”, socalcos e rasgou terreno às rochas a golpe de enxada e picareta. Os agricultores faziam longas caminhadas a pé, entre as parcelas de terrenos, fossem para as vigias à água de rega, ou , nas idas à serra para apanhar a feiteira e trazer a lenha, combustível necessário para a preparação dos alimentos.

O trabalhador rural ocupava-se das sementeiras, da rega, da adubagem, e da recolha dos produtos, numa vida dura e brutal, submetido a situações e condições de trabalho difíceis para estes trabalhadores, fossem caseiros ou colonos. As remunerações baixas, a inexistente comercialização da maioria dos produtos à excepção das produções de rendimento a preços irrisórios, a alimentação pobre, à base de milho, batatas e produtos da terra, tudo contribuía para um estado latente de pobreza que raiava a miséria absoluta. O interesse pela vida era favorecido pela moeda estrangeira que chegava à ilha remetido pelos familiares emigrados no estrangeiro, pelas visitas de saudade e cumprimento de promessas feitas aos padroeiros das freguesias.

A minoria que vivia melhor, em condições económicas algo favorecidas, em habitações mais bem equipadas era a *fidalgua*, da vila, os burgueses e os novos ricos, os emigrantes bem sucedidos que tinham regressado à terra.

O P.^e Fernando Augusto da Silva comenta que o “custo do Pão” subiu como consequência do monopólio Cerealífero, através do qual só certos moageiros autorizados

³⁴ “Da Choça ao Solar” - Narrativa do século XVIII escrita pelo Padre João Vieira Caetano que relata um caso amoroso e as dificuldades de relacionamento, entre um fidalgo e uma camponesa.

podiam importar o pão, o problema das moagens tinha-se tornado explosivo. Atravessou-se um período de banca rota colectiva (os emigrantes recém chegados foram os mais atingidos, pela falência do Banco Henrique Figueira) e foram necessárias medidas que remediasses a fome, a miséria, a insegurança, a instabilidade, é neste contexto que na Madeira, alguns madeirenses pugnaram pela Autonomia Política com alternativa à olissipocracia Portuguesa.³⁵

Neste período do Estado Novo repleto de problemas e tensões sociais, os pontassolenses nunca ficaram indiferentes às ideologias que se afirmavam. Os jornais da época relatam interesses antagónicos.

Segundo Gabriel Pita,³⁶ historiador contemporâneo, natural daquele Concelho, freguesia dos Canhas, na sua intervenção num dos Colóquios da História do Atlântico, em *“Assim para Diário de Notícias a incompreensão dos problemas regionais era resultado de uma centralização governativa e administrativa que a República criticara à Monarquia, mas que não fora capaz de ultrapassar”*.

“O povo da Madeira é um povo livre, não é escravo, nem burro de carga.”

José Maria Conceição Macedo, jornalista e solicitador judicial em 1924, encabeça uma luta com 1500 colonos pela posse das terras, que trabalhavam para a Sociedade inglesa de António Giorgi S. C.^a, proprietária da Lombada dos Esmeraldos, esta propriedade tinha sido arrematada em hasta pública, aos descendentes do Conde de Carvalhal. Estas lutas e dissabores ainda estão muito presentes na memória colectiva do povo. Ambrósio Zino era o representante legal da Sociedade, concordou em fornecer uma planta dos terrenos, para medição, a fim de ser vendida aos colonos que a trabalhavam.

A sociedade violou as suas obrigações e faltou aos compromissos assumidos pelo seu administrador Zino, este envolveu-se em manobras pouco correctas incitando os caseiros a rebelarem-se contra o solicitador Macedo, os sinais dos tempos estavam contra os interesses dos caseiros, a prepotência da sociedade Giorgi e dos seus serventuários acabaram de levar de vencida os colonos da Lombada dos Esmeraldos e Lugar de Baixo, embora Macedo tenha lutado abnegadamente pelos interesses dos

³⁵ Em 1917 a Madeira reclama autonomia, - Nelson Virissimo. In Atlântico n.º 3, Funchal, 1985

³⁶ Citado em *“As crises de subsistência na História da Madeira”* por Rui Napumeceno Lisboa 2004. p. 185

caseiros, viu-se obrigado a exilar-se no estrangeiro, com honra e dignidade. Mais uma vez saiu vitorioso o grande capital e os Senhorios.

O território da Península Ibérica é pequeno em área e em habitantes, os territórios ultramarinos e as ilhas adjacentes faziam a grandeza física do País, tornavam Portugal um país de expressão mundial, afirmava a presença portuguesa no mundo e a língua portuguesa em todos os continentes. A diáspora madeirense espalhava-se pela América do Sul e África. Os Pontassolenses continuavam a emigrar, Angola e Moçambique foram destinos que Salazar aliciou com algumas regalias, nos anos 60 vai um grupo de Pontassolenses para Angola, província de Huambo.

Os militares que foram passando pelas nossas colónias uniram-se secretamente num protesto contra o terrorismo que vinha acontecendo nas províncias ultramarinas... O movimento de ideias que brotou após Maio de 68 teve com certeza influência no pensamento e nos comportamentos das pessoas.

“Da invasão de Goa pela União Indiana que pôs a nu a mediocridade dos meios militares, a par de um patético apelo à resistência por parte de Salazar que parece ter desejado um massacre para assim dar fraco pé a uma condenação internacional. Queria carne para canhão.”³⁷

(FONTÃO, 2003)

Há trinta anos, em vésperas do 25 de Abril, Portugal era um país anacrónico. O último império colonial do mundo ocidental, estava em guerra nas colónias Africanas.

Para os mais novos, actualmente será difícil imaginar o que era viver no Portugal de há trinta anos, onde todas as famílias tinham alguém a combater em África, muitos jovens do sexo masculino viajavam para o estrangeiro aos 14 anos, para não cumprir um serviço militar obrigatório de quatro anos.

A expressão pública de opiniões contra o regime e contra a guerra era severamente reprimida pela censura e pela polícia, os vários partidos e movimentos políticos eram proibidos, as prisões encontravam-se cheias de presos políticos, muitos políticos exilados, os sindicatos controlados e os trabalhadores sem direito à greve, os despedimentos eram irreversíveis e a vida cultural pobre e vigiada.

³⁷ Evocação “Reviver o 25 de Abril”, In O Referencial Outubro – Dezembro, 2003

O ensino não era obrigatório e o analfabetismo um entrave para... a cultura e o desenvolvimento.

Verificaram-se injustiças sociais, atrasos económicos e culturais durante quatro décadas seguidas num contexto de regime ditatorial.

Em 25 de Abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas derrubou o regime de ditadura que durante 48 anos oprimiu o povo Português. A liberdade foi restituída aos portugueses e, com ela a responsabilidade de decidir o futuro.

Os militares de Abril, em menos de 24 horas e sem derramamento de sangue, ocuparam os centros de poder, neutralizando e prendendo os governantes e os representantes do regime. O povo português à medida que se apercebeu do sentido democrático do movimento, tornou-se um participante activo, vivendo intensamente todas as peripécias da revolução.

À distância e com poucos meios de comunicação o povo da Ponta do Sol acompanhou de uma maneira muito própria estes acontecimentos, eram as “Vendas” e “Tascas”³⁸ que possuíam televisão e onde as pessoas se concentravam para ver e ouvir as notícias. Lembramos as noites inteiras coladas à rádio e TV para acompanhar as notícias da revolução dos cravos e os noticiários de *Última Hora*.

No primeiro dia da revolução os jornais publicaram-se sem censura, esta conquista democrática mudou completamente o quotidiano político cultural do povo português, e dos insulares Madeira e Açores, pois já tinham sido muitos os jovens que derramaram o seu sangue pela pátria.

As prisões abriram as portas a todos os acusados de delito de opinião, o novo poder reconheceu a todos os portugueses exilados o direito de regressarem á sua pátria. O povo português e povos das colónias compreenderam, desde muito cedo, a mensagem do 25 de Abril em relação à política colonial, assumindo a defesa do fim da guerra e do reconhecimento das Independências. O MFA, Movimento das Forças Armadas envolveu todos os participantes, ganhando com uma espantosa afirmação de vitalidade, a força necessária para prosseguir a mudança. Democratizar, descolonizar e desenvolver foram o lema para o regresso de Portugal ao fórum das nações livres.

Democracia, Socialismo e Liberdade passaram a ser as palavras mais pronunciadas pelos portugueses.

³⁸ TABERNAS

“O 25 de Abril constituiu o momento do despertar da Lusófia. Esta comunidade Lusófia que hoje se encontra firmemente edificada, só foi possível porque nessa data se assumiu oficialmente que a solução das guerras coloniais era política e não militar.”

(MONTEIRO VALENTE, 2003)

As transformações políticas e sociais que se verificaram em Portugal nesta época favoreceram a introdução de novos conceitos relativos à protecção patrimonial e a eclosão de movimentos associativos locais de defesa do património. O próprio Movimento das Forças Armadas promoveu a Campanha de Dinamização Cultural e Acção Cívica, que decorreu entre Outubro de 74 e Outubro de 75, através da qual pretendeu promover a ideia de que “ *A cultura não se impõe: a cultura nasce do povo (...)*”.

Nos anos 80 nesta parcela de território português ganha-se autonomia política e administrativa. Dez anos depois verifica-se a adesão de Espanha e de Portugal à Comunidade Europeia, em 1 de Janeiro de 1986.

- **Aspectos económicos e demográficos**

No início do século XX, o rendimento da produção de leite é considerado uma parte importante para o orçamento das famílias. Surgiu a Fabrica de manteiga do Ribeiro situada no Lombo dos Canhas, com a denominação de “Sociedade de Laticínios Camacho & Companhia”,

Desde meados do século XIX que a concorrência destes fabricantes era desleal, o que originou a guerra do Leite. A publicação do Decreto-Lei nº 26655, de 04706/1936 veio criar a Junta Nacional de Laticínios, tendo uma delegação na Madeira para coordenar e comercializar estes produtos. Ao serem exigidas melhores condições higiénicas e sanitárias aos produtores deu-se a revolta do leite em 1936,

Estes vestígios da Arqueologia Industrial, os postos de recolha e de desnatação encontram-se esquecidos e abandonados pelos proprietários, autarcas, e pela União de Laticínios da Madeira, que poderia aproveitar e fazer um núcleo museológico relacionado com os laticínios, (um economuseu).



F5

A criação do gado foi sempre uma actividade importante nesta freguesia, pois existia muitos bons pastos. Embora a carne não fosse muito consumida nos hábitos alimentares, mas o leite e o queijo muito apreciados.

Depois da ocupação Inglesa, por volta de 1808 os Funchalenses começaram a consumir maior quantidade de carne, o que fez com que o gado deste Concelho em especial da freguesia dos Canhas fosse muito procurado.

A pastorícia e a criação de gado “cabrum” e caprino na Serra era suficiente e vantajosa para abastecer com a sua lã o trabalho das Tecedeiras.

Na pesquisa feita por João Adriano Ribeiro, historiador e autor de várias monografias, estudioso dos costumes regionais refere no seu Livro “O Trajo na Madeira” refere que os “Senhores” eram obrigados a vestir e até a calçar os seus criados. O que justifica a grande quantidade de Tecedeiras.

“ A vasta documentação consultada menciona outra variedade de roupa e tecidos usados na vida doméstica: mortalhas, lençóis, guardanapos, travesseiros, colchas, cobertas, enxergas, almofadas, fronhas e uma diversidade de toalhas (de mãos de escomilha de mesa, de favo de prego e de cabeça).”

(RIBEIRO, 1993: 28)

Ribeiro na obra já citada faz um levantamento de teares onde se verifica a existência de 18 tecedeiras com tear a laborar no Concelho da Ponta do Sol, esta foi uma actividade relevante para a economia daquela localidade, que dependia da criação de gado e do cultivo do linho. O Fiador era o responsável pelo exercício do ofício da tecedeira e pelo pagamento dos seus impostos.



F6

TECEDEIRAS NO CONCELHO DA PONTA DO SOL			
1835-37			
TECEDEIRA	FIADOR	SÍTIO	FREGUESIA
Vitória Rosa	Francisco José Garcês		Ribeira Brava
Ana Rita (viúva)	Ildefonso Abreu		Ribeira Brava
Maria José (viúva)	Manuel Abreu	Achada	Ribeira Brava
Maria José	Manuel da Silva	Pico Ferreiro	Tábua
Maria Josefa	Manuel Ferreira	Pedra Mole	Ribeira Brava
Joaquina Maria	Manuel Pereira	Roda	Ribeira Brava
Vitória Maria	José Garcês	Apresentação	Ribeira Brava
Ana Vieira	Basílio Gonçalves	Achada	Ponta do Sol
Maria Rosa	António da Costa	Bica de Pau	Tábua
Ana Joaquina	João Abreu Macedo	Poiso	Serra d'Água
Antónia Maria	António dos Santos	Fajã	Serra d'Água
Maria de Jesus	Ildefonso Abreu	Achada	Ribeira Brava
Maria Margarida Conceição	Ildefonso Abreu		Ribeira Brava
Francisca Maria Conceição	António Rodrigues Mano	São João	Ribeira Brava
Vicência Rosa	António Abreu	Lombada	Ponta do Sol
Maria de Jesus	António Rodrigues	Louros	Ponta do Sol
Maria de Ponte	Joaquim Fernandes	São Tiago	Canhas
Maria Joaquina	António Pestana	R.⁸ de São	Canhas
Brazida dos Santos	António Rodrigues	Terças	Ponta do Sol
Antónia Andrade	Francisco Andrade	Portada	Ponta do Sol
Margarida Jesus	João Ferreira	L^o das	Ponta do Sol
Andresa de Jesus	António Francisco	Lombada	Ponta do Sol
Ana Alves Jesus	José Martins	Lombada	Ponta do Sol
Inácia Jesus	António José Silva	Lombada	Ponta do Sol
Isabel Joaquina	João da Silva	São Tiago	Ganhas
Andresa Encarnação	José Rodrigues Teixeira	Lombada	Ponta do Sol
Luzia de Jesus	Francisco Teixeira	Lombada	Ponta do Sol
Maria de Jesus	António Rodrigues Garcês	Ribeira	Ponta do Sol
Antónia Gonçalves	Manuel Pita	Quebrada	Canhas
Maria de Jesus	Ildefonso Abreu	Banda	Ribeira Brava
Maria Vicência Jesus	José Gomes	Terças	Ponta do Sol
Ana de Jesus	Francisco Teixeira Araújo	Lombada	Ponta do Sol

Fonte: “O Trajo da Madeira subsídios para o seu estudo” de João Adriano Ribeiro Funchal, 1993.

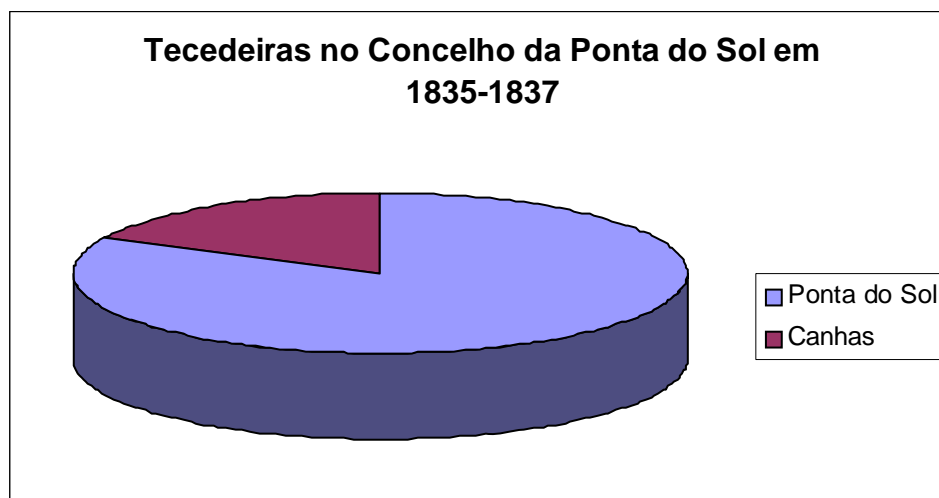


Gráfico nº 1

O linho

A cultura do linho na Madeira esteve, assim, durante muitos e muitos anos, associada à produção de tecidos para o vestuário e outras utilidades da vida doméstica das populações rurais. Com o tecido de linho, alvo, confortável e muito durável faziam-se toalhas de *altar*, de mesa, de *baptizado e as* próprias camas, as quais depois eram, cheias de lã ou de palha de cereais, como ainda camisas e roupa interior, quer masculina, quer feminina.

A preparação do tecido de linho era uma manufactura muito complexa, envolvendo diversas operações e instrumentos de fabrico artesanais pelo que o povo chamava a este processo o "fadário do linho" ou os "tormentos do linho".

A cultura do linho na Madeira esteve, assim, durante muitos e muitos anos, associada à produção de tecidos para o vestuário e outras utilidades da vida doméstica das populações rurais. Com o tecido de linho, alvo, confortável e muito durável faziam-se toalhas de *altar*, de mesa, de *baptizado e as* próprias camas, as quais depois eram, cheias de lã ou de palha de cereais, como ainda camisas e roupa interior, quer masculina, quer feminina.

A preparação do tecido de linho era uma manufactura muito complexa, envolvendo diversas operações e instrumentos de fabrico artesanais pelo que o povo chamava a este processo o "fadário do linho" ou os "tormentos do linho".

A cultura do linho foi perdendo importância ao longo do tempo, mais aceleradamente a partir dos finais do século dezoito, devido à crescente concorrência de têxteis de outras origens, e de outros materiais, trazidos pelos ingleses e até há muito poucos anos tinha um carácter quase residual. Se a manutenção de algumas manchas da cultura ficou indelevelmente ligada à tradição rural e ao trabalho realizado por certos grupos de folclore, na pesquisa e preservação dos trajes típicos regionais, o retomar contemporâneo do interesse por esta produção ficou a dever-se ao desenvolvimento de projectos promovidos pela Direcção Regional de Agricultura e por algumas casas do povo da Região. Assim, designadamente nos concelhos de Santana e da Calheta, recuperaram-se nas décadas de noventa alguns núcleos produtivos e expandiram-se as áreas de cultivo, introduziram-se novas variedades de alto rendimento e de excelente qualidade, adquiriram-se novas tecnologias que facilitam grande parte do processo de obtenção da fibra, como ainda proporcionaram-se diversas acções de formação em tecelagem, costura e bordado. O tecido de linho *da terra*, da nossa terra, é hoje um material raro e nobre, que recebe e engrandece a beleza do mais fino Bordado Madeira, e no toque de cada fio de que é feito, há uma memória que ressurge, a da mais pura ruralidade madeirense.



F7

A partir de uma panorâmica geral, da forma como se vestiam os madeirenses no séc. XIX e que contribui para caracterizar a indumentária dos grupos de folclore e o seu aparecimento, ficamos a saber outras actividades económicas, além dos canaviais, da vinha e da banana.

Segundo fomos informados por alguns artigos publicados o folclore aparece pela primeira vez referenciado por um oficial da marinha Americana em 1845, no journal of an African Cruiser, London ed. by Nathaniel Hawthorne, p.89 da seguinte forma:

“tanto os homens como as mulheres usam um barretinho azul forrado a escarlata (...) em forma de funil invertido. As mulheres têm fatos completos curtos com capas de cabeções azuis escuras debruadas com azul mais claro, ou então escarlates orladas de azul, estas cores formam uma distinção de regiões: as raparigas do lado norte da ilha usam as capas vermelhas e as do sul azul.
(citado por RIBEIRO, 1993: 75)

Perante esta descrição justifica-se o fato de Baeta azul característico da freguesia dos Canhas sendo uma freguesia do sul com tradição de fabrico de panos pelas tecedeiras, estes, toscos e grosseiros eram usados em conformidade com outros adquiridos aos “Adelos”³⁹ vindos do exterior. Os habitantes mais humildes vestiam os panos tecidos pelas tecedeiras locais.

Num passado muito próximo da memória colectiva, antes da distribuição domiciliária da água potável, a roupa era lavada nas ribeiras, nas levadas, e nos lavadouros públicos. Aqui também se lavavam os produtos da terra, a batata, a “semilha” a cenoura o inhame. Mas ao fim do dia era ali que se cumpriam os hábitos de higiene, como lavar os pés, as mãos, a cara, o pescoço, antes de regressar a casa. O banho geral era depois feito em casa, numa banheira grande de zinco geralmente colocada na cozinha, e depois arrumada noutra dependência, porque o quarto de banho quase não existia, e a retrete geralmente ficava afastada da casa.

³⁹ Adelos eram os comerciantes que vendiam ao domicílio Tecidos importados. In “O Trajo na Madeira” de João Adriano Ribeiro, 1993

- **A bananicultura**

De acordo com o já referido Historiador as primeiras referências á plantação de bananeiras datam de 1774. Com o regresso dos emigrantes que andaram por terras de Demerara, introduziram também outras espécies.

“O anfiteatro que se estende desde a Ribeira Brava ao Ribeiro da Cruz, na costa Sudoeste é uma zona semi planáltica, onde proliferam os lombos, e as lombadas separadas por vales largos e pouco profundos. Constituem este litoral, escarpas, altíssimas com algumas fajãs de condições excepcionais para a cultura da Bananeira.”

(RIBEIRO, 1993: 153)

A actividade pesqueira, que era desenvolvida na Freguesia da Madalena do Mar foi aos poucos e poucos abandonada e os seus habitantes voltam-se para a tão procurada cultura da banana.

O Concelho tem vindo a perder, nos últimos anos, o carácter rural e agrícola que o caracterizou nos últimos séculos, apesar de grande parte da população depender da actividade agrícola de pequenas explorações familiares, minifundiárias.

A criação de gado, que no passado recente foi a maior prosperidade, tem actualmente uma importância muito diminuta. Apesar dos subsídios governamentais para aqueles que se disponham à criação de vacas.

Apesar da recente preocupação na execução de estradas, caminhos e veredas, que permitam escoar os produtos agrícolas, com menos dificuldades, as explorações agrícolas familiares, nos moldes tradicionais, estão a tornar-se cada vez menos rentáveis. A mão-de-obra agrícola e os salários exigidos não permitem aos que possuem pequenas explorações agrícolas rendimento compensatório. Esta crise é observada nas parcelas de terrenos que outrora foram muito produtivas e agora encontram-se abandonadas.

No entanto, por via de subsídios concedidos pela EU, e sensibilizando jovens agricultores, estão a nascer explorações com processos modernos de cultivo em regime de estufa, na áreas da floricultura e da horticultura, o que pela sua volumetria descaracteriza a Paisagem, provocando um certo impacto ambiental na paisagem.

- Aspectos Sócio Culturais

Em 1804 dá-se uma gigantesca quebrada no Lugar de Cima na lombada, do aluimento de terras nasceu uma enorme fajã à qual chamaram Lugar de Baixo, o acontecimento foi tão estrondoso que fez-se ouvir a léguas de distancia, entrando as águas do mar pela vila da Ponta do Sol dentro, subindo a encosta, inundando o casario. Desta situação, resultou uma ligação terrestre mais próxima à Ribeira Brava.

A situação sócio económica no primeiro quartel do século XX sofreu alterações profundas. As inovações técnico-científicas desenvolveram-se, as hidroeléctricas fornecem electricidade, as estradas e a introdução do automóvel, o fonógrafo e gramofone, a rádio e o cinema, os raios X, o telefone⁴⁰ etc. Contudo só uma minoria da população pontassolense usufruía desses benefícios⁴¹, pois a maioria vivia em difíceis condições, tendo como base para a sua subsistência a agricultura a pecuária e a pesca.

As actividades lúdicas eram asseguradas pela Banda Municipal, o Clube Cine Sol, o Grupo de Folclore, Grupo de Teatro, Grupo Coral, Associação Desportiva Pontassolense e grupos musicais de ritmos modernos efémeros.

- A Banda Municipal

Num espaço onde a terra absorvia os homens no trabalho e na vida do dia a dia, a banda era uma evasão para todos aqueles que procuravam na sede um refúgio e um sopro de liberdade. A presença das bandas na sociedade madeirense foi muito forte e foi nas zonas rurais que as bandas mais se distinguiram. E participaram no desenvolvimento cultural das populações. A Banda Municipal da Ponta do Sol é uma das mais antigas, embora tivesse algumas interrupções. Foi reactivada várias vezes.

“A Banda da Ponta do Sol surgiu no primeiro de Dezembro de 1882, com o apoio de uma família importante e tida como uns mecenas desta localidade – a dos Wilbrahan.”

(SARDINHA, 2003)

Primeiramente chamou-se Restauração e pouco depois, Príncipe d’Odemburg. Teve um grande historial até quase aos nossos dias, porque se manteve como nome original mesmo sendo uma banda municipal.

- Clube Cine Sol

⁴⁰ O primeiro telefone a ser instalado nos Canhas foi em Agosto de 1930 no Estabelecimento Comercial de José Fernandes Serrado.

⁴¹ A iluminação eléctrica chega em 1956. Embora alguns possuíssem geradores para produzir a sua energia.

Situado na Rua Padre Leão Henriques, Vila da Ponta do Sol, o clube como é vulgarmente conhecido reunia na década de 30 e 40 a “aristocracia” pontassolense. Edifício de sabor romântico com 2 pisos no superior sete janelas de vidros partidos em losangos no alto da fachada, a data da sua construção 1933. Actualmente, é quase nula a sua actividade que se baseia em jogos de salão, cartas póker, bilhar.

- O Grupo de Folclore

Foi criado no início da década de oitenta (02.08.1981) com o intuito de preservar a identidade cultural do Concelho que é o símbolo dos valores reais dos modos de ser e de estar, do trajar através dos tempo e das *gentes*. Embora muita coisa se tenha perdido, outras perpetuaram-se através de atitudes, objectos e tradições, de modo que, em contacto com a população mais idosa, recolheram documentos, objectos e fotografias.

Outras formações sem grande continuidade apareceram nas décadas de 50 e 60 em ocasiões festivas e cerimónias oficiais. Sem incentivos oficiais não conseguiam permanecer como grupo e desfaziam-se. Após o apoio dado ao Folclore pelas Casas do Povo nos anos 80 surgem em quase todos os concelhos um grupo de folclore. A actividade do grupo de Folclore assenta numa política cultural que articula, entre outras vertentes, a educação, a valorização do Património Local passando transmissão, pela conservação dos seus acervos etnomusicológicos

Tipo de Instituição	Património Arquitectónico	Património Imaterial	Património Natural	Arte Sacra	Etnografia	Património industrial
Banda Municipal		músicas				
Câmara Municipal	Solares Moinho Relógio			Capela de S. Sebastião S. António		Relógio Água Moinhos
Club Cine Sol	Edifício					
Grupo Folclore		Tradições cantares				
Associações Culturais						Objecto Lacticínios
Diocese Particulares				Capelas Cap- Anjos		

Área Patrimonial Predominante do Concelho da Ponta do Sol

A Direcção de Serviços do Património Cultural, pertencente à Direcção Regional dos Assuntos Culturais SRTC – RAM, entidade responsável pelo levantamento e classificação do património Cultural Imóvel em toda a Ilha.

Imóveis Classificados no Concelho da Ponta do Sol

IMÓVEL	CATEGORIA	Valor	Jornal Oficial / Diário da Rep.	Res./Dec.
Igreja de Nossa Senhora da Piedade Canhas	Monumento	IIM		
Capela de Nossa Senhora dos Anjos Canhas	Monumento	IIM		
Relógio de água Canhas	Monumento	IIM		
Igreja de Santa Maria Madalena Madalena do Mar	Monumento	IIM		
Casa ou Solar dos Freitas Madalena do Mar	Monumento	IIM		
Igreja de Nossa Senhora da Luz Ponta do Sol	Monumento	IIP		
Capela do Espírito Santo Ponta do Sol	Monumento	IIP		
Casa ou Solar dos Esmeraldos Ponta do Sol	Monumento	IIP		
Capela de Nossa Senhora do Livramento Ponta do Sol	Monumento	IIM		
Capela de Santo Amaro Ponta do Sol	Monumento	IIM		
Capela de S. António e casa dos Azevedos - Ponta do Sol	Conjunto	IIM		
Capela de S. João Baptista Ponta do Sol	Monumento	IIM		
Capela de S. Sebastião Ponta do Sol	Monumento	IIM		
Vila Passos Ponta do Sol				

Fonte: DRAC (2004)⁴²

⁴² Em Anexo

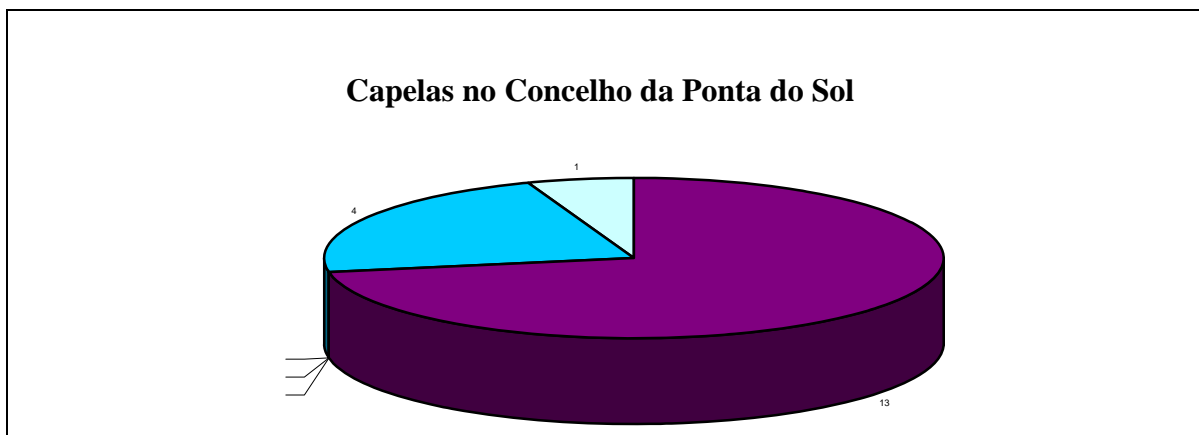


Gráfico nº 2

Analisou-se entre outras questões a realidade social que está subjacente à população Pontassolense, marcada pelo acelerado declínio demográfico, proveniente de uma população envelhecida e de poucos recursos, os censos 2001 revelam que apenas numa década se perdeu na Ponta do Sol 11,2% dos escassos habitantes.

Neste cenário tornou-se urgente para o Grupo de Folclore envolvido nesta problemática a urgência de promover a recolha, conservação e investigação científica do legado histórico-cultural e ambiental desta comunidade.

Ficou claro ao nível das intenções, a necessidade de preservar perpetuando para os vindouros os diversos saberes, memórias e modos de vida dum litoral rural que esteve esquecido e imune à destruição ambiental; este potencial pode assegurar um incentivo à economia desta localidade e desta região.

Da onda de desenvolvimento crescente espera-se uma coexistência pacífica com o património ambiental e cultural da zona Oeste, evitando que seja destruído pela *aculturação*, uma paisagem marcada pela mancha verde dos banais e da vinha, em outros tempos já foi marcada pelos tons verdes dos canaviais.

Dentro de poucos anos poderá ser substituída pelas estruturas côncavas das estufas de flores, legumes e vegetais. Por uma volumetria exagerada nas construções... e resta-nos os desabafos do povo inconformado... Porque desenvolvimento não é igual a crescimento.

2.3 O Turismo e as especificidades do Concelho

O Concelho da Ponta do Sol composto por três freguesias, localiza-se na parte Oeste da Ilha entre os Concelhos da Ribeira Brava e Calheta. Nos dias de hoje aposta nas suas potencialidades Turísticas, dado que na sua área predomina o clima ameno, ao longo de todo o ano, as magníficas paisagens naturais e as excelentes condições balneares. Pela sua localização geográfica e pela sua história, este município conhecido como o mais quente da ilha e onde o Sol brilha durante maior número de horas, é possuidor de vasto e rico património natural e cultural.

O Turismo é considerado actualmente um dos sectores mais relevantes no desenvolvimento económico de Portugal. O emprego que gera, as receitas que cria e a sua interdependência com outros sectores da economia portuguesa fazem com que seja considerado um sector prioritário e estratégico.

A região Madeira apareceu no “ranking” nacional como sendo a terceira maior região em termos de camas, com cerca de 18% do total da oferta existente.

O Turismo da Madeira nasce no século XV a partir do momento em que a ilha é descoberta prosseguindo pelos séculos seguintes e de acordo com as várias conjunturas. Devido à sua posição geográfica e às navegações oceânicas através do Atlântico a Madeira surge na cartografia da época destacando-se pelos aspectos da sua geologia, orografia, clima, flora e fauna, antropologia e beleza paisagística, obtendo a denominação de a “Ilha dos Amores” e de “Pérola do Atlântico”. Nos séculos XVII e XIX e destacando-se pelas qualidades do seu clima e dos seus efeitos terapêuticos.

O Concelho da Ponta do Sol apresenta um conjunto de recursos Turísticos naturais muito diversificados nomeadamente ao nível do património vegetal, bem como um património histórico cultural riquíssimo que retrata as várias etapas da sua história.

Nesta sede Concelhia em 1848, procede-se à construção do Cais, aproveitando o cais natural ali existente, um dos impulsionadores daquele empreendimento foi o Duque de Leuchtenberg, aquando da sua visita, aquela localidade expressou esse desejo contribuindo com uma certa quantia, para o pagamento das despesas, e o engenheiro Tibério August Blanc encarregou-se do respectivo projecto.

A ponte que liga as rochas formando aquele arco denomina-se o Tojo e foi de construção difícil devido a bravura do mar, levaram cerca de cinquenta anos até concluírem as escadarias do lado leste e oeste, a abóbada e a galeria.

No início do século XIX é um importante local de ligação com a lado Oeste da Ilha, o transporte de materiais, vinho e canas-de-açúcar, os transportes de carreira transportando as pessoas ao Funchal e vice-versa, eram mais rápidos por via marítima. É ali colocado um posto alfandegário para controlar as cargas. Além deste existe o dos Anjos e da Madalena.

Uma vez que o Turismo é uma actividade interdisciplinar que engloba uma diversidade de subsectores, além da Hotelaria as agências de viagens, as rent-a-cars, os serviços culturais, a restauração, o comércio de artesanato etc. Podemos considerar que o Concelho da Ponta do Sol ao desenvolver-se Turisticamente tem algumas carências e precisa de precaver-se com algumas infra-estruturas essenciais ou fundamentais. A primeira será uma rede de esgotos e resíduos pluviais, que começou a ser implementada em 2004.

Restaurantes e outros serviços:

Em 1996 surge a primeira unidade de turismo rural no Concelho.

Quinta do Alto de São João, direccionada para o Turismo Rural, fica localizada ao sítio do Lombo de São João, este empreendimento é propriedade de um Pontassolense e foi participado pelo programa LEADER II, por um edifício recuperado, tem 14 quartos 2 suites, um restaurante, uma piscina e está integrado numa exploração frutícola e apicultura.⁴³

Quinta da Rochinha é propriedade da Sociedade Costa de Baixo Turismo Limitada, possui também um edifício recuperado mas conjugado com outro construído novo e com uma arquitectura contemporânea integrando-se no ambiente natural envolvente.

Na antiga fábrica da massa, na parte urbana da Vila foi construído o Hotel Baía do Sol, este empreendimento reconverteu um conjunto de edifícios antigos da marginal da vila, mantendo a arquitectura tradicional, destruindo o Passadiço⁴⁴ que ali existia e era o único na arquitectura madeirense. É propriedade de um empresário madeirense. Virado para o Oceano possui 71 quartos, restaurante e esplanada.

⁴³ In Boletim Camarário Ponta do Sol ed. CMPS 1997— 1999 -2002

⁴⁴ In Revista Saber “Retratos do nosso Património” em anexos.

Turismo de Habitação

Na época de Verão, alguns proprietários, hospedam em suas casas, turistas que optam por este acolhimento mais familiar.

Conforme notícias vindas a público na imprensa local estão projectadas mais unidades hoteleiras para este Concelho.

Para que o Turismo seja visto como uma forma de desenvolvimento local é necessário que haja um planeamento correcto dos recursos e das infra-estruturas locais. João Manuel de Lemos Baptista no seu estudo sobre “*A Evolução do Turismo na Madeira no período de 1975 a 2000*” refere que: “*Para alcançar um desenvolvimento turístico de sucesso é importante um planeamento a todos os níveis*”. (BAPTISTA, 2004:46)

Este especialista em turismo salienta a importância do conceito de desenvolvimento turístico sustentável que se filia no conceito de desenvolvimento que genericamente recupera a definição de Brundtland como “*sendo um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidades das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades*”. (CCE, 1992:p4)



F8



F9



F10



F11

- Plano Director Municipal

O planeamento deverá ser a principal preocupação do plano director municipal e dos planos de pormenor.

No nosso entender os contextos actuais obrigam a uma alteração ao plano director⁴⁵.

Ao longo deste tempo já vários especialistas expressaram o seu ponto de vista e reflectiram mais concretamente sobre a protecção e revitalização de elementos de interesse patrimonial nos modelos de desenvolvimento do território e nas políticas de gestão. Os planos de pormenor não são do conhecimento público e ficaram obsoletos depois das recentes transformações urbanísticas.

Outros profissionais partilharam connosco as suas experiências contribuindo para a realização de abordagens multidisciplinares, sugerem planos estratégicos com preocupações futuras sobre a agricultura, industria e urbanismo.

“A Assembleia Municipal da Ponta do Sol aprovou em reunião extraordinária realizada no dia 27 de Junho de 2002, e sob proposta da Câmara Municipal o seu Plano Director Municipal. O plano foi elaborado em cumprimento do quadro legal em vigor, à data da sua elaboração, nomeadamente do Decreto-Lei n.º.69/90, de 2 de Março, alterado pelos Decretos-Leis n.º.211/92, de 8 de Outubro, e 155/97, de 24 de junho, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º.19/90, de 23 de Julho, tendo sido entretanto os seus procedimentos de elaboração adequados ao estipulado no Decreto-Lei n.º.380/99, de 22 de Setembro, que veio estabelecer o novo regime Jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

O Plano foi objecto de parecer favorável da comissão de acompanhamento, subscrito pelos representantes dos serviços da administração pública cujos resultados foram devidamente ponderados. Verifica-se a conformidade do Plano de Ordenamento da Região Autónoma da Madeira (POTRAM), bem como com as disposições legais e regulamentares vigentes no âmbito da Região.”⁴⁶

⁴⁵ Disponível em www.cm-pontadosol.pt. [01-07-2005]

⁴⁶ In boletim municipal da Câmara Municipal da Ponta do Sol, n.º 1 Novembro 2002, p14

Na imprensa diária local, em 20 de Julho de 2004, neste artigo do Arquitecto Luís Vilhena⁴⁷ que passo a citar encontramos o que nos inquietava, e por palavras estava difícil de comunicar.

“O Sol enganador

Este texto é um elogio à Ponta do Sol. Não à Ponta do Sol descaracterizada, que hoje se quer mostrar progressista e moderna mas que, no esforço de alcançar a sofisticação, perdeu a graça com que encantava os seus visitantes. É um elogio de saudade. Um elogio à Ponta do Sol que um dia conheci, antes de ter sido tomada pelo “novoriquismo” de uns e o deslumbramento de outros; antes do cimento a invadir de forma inusitada e desqualificada; quando passar aqui era um descanso para a alma, uma celebração da natureza e à forma como o Homem a domesticou.

Dois lombos fazem chegar ao mar a montanha e guardam, entre si essa pequena baía onde nasceu a Ponta do Sol. A escala criada pelas encostas onde se encaixa a Vila, oferece uma paisagem contida que dantes se oferecia aos viajantes, de repente, por um percurso furado nas rochas. A recebe-los tinha um conjunto edificado composto por um casario e armazéns que, sem especial qualidade arquitectónica, tinham o mérito de serem verdadeiros e se encaixarem plenamente na escala que a natureza lhes tinha oferecido. A nascente, a notável construção que, combinando a engenharia e a sábia forma como os antigos souberam fundir as suas obras com a natureza, resultou no cais de embarque que outrora recebia os barcos de cabotagem. Hoje sem qualquer funcionalidade, completa a paisagem enriquecendo o sítio.

(VILHENA, 2004)

As encostas dos lombos, à boa maneira da Madeira, foram enriquecidas pela construção dos poios e dos muros que os suportam e que se mesclam com a rocha. Servindo antigamente para a subsistência do povo, alimentam hoje os olhos dos turistas que nos visitam. A praia de calhau, que hoje já não se consegue vislumbrar, era uma praia típica da Madeira. O calhau, como elemento natural da ilha, fazia a transição natural entre o mar e a terra.

⁴⁷ In DN Madeira 24-07-2004

Estava lá tudo: a paisagem única, num casamento perfeito entre o mar e a ilha; a praia original, por muitos conhecida como “a Côte d’Azur” dos madeirenses completada com elementos artificiais que não só se enquadravam na perfeição como valorizavam o lugar; o Cais, local de encontro, de praticantes de pesca desportiva e o espaço urbano que, na escala em que foi construído, se adaptava à natureza, moldando-a, sem ferir. Estava cá tudo. Era só melhorar, recuperar, renovar. Era só CONTINUAR.

E AGORA?

“Que desenvolvimento é este que, para além de não respeitar aquilo que a natureza lhe ofereceu, se permite renegar todo um património construído ao longo de anos. Património natural e construído, que tem concorrido para trazer o turismo do qual se tem alimentado esta terra. Alguém perguntou a alguém, se este era o caminho? Era isto que queria o povo da Ponta do Sol? Se assim era a meu ver, vai-se dar mal.

Porque agora só vai poder oferecer uma plataforma de betão para receber veraneantes, uma marginal com edifícios a fingir antigos à boa maneira da Disneylandia, sem carácter, e um pôr-do-sol assombrado por toda essa ânsia de fazer qualquer coisa sem se pensar naquilo que se está a fazer. É uma pena”.

(VILHENA, 2004)

- Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Ponta Oeste

A criação desta sociedade de desenvolvimento regional em 2001 ultrapassou barreiras⁴⁸ (o plano director) e tornou-se uma acção concreta, nasceu para realizar acessos mais rápidos, encurtando as distancias, tendo a seu cargo a execução de obras que pela sua dimensão e impacto social são reveladoras de grande visibilidade.

Nesta sociedade de desenvolvimento e promoção do Oeste da Madeira tem vindo a ser desenvolvida uma política centrada nos problemas que atingem as zonas geográficas e economicamente mais desfavorecidas (no entender deles os políticos) procuraram promover a criação de infra-estruturas necessárias à melhoria das condições de vida das populações dos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta, conseqüentemente, potenciando o desenvolvimento e funcionamento das actividades económicas, com evidentes efeitos multiplicadores nas economias locais.

⁴⁸ O plano director não está em conformidade com as propostas da (S.P.D.P.O.).

Mediante esta estratégia de desenvolvimento e intervenção local o Governo Regional da Madeira proporciona, uma requalificação urbana e “*um correcto ordenamento do território*”, uma melhoria no bem-estar da população, contribuindo seriamente para o recrudescimento do tecido económico e social e para a mobilização do potencial de iniciativa **endógena**.

“Fiéis a este propósito, as sociedades de desenvolvimento propõem-se a desenvolver um conjunto de actividades tendo em vista a promoção e dinamização dos produtos locais, fomentando a ligação e inter cooperação dos produtores regionais com os distribuidores nacionais e internacionais, por forma atingirem outros mercados aumentar a produtividade e introduzir novas iniciativas empresariais nesta área ou em áreas colaterais, combatendo as assimetrias que condicionam os níveis de desenvolvimento e oportunidades entre autarquias locais e populações”.

(S. P. D. P. OESTE, 2001)

Perante estes propósitos as preocupações com a preservação cultural, com a defesa da nossa identidade e com a memória colectiva não são as relevantes nesta sociedade de desenvolvimento (S.P.D.P.O.).

A memória colectiva é muito mais abrangente do que o conteúdo dos museus, bibliotecas e arquivos. Detém o património oculto: toda a experiência humana, todo o conhecimento, todos os processos de trabalho e todas as formas de expressão criadas pela Humanidade, juntamente com o meio físico circundante, estas, pertencem aquelas partes da memória colectiva que raramente estão presentes nas preocupações destas organizações.

Não podemos concordar com o actual modelo de Desenvolvimento implementado pela Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Ponta Oeste, pois, o mesmo não está a ser realizado de forma ponderada, planeada e com regras, mas sim num ritmo desordenado, desenfreado e acelerado onde o conceito de Desenvolvimento Sustentável⁴⁹ justo, que vise satisfazer as necessidades das gerações presentes sem

⁴⁹ “Desenvolvimento sustentável na Europa para uma melhor estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável” (Proposta da Comissão ao Conselho Europeu de Gotemburgo) Julho de 2000, Comissão das Comunidades Europeias. Arquivo capturado em www.eu.com

comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras está a ser simplesmente deturpado.

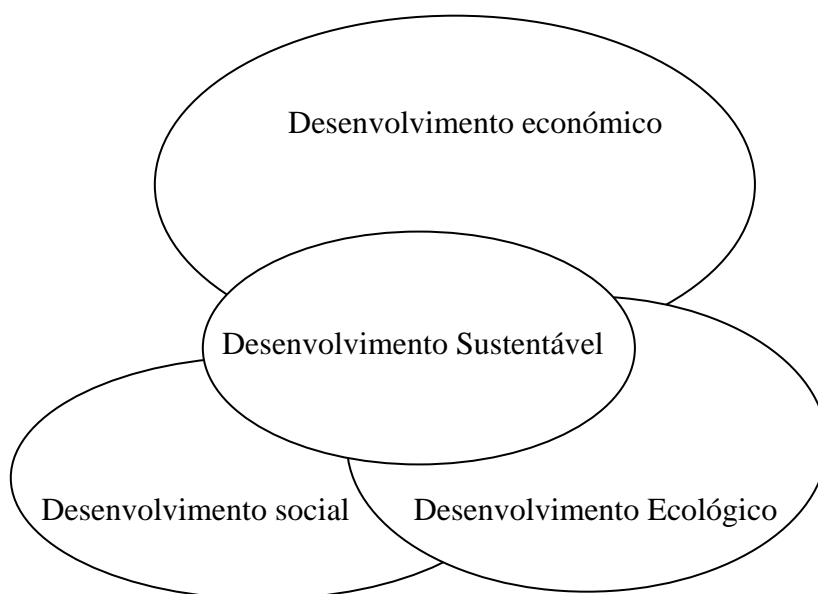
- O Desenvolvimento Sustentável

O desafio deste novo conceito (programa) é desenvolver, testar e disseminar modos de desafiar o processo de desenvolvimento económico para que este não destrua os ecossistemas e os sistemas que são as comunidades (cidades, vilas, bairros, e famílias, por exemplo) que fazem a vida possível e valer a pena.

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que proporciona serviços ambientais, sociais e económicos básicos a todos, sem ameaçar a viabilidade dos sistemas ecológico e da comunidade.

A qualidade ambiental não é apenas a defesa do ambiente e património naturais. O património construído com a sua carga cultural, é um valor indissociável da qualidade ambiental

O Ambiente pode ser entendido como conjunto de sistemas físicos, ecológicos, económicos e socioculturais com efeito directo ou indirecto sobre a qualidade de vida do homem. É um conceito recente com pouco mais de 30 anos. No entanto, é claro que desde muito antes a humanidade teve um relacionamento com o meio envolvente,



Ambiente, Ecologia, Desenvolvimento Sustentável, foram assuntos abordados na declaração de Santiago do Chile em 1972 onde se dizia: “*Que o museu é uma instituição*”

ao serviço da sociedade, da qual faz parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve....” (Santiago do Chile, 1972)

No entanto é preciso utilizar outras fórmulas distintas das actuais pois a maneira como o sistema democrático está implementado ao nível autárquico, tem levado à destruição da paisagem rural, ao desenvolvimento caótico das cidades e à degradação da qualidade de vida urbana.

Para que o equilíbrio exista é necessária a existência de um plano estratégico com todos os cidadãos ou a população da localidade a participar.

O Contributo dos Museus em desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a esse ambiente e que tenha o conhecimento, as atitudes, as motivações, o envolvimento e habilidades para trabalhar individual e colectivamente em busca de soluções para resolver os problemas actuais e prevenir os futuros, foi a grande preocupação dos que aderiram às reflexões do movimento da Nova Museologia. Esse objectivo já é um motivo suficiente para qualquer museu promover a educação ambiental, a educação para a cidadania.

Qual o país que não precisa de um cidadão como este? Mas existem ainda outras boas razões, em muitos níveis, para que um país promova seriamente a Educação Patrimonial e Ambiental.

“ A criação do conceito de ecomuseu em 1972, França, introduziu a noção de museu ressonante, seja o que escapa ao prédio ou ao sítio, receptáculo de colecções a conservar e a difundir para se estender ao conjunto de um território (um museu integral) tomando em conta todos os aspectos de um território, numa perspectiva ambiental ou ecológica, como também, os riscos políticos da melhoria da condição humana (Declaração de Santiago do Chile, 1972), ao sentido existencial que lhe emprestou Malraux no fim do século XX”.

(PIERRE MAYRAND, 2003)

O museu torna-se fragmentado em relação a sua missão tradicional “eclaté” . A ideia de museu, como instituição ao serviço do público, não pode ser indiferente aos movimentos da sociedade. O museu simplista claustrofóbico, como prédio, caixa forte, cofre, não se torna num instrumento de mudança social que tanto precisamos.

O Ecodesenvolvimento Sustentado

“O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas necessidades”

Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento

(Comissão Brundtland, 1987)

Este conceito de desenvolvimento insere sobre o Ambiente, a Economia, e a Equidade Social e teve a sua origem nos anos 70. Foi em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em Estocolmo que o mundo foi alertado e chamado à atenção para uma reconciliação entre o desenvolvimento ambiental e desenvolvimento económico.

Na década seguinte o termo desenvolvimento sustentado entra na arena política, é publicado pela Comissão Mundial do Ambiente o relatório conhecido por Brundtland que alertava para a nova era do crescimento económico, baseada em políticas que sustentassem e expandissem a base de recursos ambientais. Em Junho de 1992, no Rio de Janeiro realizou-se a **Cimeira da Terra**, Conferência das Nações Unidas, sobre o meio Ambiente e o seu Desenvolvimento recomendando para que todos os Países deveriam produzir estratégias para o desenvolvimento sustentado e um plano de acção chamado Agenda 21. Neste encontro de nações debateu-se e reflectiu-se sobre os graves problemas que estão a afectar o Ambiente, elaborou-se um manifesto que sensibiliza as pessoas a **pensar verde**, quer dizer preocuparem-se e defenderem os espaços verdes, a exigirem uma melhor qualidade do ar que respiramos, entre outros.

A declaração desencadeou um processo de debate que conduziu as Nações Unidas em 1989 a convocarem uma Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”, no Rio de Janeiro, para Junho de 1992 que ficou conhecida como a Agenda 21.

A Agenda 21 denuncia o desequilíbrio existente entre os 3 principais vectores de desenvolvimento económico, o ecológico, e o social ou comunitário. A ideia essencial é pensar de uma forma global, sem esquecer o que nos rodeia, e agir localmente. É localmente que se podem fazer as grandes apostas, pois as populações podem interagir e discutir o seu futuro de uma forma mais directa.

Em 1999 o tratado de Amsterdão consagra o desenvolvimento sustentado como uma das prioridades da EU.

Em 2001 o Conselho Europeu de Gotemburgo adoptou a estratégia da Comissão em Desenvolvimento Sustentado.

A Cimeira de Joanesburgo em 2002 analisa o progresso global feito desde a Cimeira do Rio.

O desafio deste programa é desenvolver, testar e disseminar modos de desafiar o processo de desenvolvimento económico de forma a que este não destrua os ecossistemas e os sistemas que são as comunidades (cidades, vilas, bairros, e famílias, por exemplo) que fazem a vida possível e valer a pena.

O desenvolvimento justo e sustentável é o desenvolvimento que proporciona serviços ambientais, sociais e económicos básicos a todos, sem ameaçar a viabilidade dos sistemas ecológico e da comunidade

A qualidade ambiental não é apenas a defesa do ambiente e património naturais. O património construído com a sua carga cultural, é um valor indissociável da qualidade ambiental.

No entanto é preciso utilizar outras fórmulas distintas das actuais pois a maneira como o sistema democrático está implementado ao nível autárquico, tem levado à destruição da paisagem rural, ao desenvolvimento caótico das freguesias e à degradação da qualidade de vida. (só em 2004 é implantada a rede de esgotos no Concelho)

Para que o equilíbrio exista é necessário a existência de um plano estratégico que inclua a participação de todos os cidadãos ou a população da localidade, em defesa de um “ Desenvolvimento ecologicamente Sustentado”

O processo de Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado coloca o “ambiente” – muitas vezes considerado uma preocupação periférica e muitas vezes separada dos campos governativos no centro do processo de decisão, a partir de 1994 as grandes preocupações das Nações Unidas viraram-se para as gerações futuras, para que estas não lhes falte os bens preciosos ao ecossistema. Passaram a dar maior importância ao desenvolvimento ecologicamente sustentado.

O desenvolvimento e a construção de cidades são a principal fonte de impacto ambiental. Aumentam as preocupações com a qualidade de vida, e o ar que respiramos tem de ser analisado.

O oxigénio, as áreas urbanas afectam a qualidade do ar através da industria e transportes, especialmente se a vegetação for removida para abrir espaço para a urbanização.

A água, as cidades desperdiçam água da chuva e importam grandes quantidades deste bem precioso de outros ecossistemas, muitas vezes a grandes distâncias.

(As lutas pela água neste Concelho... já citadas)

As relações económicas e políticas da cultura humana não podem ser dissociadas das relações entre os seres humanos e o ambiente. Se existe exploração entre pessoas, também existe em relação ao ambiente.

O desenvolvimento ecologicamente sustentado incorpora questões sociais e ambientais, existe uma interdependência entre elas, e não podem, por isso, ser questões separadas. É fundamental o Equilíbrio intra-social.

Uma vila ecológica tem tanto de equilíbrio dentro da sociedade humana como tem de equilíbrio entre humanos e a natureza. O processo de desenvolvimento deve reflectir esta consciência. Assim sendo os sistemas invisíveis e as estruturas de poder que desenvolvem as vilas ou as cidades devem fazê-lo orientados no sentido de alterar o produto através da alteração do processo.

A genuína participação comunitária na construção de agregados urbanos bem como sistemas económicos que reflectem a realidade ecológica são fulcrais para o desenvolvimento ecológico. A forma como actualmente criamos e vivemos em áreas urbanas está no cerne dos impactos ambientais em toda a parte.

O Desenvolvimento ecologicamente sustentado preocupa-se com a redução do impacto negativo ambiental e social, ao mínimo possível e com a manutenção dos sistemas ecológicos.

Este tipo de desenvolvimento tem também como objectivo a manutenção dos sistemas ecológicos como forma de assegurar a boa saúde do Planeta e de todos os seres vivos, do qual a humanidade é apenas uma espécie. Onde quer que os sistemas tenham sido danificados ou destruídos pela acção humana, é responsabilidade dos seres humanos repará-los e reconstruí-los para que as suas gerações futuras possam satisfazer as suas necessidades.

“Um povo só preserva aquilo que ama.

Um povo só ama aquilo que conhece.”

Antoine de Saint Exupéry

3 ° Capítulo

3.1 Proposta de Ecomusealização

3.2 Caracterização do Património existente

3.3 Proposta de gestão patrimonial e desenvolvimento local

3º Capítulo

3.1 Proposta de Ecomusealização

Face aos assuntos tratados nos capítulos anteriores urge caracterizar alguns vestígios do património existente, num território geograficamente privilegiado e dispendo de recursos naturais que durante cinco séculos, as populações que o habitaram transformaram a mãe natureza na paisagem actual que agora urge preservar.

Dedicaram-se ao cultivo da cana sacarina e mais recentemente à produção de banana e flores. Aquela paisagem ou seja aquele “*território*” adquiriu uma estreita relação do homem com o meio através dos *poios* ou socalcos, aproveitando a riqueza da água e o seu transporte em canais, “*levadas*” que foram também caminhos de comunicação entre os sítios, os lugares, à beira das quais se construíam as habitações, casas rústicas feitas em pedra e cobertas de colmo. Esta identidade própria que está a transformar-se é o miolo da nossa proposta e fundamenta-se nos objectivos gerais de um *ecomuseu*, na comunidade, no património museológico e na contextualização histórico social, orientando-se pelos princípios teóricos e práticos da ciência museológica com relevo para a sua função social e pedagógica.

A nossa proposta consiste em formar um conjunto de núcleos e percursos musealizados, através dos recursos endógenos materializáveis., numa área de influência delimitada por um território de 780 km² e 8000 habitantes, distribuídos por 3 freguesias.

O desenvolvimento das actividades destes núcleos museológicos partirá da ideia de que esta localidade é um espaço de construção colectiva, ao longo de um tempo com cinco séculos, permeado de relações sociais quotidianas ligadas ao trabalho, ao lazer, à família, à devoção etc. Este local é, e será sustentado pelas características específicas ambientais do território e as vulneráveis influências externas, nem sempre preocupadas com o “*ecodesenvolvimento*” sustentado. Como nos diz BRUNO (1996:45)⁵⁰ “*Sempre actuando dentro deste ténue limite existente entre preservação e desenvolvimento*”. Esta nova preocupação com o território, o ser Pontassolense e as referências patrimoniais ali existentes dão sentido a este projecto.

Com o objectivo de desencadear o processo museológico esta proposta apresenta quatro sugestões temáticas para dar início ao desenvolvimento do Ecomuseu no Concelho da Ponta do Sol, a saber: Um núcleo histórico relacionado com a memória do

⁵⁰ BRUNO, Cristina. “Os processos museais e as questões metodológicas: o museu da cidade de Piraju como estudo de caso”, In cadernos de sociomuseologia nº9 ULHT, Lisboa, 1996, p45.

açúcar: O açúcar e a evolução da vila nos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e as vivências sociais no séc. XVIII XIX XX. Outro com o Culto Religioso, um outro núcleo relacionado com a arqueologia industrial, os moinhos e as fábricas de manteiga; e outro com os percursos pedestres.

A metodologia deste projecto deve ter em conta dois princípios básicos, que consistem em valorizar as instituições culturais já existentes e a participação activa da comunidade.

A organização, a inventariação e o armazenamento de toda a informação relacionada com as referências patrimoniais sobre o Concelho deverá estar disponível em um “*banco de dados*” e se possível *on line* para que todos a possam consultar. As novas tecnologias da informação ajudarão a visualizar todos os signos urbanos construídos, mesmo os que estão “fragmentizados” e destruídos, assim como os elementos ambientais e as características específicas desta localidade; as colecções já existentes nas diferentes instituições; e toda a memória ligada às festas religiosas, aos ciclos produtivos e a outras manifestações culturais.

O conjunto de procedimentos técnicos relativos à salvaguarda, conservação, documentação, comunicação, as preocupações com os discursos museográficos e os projectos educativos sustentam esta proposta, e, retomando como nossas as preocupações de Cristina Bruno (2002): “*Há portanto uma tentativa de seduzir, de desempenhar uma função social e valorizar os respectivos repertórios patrimoniais. Espera-se, sempre, propiciar o diálogo e despertar emoções*”. Este processo educativo contribui para a construção de uma Herança Cultural e para o exercício de uma cidadania activa e participativa.

1º Núcleo Histórico

O Solar dos Esmeraldos e sua envolvente

A criação de um núcleo museológico histórico na Lombada dos Esmeraldos, Concelho da Ponta do Sol, é a ideia que propomos e nasceu da conjugação de vários factores: da imponência do Solar dos Esmeraldos, e o facto deste solar ter sofrido várias recuperações arquitectónicas.

“Subindo a encosta, no sentido do Funchal, depara-se-nos o sítio da Lombada, uma extensão de terreno que João Gonçalves Zarco escolheu para o filho Rui Gonçalves da Câmara, que a aforou em 1473 ao flamengo João Esmeraldo. Este levantou aí a sua casa solarenga, o engenho para moer a cana e uma capela da invocação do Espírito Santo, sagrada em 1508. Deste conjunto, definido por Gilberto Freire como a trilogia rural e que tem origem na Madeira, restam apenas a casa e a capela.”

(SILVA, 1933)

Este local reúne toda uma série de condições para ser considerado um Centro Histórico, é um lugar ou um sitio privilegiado, o seu enquadramento geográfico e os recursos naturais, a água e as Levadas que a transportam proporcionando o ponto de partida para percursos pedestres através do Concelho e da floresta, o moinho hidráulico, único que está completo ali existente e o outro aspecto a preservar é a Capela do Espírito Santo, e a sua memória colectiva.

Atendendo à especificidade deste local ter sido propriedade de Rui Gonçalves da Câmara, filho de João Gonçalves Zarco passando depois a propriedade a João Esmeraldo (Ian Esmault) flamengo (?) Comerciante de Açúcar que aí plantou o seu grande canavial.

Todas as terras que ficam situadas da ribeira da Ribeira da Ponta do Sol para a parte de Leste até chegar à ribeira da caixa que separa a freguesia da Tábua até à Ponta do Sol desde o mar até à serra constituíram a grande propriedade de João Esmeraldo, “ (...) notável fidalgo natural de Génova, o qual com os seus escravos mouros, mulatos, negros e canarins a povoou e plantou de cannas de assucar, de que aconteceu fazer umas vinte mil arrobas por anno”. (SILVA, 1933)

Essa extensa e rica propriedade foi depois subdividida pelos filhos e netos, ficando a parte do Oeste ou Lombada propriamente dita constituindo o morgado do Espírito Santo, que continuou nos varões mais velhos desta família.

Sendo o 13º e último representante deste morgadio e último representante desta instituição vincular o 2º Conde de Carvalhal⁵¹ – António Leandro da Câmara Carvalhal Esmeraldo Atouguia Betencourt de Sá Machado n. (06-10-1831) f. (04-02-1888)⁵², muito conhecido na Corte Portuguesa pelas suas deslumbrantes festas que o levaram à ruína.

Estas propriedades foram depois compradas pela firma comercial “A GIORGI & Ca.”

No Diário de Notícias de 30 de Maio de 1894 refere a seguinte notícia:

“ O sr. Giacomi Giorgi, um dos proprietários da Lombada da Ponta do Sol está com a sua própria mão pintando a bonita capela de invocação a Nª Sª da Conceição e segundo nos informam ficará lindíssima essa pintura. Tendo o sr Giacomi prevenido ao seus caseiros da necessidade que havia de ser calçado o Adro daquela Capela, tanto bastou par que aparecessem mais de 500 caseiros indo à praia da Ponta do Sol buscar a pedra indispensável para o calcetamento que fizeram com verdadeira satisfação”. (1894)

No dia 5 de Junho do mesmo ano o Diário refere que vai ser benzida a dita capela pelo prelado diocesano e foi fretado o vapor Falcão para transportar a Orquestra da Academia Marcos de Portugal e outros convidados para abrilhantar a solenidade.⁵³

É deste acontecimento que se encontram no museu de Fotografia Vicentes os primeiros registos fotográficos daquele Concelho e daquelas gentes, expostos pela primeira vez a 22 de Maio de 1992 em “O Concelho da Ponta do Sol um contributo para a sua história”.

A cana-de-açúcar teve um papel importante na economia da Madeira. O historiador madeirense Alberto Vieira⁵⁴ considera mesmo que poderá ser considerada como a cultura agrícola mais importante da história da Humanidade, pois provocou o maior fenómeno em termos de mobilidade humana, económica, comercial e ecológica. A sua afirmação como cultura agrícola é milenar e abrange vários quadrantes do planeta. É

⁵¹ Representado na Pintura de Tomás de Anunciação “Pic-nic” pertencente ao espólio do museu Quinta das Cruzes

⁵² In CLODE, Peter. Registo biogeneológico

⁵³ In DN Madeira 30-05-1894

⁵⁴ Investigador, autor de vários textos sobre o Açúcar, o vinho e a História da Madeira, responsável pelo CEHA, Centro de Estudos sobre a História do Atlântico.

de todas as plantas domesticadas pelo Homem aquela que acarreta maiores exigências, Ela quase que escraviza o homem, esgota o solo, devora a floresta e dessedenta os cursos de água. No seu livro intitulado “História da cana-de-açúcar e meio ambiente”, este investigador aprofunda a sua história, de onde veio, a sua importância e o que representou para a ilha e para o resto do mundo que adoçou.

Fazemos uma síntese deste trabalho para melhor compreender como foi que esta cultura foi introduzida e cultivada.

“Foi o Oriente que descobriu a doçura, tendo a Papua Nova-Guiné como berço. Os Árabes fizeram-no chegar ao Ocidente e foram os principais arautos da sua expansão. Genoveses e Venezianos encarregaram-se do seu comércio na Europa. Mas foi nas ilhas que ela encontrou um dos principais viveiros da sua afirmação e divulgação no Ocidente: Creta e Sícia no Mediterrâneo, Madeira, Açores, Canárias, Cabo Verde e S. Tomé no Atlântico Oriental, Puerto Rico, Cuba, Jamaica, Demerara nas Antilhas”.

(VIEIRA, 2004)

A realidade histórica dos últimos cinco séculos, na ilha da Madeira repetiu-se nas Canárias e Caraíbas nos países mais a sul esta cultura desenvolvia-se espontaneamente ao ponto de no Brasil atingir grandes proporções sem grande esforço humano e que originou a sua exportação para Europa.

Neste enquadramento os objectivos da criação deste núcleo museológico têm três vertentes:

- A criação das estratégias do povoamento desta área geográfica.
- A valorização dos vestígios mais remotos da ocupação, pelos colonos.
- A redescoberta do Solar dos Esmeraldos no que respeita aos seus aspectos construtivos, quer à sua história. (Nas suas pedras, cantarias gravadas, nos seus Brasões).

A metodologia do trabalho a seguir na recuperação da casa deve ter em conta a **“regra da intervenção mínima”** que consiste em não introduzir alterações arquitectónicas no edifício do Solar, assim como a preservação da capela, e do moinho.

Não obstante ser do conhecimento da comunidade as várias alterações introduzidas ao traçado original da arquitectura do Solar, a quando das suas

recuperações ao longo destes séculos. Encontramos numa revista local este rol de intenções da autoria de uma associação cultural de folclore:

“Excelente espaço para funcionar como reserva técnica, de todo o espólio existente ou a ser recolhido.

Excelente espaço para ser instalado um núcleo museológico e documental das Festas Tradicionais “Arraiais dos Padroeiros, Santos Populares, Espírito Santo, Natal etc.

A criação destes espaços revela-se pertinente já que tanto os Arraiais como o Folclore, são manifestações culturais de reconhecida importância no contexto histórico, patrimonial e etnológico da vila, não possuindo no entanto um local dedicado ao seu estudo e divulgação.

*O grupo de Folclore ao longo da sua existência tem trazido a possibilidade de não deixar morrer a cultura e tradição das gentes do Concelho da Ponta do Sol, preservando, valorizando e divulgando e identidade Cultural de toda esta região”.*⁵⁵

(In 48 horas a bailar, 2004)

Atribuir uma função cultural e social a um espaço patrimonial é garantir a sua preservação e sua memória, dignifica-o, valoriza-o e corresponde às expectativas da comunidade local.

As fontes escritas, essenciais ao estudo dos Séc. XVIII e XIX não têm a mesma importância no séc. XX, a difusão do telefone e do vídeo as pessoas passam a comunicar-se de maneira mais informal e sem recorrer à escrita. Devido ao desenvolvimento dos gravadores de cassetes, (magnéticas e de vídeo) muito mais acessíveis à História Oral, esta passou a ser mais importante, passaram a existir 2 níveis de História Oral: a das pessoas importantes e bastantes conhecidas e a história popular das gentes do povo. É este acto de respeito pelo saber adquirido, fruto dos aspectos já revelados detectados na legibilidade do território que ao visitarmos aquele espaço adquirimos uma leitura do enquadramento, do conjunto, e simultaneamente recria-se no ambiente de envolvimento da paisagem cultural. Num Lugar onde a paisagem foi uma realidade dinâmica, transformada pelo tempo, pela Natureza e redefinida pelo Homem.

⁵⁵ In Boletim 48 horas a bailar Secretaria Reg. Ambiente e Recursos Naturais, 2004

O valor da paisagem foi definido pela história, pela sua singularidade, pela relação entre o natural e o construído.

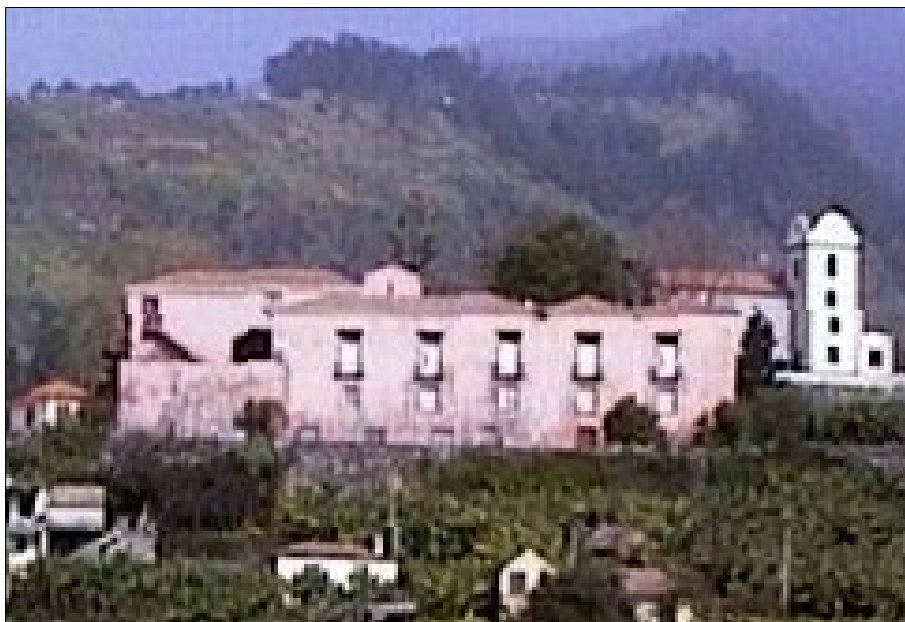
Acreditamos que os responsáveis por este espaço optarão por opções meramente culturais, para a ocupação deste espaço patrimonial. O princípio é de ouro para a boa conservação do nosso património histórico edificado: adequar as funções aos espaços preexistentes e não os espaços às funções, assegurando sempre a manutenção da autenticidade do edifício. A nossa proposta de conservação e valorização deverá ser pensada de acordo com os princípios orientadores preconizados pela Carta de Veneza e as recomendações do ICOMOS para a Salvaguarda do Património. Fundamentalmente dever-se-á defender o princípio da intervenção mínima e o respeito pelos critérios de autenticidade, nos âmbitos do espaço envolvente, histórico, estético e técnico, mais especificamente a utilização de técnicas e materiais de construção tradicionais e reversíveis em qualquer intervenção.

Os intervenientes neste processo deverão constituir uma equipa multidisciplinar composta por elementos dos vários organismos governamentais: A autarquia - CMPS; Direcção Regional dos Assuntos Culturais – SRT; DGEMN; Parque Natural da Madeira; Diocese do Funchal; Associações Locais e os Cidadãos de modo a garantir o rigor científico.

A parte física da Edifício em 1977 sofreu alterações, foi objecto de utilidade pública e classificada pela DRAC e DGEMN, como imóvel de interesse público. IIP, Dec.nº129/77,DR226de29Setembro1977. Nos termos do Artigo 43º da Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, os imóveis classificados, beneficiam de uma zona geral de protecção de 50 metros, na qual não podem ser concedidas licenças de construção.

Ficando assim definido o seu enquadramento: rural, implantada no cimo da encosta, enquadrada numa paisagem agrícola, de casario disperso, com fachada principal confinando com a estrada municipal e em frente da Capela do Espírito Santo, destacando-se pela sua volumetria e a cor rosa-velho das suas fachadas.⁵⁶

⁵⁶ Ver em anexo a Descrição retirada do Arquivo capturado no www.monumentos.pt em [16.04.2004]



F 12

De momento, e uma vez equacionada esta proposta pretende-se dar início ao projecto museológico através do nosso património cultural móvel fazendo uma exposição temporária para promover e divulgar o trabalho de recolha do Grupo de Folclore cujo tema seria:

“O Trajo e o Trajar Popular no Concelho da Ponta do Sol”

nos finais do século XIX, primeiras décadas do século XX

De quando em vez surgem grupos que insistem em preservar a cultura popular tradicional, um deles tem carácter etnográfico e tem desenvolvido desde 1981 um contínuo mas gratificante trabalho de levantamento, recolha, estudo e promoção de uma vasta área da nossa cultura popular tradicional, ao nível dos usos e costumes, das danças e cantares, trajos e modos de trajar, bem como, de outras manifestações e/ou tradições populares do património cultural local, caídas em desuso, de finais do século XIX, inícios do século XX, da ilha da Madeira, na qual nos inserimos.

“A cultura popular tradicional, é o conjunto das criações que emanam de uma comunidade cultural, que se baseia na tradição, sendo expresso por um grupo ou

por indivíduos e que é reconhecido como resposta às expectativas da comunidade, enquanto expressão da identidade cultural e social desta (...)

As suas formas englobam, entre outras, a língua, a literatura, os usos e costumes, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os ritos, o artesanato, a arquitectura e outras formas de arte. A cultura popular tradicional, enquanto expressão cultural, deve ser salvaguardada por e para o grupo (étnico, nacional, regional, religioso, profissional, familiar, etc.) do qual exprime a identidade”.⁵⁷

(UNESCO,1989)

Numa perspectiva de aprofundamento e de conhecimento da história local pretendemos pesquisar um conjunto de saberes, que aproveitamos para reflectir contribuindo para uma maior sensibilização na preservação desta parcela do património material, como é o nosso trajar.

No sentido de divulgar as suas pesquisas a realização de **uma exposição temporária** será um meio de comunicação para alertar a funcionalidade deste núcleo, não será mais do que, o resultado de um esforço desmedido dos elementos do *Grupo* vem desenvolvendo ao longo das últimas duas décadas.

Fruto de um “trabalho de campo” persistente e continuado, com consequências directas e práticas, na forma como abordam as diferentes temáticas da cultura popular tradicional,⁵⁸ nos espectáculos temáticos, nas actuações folclóricas do Festival de Folclore e noutras aparições públicas, que este grupo tem vindo a realizar no País e digressões pelo Estrangeiro.

Pretendemos que este núcleo se torne, um meio e não um fim em si mesmo, enquanto ocasião de consciencialização dos diferentes agentes, institucionais, culturais, ou outros, mas também as comunidades locais, muito em particular a comunidade educativa. Necessitamos interagir de forma que todos se sintam envolvidos e responsabilizados no nosso grande objectivo - a defesa, preservação, divulgação e promoção da nossa cultura popular tradicional, do nosso património tangível e intangível.

⁵⁷ recomendação, conferência Geral da Unesco, Paris 1989

⁵⁸ Em anexo Depoimento da Dr^a Margarida Relva

Objectivos da exposição:

- *Divulgar* alguns espécimes de trajos (originais) e diferentes formas de trajar mais característicos do Concelho da Ponta do Sol, em finais do século XIX, primeiras décadas do século XX;
- *Promover* por esta via, a nossa cultura popular tradicional (ao nível da indumentária), de forma a dar garantias qualitativas de transmissibilidade, à herança da nossa identidade cultural;
- *Sensibilizar* os diferentes agentes (instituições e organismos) com responsabilidades directas na área da cultura popular tradicional, para um maior apoio/investimento na defesa e salvaguarda do património local;
- *Consciencializar* os visitantes da exposição e as diversas comunidades locais, para uma maior intervenção na salvaguarda deste “património material”, dignificando e preservando da melhor forma possível, os “espólios particulares” de que foram herdeiros e são detentores.

Caracterização do núcleo do Solar

A exposição propriamente dita, será constituída por três espaços cénicos.

Sendo os têxteis considerados materiais de pouca durabilidade e o seu pior factor de degradação é a luz, propomos que estes sejam expostos na sua posição mais natural possível, a horizontal, arrumados em gavetas, dando ao visitante a possibilidade de deleite e fruição abrindo e fechando as gavetas.

O primeiro, espaço da exposição, será composto por uma apresentação iconográfica, incluindo os vários cartazes de promoção do Grupo e outras imagens de peças soltas do trajo feminino e masculino desde; camisas, saias e saiotas, aventais, coletes e corpetes, lenços, xales, jaquetas, casacos, calças, faixas, chapéus, calçado, etc, passando pelos adornos (ourivesaria), até aos adereços mais característicos de cada tipo de trajar.

As peças soltas ou combinadas a expor, terão referências específicas, quanto à sua “função” e “modos de uso”, local de recolha e proprietários.

Nas gavetas de cómodas inspiradas em modelos da época, acompanhadas sempre que possível, de uma ficha de identificação, onde conste entre outros, os seguintes elementos; proveniência da peça, local e nome do proprietário, relação com a mesma, idade aproximada, etc.

Neste primeiro espaço, serão ainda colocados imagens do Arquivo Fotográfico Photographia – Museu “Vicentes” das primeiras fotografias existentes relacionadas com os acontecimentos mais importantes, característicos dos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, em cenas de ambientes da localidade.

Enquanto recurso cénico e documental, recorrer-se-á a registos fotográficos ampliados, filmes do período histórico em referência, de forma a mostrar as diferentes tipologias do traje e do trajar nos seus ambientes de origem.

Meios/recursos a utilizar:

- Peças soltas e/ou combinadas do traje popular;
- Adornos em ourivesaria e outros;
- Adereços (cestas, alfaias agrícolas, sombrinhas, etc.)
- Calçado de homem e de mulher;
- Cabeças, mãos e pés em cera (para manequins)
- Estruturas de suporte para os manequins;
- Fotos de suporte (ampliadas);
- Painéis expositivos;
- Pontos de luz, etc.,. Com luz indirecta apropriada para têxteis.

O segundo espaço, referir-se-á às diferentes formas e respectivas técnicas de reprodução de peças (cópias), a partir dos originais. Trata-se pois de uma tarefa que, como é obvio, é obrigada a contornar várias contingências, sendo de destacar as que se relacionam com a inexistência ou dificuldades em se obter os materiais de confecção de outrora. Referencias ao trabalho da tecedeira e do cultivo do linho.

É importante consciencializar para o trabalho de (re)produção de trajos que passa pelas etapas habituais de confecção: primeiro o talhe (segundo moldes a partir de fotocópias ou desenhos dos originais), a parte do alinhavar, da costura, do guarnecimento e só depois a dos acabamentos. Serão todas estas etapas de trabalho, bem como, o produto final obtido, que pretendemos evidenciar neste segundo espaço expositivo.

Para o efeito, apresentaremos o trabalho das costureiras e algumas peças reproduzidas, a par das peças originais, bem como, amostras dos diferentes materiais, tecidos e adornos utilizados nas reproduções, moldes e esquemas das peças originais, etc.,

Meios/recursos a utilizar:

- Peças soltas e/ou combinadas do trajo popular;
- Exemplares de peças reproduzidas a partir dos originais;
- Apresentação de matérias-primas utilizadas nas reproduções (tecidos, passemenarias, galões, rendas, bordados, etc.);
- Adornos em ourivesaria e outros (cordões, trancelins, brincos, relicários, medalhas, libras, cruzes, etc.);
- Adereços (cestas, alfaias agrícolas, sombrinhas, varapaus, etc.)
- Calçado de homem e de mulher;
- Cabeças, mãos e pés em cera (para manequins)
- Estruturas de suporte para os manequins;
- Fotos de suporte (ampliadas);
- Painéis expositivos;
- Pontos de luz, etc.

O terceiro espaço da exposição, consistirá numa referência às réstias na hodiernidade, do uso de algumas das peças do trajo popular. Por vezes, ficamos a pensar numa forma de vestir que “já era”, isto é, que já foi ultrapassada, que já morreu. Contudo, nos nossos dias, ainda conseguimos registar, embora que cada vez menos, indícios de algumas formas do trajar popular do virar do século XIX para o século XX. Estas, encontram-se essencialmente nas zonas rurais, pois que é nestas que o trajo evolui

mais lentamente, apresentando sempre um atraso relativamente às modas recentes, especialmente nas pessoas mais idosas.

Nos trabalhos rurais, nos arraiais e romarias ainda se vêem peças isoladas do trajar feminino, como sejam as blusas de chita e as botas, os barretes de orelhas e os chapéus de palha. Certamente, o objecto do trajar mais preservado e estimado, exibido, com orgulho e vaidade dos inícios do século passado, diz respeito aos adornos em ouro. Para a mulher pontassolense, o ouro, herdava-se dos familiares mais próximos, da mãe, da avó ou da madrinha, era a prenda mais apetecível para as raparigas e a herança mais disputada no seio das famílias, quantas mais voltas o cordão dava no pescoço, mais a rapariga era desejada ou disputada pelos rapazes.

Meios/recursos a utilizar:

- Réstias de exemplares (peças soltas e/ou combinadas) do trajo popular (casacos de pelúcia, lenços, aventais, etc.);
- Adornos em ourivesaria e outros;
- Adereços (cestas, alfaias agrícolas, guarda-chuvas, chapéus, varapaus, etc.)
- Calçado de homem e de mulher;
- Cabeças, mãos e pés em cera (para manequins)
- Estruturas de suporte para os manequins;
- Fotos com fins cenográficos e documentais, referenciando uso de peças e/ou adereços réstias do trajar dos inícios do Século XX;
- Painéis expositivos;
- Pontos de luz, etc.,

Programa

Actividades em épocas festivas “Semana do Concelho”, “Vindimas”, “Natal e os Reis”, “Espírito Santo”, “Tosquias”, etc.

Com a recriação destas vivências, pretende-se fazer evidenciar as diferentes tipologias do trajo, associando assim, o “uso” à “função”.

Nestas actividades é habitual o grupo desfilar. “Desfile do Trajo”, onde serão apresentados os modos de trajar (feminino e masculino), mais característicos e

identificativos do Concelho da Ponta do Sol nos finais do século XIX princípios do século XX.

Serão necessários para estes espaços estudos da variação climática e luminosidade, corrosão e infestação por parasitas, para evitar o deterioramento e a degradação das peças. A Conservação Preventiva de toda a colecção e o aspecto relevante desta atitude, baseia-se no respeito pelas peças.



F13



F14

Este exemplar, de colete ou *corpete* de saloia pertenceu à Senhora Jacinta da Conceição Fernandes, natural dos Canhas, falecida em 1976 com 83 anos, este *testemunho* permaneceu na família e serviu de modelo para alguns corpetes que se costuram nos anos sessenta.

2º Núcleo de Arte Sacra

As Festas Religiosas e as Tradições

A Arte Sacra na Capela do Espírito Santo

Ruy Gonçalves da Câmara filho do donatário João Gonçalves Zarco, dedicou-se a exploração agrícola nesta localidade e mandou edificar uma capela em 1508, dedicada ao Espírito Santo.

Passados dois séculos, Cristóvão Esmeraldo de Atouguia e Câmara demoliu a velha capela e mandou construir uma nova igreja que ficou concluída em 1720.

Os vários administradores daquele morgadio continuaram a enriquecê-la, tornando-a num pequeno museu de arte.

Assim descreve o padre Fernando Augusto da Silva⁵⁹ In das “Artes e da História da Madeira” n° 7

“Apesar de ser destinada a um restrito centro de população, deram-lhe uma amplidão relativamente grande e nela se levantaram cinco altares. São primorosas as decorações interiores no precioso trabalho de talha dourada, nas belas telas que revestem as paredes, no rico e artísticos lambris de azulejos que cobre a roda pés do templo e na magistral esculpuração das figuras que adornam os altares.”

(SILVA, 1956)

O edifício actualmente existente remonta a essa data como se pode verificar na inscrição existente sobre a porta principal, esta fachada está caracterizada com os gostos de então, traços do estilo barroco. A porta apresenta um arco tribolado, único na ilha, encimado por um frontão, tem esculpida a pomba, símbolo do Espírito Santo que é a principal invocação deste templo. No interior mantém-se as características do estilo barroco: talha dourada nos altares, um magnífico lambris de azulejos de dois metros de altura que reveste completamente o fundo das paredes interiores, representando em figuras alegóricas os chamados Frutos e os Bens do Espírito Santo. Na pintura os temas dos vários painéis também são relativos ao Espírito Santo. As Esculturas existentes no altar, são oriundas da Escola Italiana séc. XVII e XVIII, e representa Nossa Senhora da Conceição em madeira policromada e dourada com pedras preciosas incrustadas. São João Baptista e São Luís de Toulouse em madeira policromada e dourada.

⁵⁹ Autor das “Ilhas de Zargo” e de muitos outros artigos relacionados com o património religioso, publicados na revista “Das Artes e da História da Madeira”.

No ano de 1964 é instalada a Paróquia da Lombada dedicada a Nossa Senhora da Conceição e passa a ser mais conhecida por igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Imóvel classificado pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais IIP, Dec. N°129/77, DR 226 de 29 Setembro 1977

Enquadramento: *Urbano, isolado, erguido junto à estrada municipal, integrado no espaço residencial do solar dos Esmeraldos (v. 2205030003), sobranceiro à ribeira da Ponta do Sol; o adro de calhau rolado, murado e gradeado, confina com o antigo moinho, ainda em actividade, e o acesso faz-se por uma escadaria octogonal de dez degraus.*⁶⁰

Relacionadas com o culto religioso a população mantém **ainda vivas algumas tradições** que poderiam ser documentadas em futuras exposições temporárias, tais como:

As Visitas Pascais

A popular festa do Espírito Santo com Imperador, arraial e bodo foi instituída na Alemanha Medieval e introduzida em Portugal pela Rainha Santa Isabel em 1295, propagando por todo o continente e Ilhas Adjacentes.

As visitas das insígnias do Espírito Santo às Famílias, levadas por dois festeiros acompanhados por duas meninas as “saloias”, que cantam canções apropriadas, de origem popular ao som de um agrupamento musical.



F15



F16

⁶⁰ Arquivo capturado do www.monuments.pt em [2004]

As esmoladas recolhidas por este grupo constituem a receita principal da Festa do Espírito Santo e destinava-se a ser distribuída pelos pobres. Depois da década de sessenta a distribuição das esmoladas aos pobres deixou de realizar-se.

As festas do Espírito Santo, embora muito menos aparatosas na Madeira que nos Açores, revestem ainda um certo brilho nalgumas freguesias, na Capela do Espírito Santo na Lombada dos Esmeraldos Ponta do Sol é sempre revivida com muita intensidade.



F16



F17

A preparação das Saloias:

As saloias de 10 aos 12 anos, são meninas vestidas de branco com uma banda vermelha traçada do ombro a cinta.

Adornar crianças vestidas de vilosas (em alguns concelhos) ou de branco (Saloias) com inúmeros cordões de ouro pendentes do pescoço, nos braços e na carapuça onde também resplandiam jóias de ouro e prendarias, tudo adquirido por empréstimo de parentes, amigos, e vizinhos para aquele fim. A tradição quebrou-se mas neste Concelho prevaleceu até aos nossos dias.

As crianças desta localidade vão de branco, capa e colete encarnado, e com a sua carapuzinha azul equilibrada a meio da cabeça.

Entoavam melodias adaptadas ao dono da casa ou a quem oferecia o donativo. O grupo de músicos é composto por: Tocadores de *machete*, *rabeca*, viola e *rajão* que de porta em porta, percorrem a pé toda a freguesia, mantendo esta tradição secular.

Uma Cantilena⁶¹ recolhida do Romanceiro da Madeira:

*“O Divino Espírito Santo
Vem de ladeira em ladeira,
Anjos do Céu, deitai-lhe
Rica Flor de Laranjeira”.*



F18



F19

⁶¹ Em Anexo

A Festa da Ascensão

As ladainhas de Maio realizavam-se três dias antes da Ascensão, consistiam na bênção aos campos e às sementeiras, invocando-se Deus e todos os santos para que afastassem os horrores da trilogia negra que permanecia na memória da população desde a Idade Média. “ A peste, fame et bellum, libera nos Domine” que corresponde em português “da peste, da fome e da guerra livrai-nos Senhor”.

A cerimónia religiosa continua a realizar-se na matriz da vila igreja de Nossa Senhora da Luz, sempre no dia próprio uma Quinta – Feira.

O Padre Eduardo Pereira em *Ilhas de Zargo* descreve da seguinte maneira: “*Na Ponta do Sol, vestem nesse dia , dos pés à cabeça com fatos novos e custosos o festeiro e a família; melhora-lhes a passadia com manjares e guloseimas a que não estavam habituados e com que repimpam num lauto banquete parentes, amigos e todo o pessoal ocupado na festa. De véspera crianças de todos os sítios se encaminham para a igreja com açafates de flores destinadas à ornamentação do templo. Antes de principiar a solenidade uma filarmónica acompanha o festeiro e a família da sua casa à Igreja, em ar de cortejo ao som duma marcha. Os festejados atravessam os caminhos e entram na igreja em triunfo perante a ansiedade e expectativa do povo aglomerado. Dentro do templo tomam assento reservado junto do altar-mor do lado do Evangelho em frente dos ministros sagrados, onde assistem a todas as cerimónias de tocha acesa na mão. (...) Depois da festa canta-se a hora de Noa do Ofício Divino; enquanto as harmonias do cantochão, uma chuva de flores de maia e pétalas de rosas irrompem de todos os recantos do altar aculumulam-se sobre o altar*”. (PEREIRA, 1957)



F20



F21

O povo, ao findar a cerimónia religiosa dirige-se para a capela – mor, e sobe os degraus do altar onde estão montes de pétalas, recolhe as flores ali caídas, que por estarem benzidas guardam-nas em sacos, para mais tarde atirarem-nas às árvores com a supersticiosa intenção de as fazer frutificar.

Festa do Livramento

No sítio do Livramento, lombo das Adegas, freguesia da Ponta do Sol, encontra-se uma capela dedicada a Nossa Senhora do Livramento e foi mandada construir por Diogo Ferreira de Mesquita e sua mulher D. Isabel de Meneses, no ano de 1656, foi sede de um morgadio por eles instituído. Este imóvel encontra-se classificado de valor concelhio pelo decreto nº 129/77 de 29 de Setembro.



F22



F23



F24



F25

A Festa de N.^a S.^a do Livramento era uma das mais fortes tradições pontassolenses. Naquele tempo, a capela era decorada com açucenas e a ida às açucenas era muito diferente. Juntavam-se rapazes e raparigas, solteiros. Os festeiros da Novena levavam cestos da barreira que eram feitos com vime, que as senhoras costumavam levar para a ribeira quando lavavam roupa.

Na revéspera, à noite, tocava o sino e dava uma salva de fogo para reunir toda a malta. Tudo se juntava no Livramento, onde havia um carvalho (uma grande árvore que foi cortada há muitos anos). Aí o festeiro dava um pão a cada um. Caminhavam às onze horas da noite para chegarem cedo ao Rochão, sítio onde apanhavam as flores. Enchiam os cestos. Iam e vinham a pé. Em todo o caminho cantavam cantigas tradicionais. No regresso, chegavam aos Canhas ao Pico. Davam três peças de fogo e a música ia esperá-los para chegarem ao meio-dia ao Livramento. Do Piquinho para baixo começavam a cantar e a fazer a “cobra” (fila indiana às voltas). Chegavam ao adro punham as flores, cantavam e bailavam. Os festeiros davam qualquer coisa para comer e beber e depois cada um voltava para a sua casa.

A seguir voltavam à Capela para ajudar a enfeitar, porque já lá estavam os festeiros e algumas pessoas a por o alegra-campo, o buxo, a murta e o louro. As açucenas eram a última coisa a pôr para estarem mais frescas na véspera à noite e no dia da festa. A última quadra que eles cantavam era:

Livramento, Livramento, Livramento

Livramento da minha paixão,

Levo a tua saudade comigo,

Vai gravado no meu coração.

A recolha das açucenas, da responsabilidade das raparigas e dos rapazes solteiros, era (e ainda é) realizada nas serras do Loreto, no sítio do Rochão.

Há poucos anos retomaram a tradição que esteve *apagada* durante muitos anos e de acordo com os mais velhos, o costume era assim: os participantes – à roda de cinquenta a sessenta pessoas - reuniam-se para a partida, na noite da quinta-feira anterior à festa. À meia-noite caminhavam. A saída era assinalada por uma salva de fogo. O percurso fazia-se a pé. Para alegrar o grupo, o festeiro oferecia um garrafão de 20 litros de vinho e uma amassadura de pão fresco, distribuindo um pão a cada participante. Nunca faltava um *brinco* para animar a caminhada. Assim, a brincar, com cantigas e *despiques* o caminho era fácil. À frente, encaixado no garrafão levavam um

pequeno estandarte, ou bandeirinha de N^a S^a do Livramento. Chegavam às zonas de recolha bem cedo. Apanhavam braçadas de flores de açucenas que arrumavam em cestos de vime. Pouco depois do nascer do sol, iniciavam o regresso, a pé, em fila indiana, com os cestos cheios de flores à cabeça ou às costas. O “*brinco*” tocava e todos cantavam. Formava-se uma procissão vistosa, colorida e animada. Era obrigatório parar no Loreto. Aí faziam uma brincadeira, com muitas cantigas e animação, e formavam a “cobra”, com todos a cantar e a dançar em fila.

Finalmente, era tempo de partir, sempre em fila, em direcção a Santiago onde tinham de estar, sem falta, antes do meio-dia. No Pico de Santiago, a banda de música estava à espera. Ao meio-dia em ponto, tocava o hino e, simultaneamente, era lançada uma girândola de foguetes. O percurso entre Santiago e a Capela, com passagem pela Terra-Chã e Piquinho, era feito com acompanhamento musical da banda.

Depois da chegada à Capela, iniciavam-se os enfeites, para que à tardinha o templo estivesse pronto para a Novena dos Solteiros.

Durante alguns anos, a animação e a alegria estiveram ausentes na ida às açucenas. A recolha continuou a ser feita, mas as pessoas, poucas, iam de carro. Na década de 90 foi reposta parte da tradição: o percurso de Santiago até ao Livramento voltou a ser feito a pé, com acompanhamento de um “*brinco*”.



F26



F27

No ano de 2000, a participação da Escola veio trazer mais à *romagem* nova vida, animação, alegria e colorido. As lágrimas que vimos nos olhos das pessoas mais velhas são a prova de que esta é uma tradição a preservar! Valeu a pena! Mas ainda não houve banda em Santiago... Estará lá de certeza no próximo ano! Nós também!⁶²

⁶² Depoimentos da Teresa e do David Sebastião, veteranos participantes nestas andanças e outras festanças.

A Arte popular efémera

A arte de fazer tapetes com muitas flores naturais nos caminhos à volta da igreja onde irá passar a procissão religiosa é muito importante neste Concelho. Apesar de não durarem mais do que alguns minutos, pois o seu objectivo fica cumprido após a passagem da procissão, daí o seu carácter efémero. *“Considera-se de influência Hispano americana e Indiana e a Madeira, encontrando-se na rota dos barcos que vinham da Índia e da América, não podia deixar de receber esta influencia e adaptá-la”*⁶³ (MARTINS,1992).

Alguns dias antes as pessoas envolvidas neste compromisso apanham e guardam as flores, folhagens, musgos e líquenes para o preenchimento dos tapetes. As flores usadas são as da época cultivadas nos jardins das casas, as flores silvestres das arribas e as flores dos castanheiros. São alguns dias de trabalho dedicados a esta tarefa, pois para uma maior variedade de cores e padrões é necessário desfolhar, separar as pétalas por tamanhos e por cores, cortar o musgo, separar as folhas das ramagens dos cedros do rosmaninho, do buxo e da murta etc.

É um trabalho colectivo, mas também competitivo, pois os grupos procuram de ano para ano uma maior criatividade nas composições.

O molde ou seja a estrutura auxiliar à composição é feita de vime ou ripas de madeira, com formas geométricas que se repete ou se alterna com outro padrão. No chão é feita uma base de musgo ou folhagens, cedro ou rosmaninho, de seguida é colocado o molde e preenchido no seu interior com as pétalas.

Todos os anos nas mesmas festas, este património intangível é revivido por artistas anónimos de todas as idades cheios de alegria e entusiasmo a fazer passar de geração em geração esta manifestação artística de arte efémera, que é simultaneamente um ritual de arte e de fé do povo que urge preservar.



F28



F29

⁶³ Tapetes ou caminhos de flores In “Ambientes Açorianos” Ponta Delgada, 1992, p. 297

De Maio a Setembro fazem-se nos caminhos os tapetes de flores à volta das capelas e das Igrejas. Nos Arraiais dos Padroeiros as ornamentações aéreas são diversas de freguesia para freguesia, plantas e ramos aromáticos de loureiros e outras árvores, decorados com flores de papel de seda coloridas, que com a modernidade vão sendo substituídas por materiais mais resistentes à chuva, o plástico colorido.



F30



F31



F32



F33



F34



F35



F36



F37

Todo este esforço, tempo, dinheiro, dedicação e amor em louvor a Deus para ser sacrificado num espaço de tempo muito curto, materializa-se também nos foguetes, na iluminação artística por fogo e electricidade e fogueiras, incensos queimados nas procissões e interiores das igrejas.

A religiosidade manifesta-se ao longo de todos os meses do ano. Mas é a partir da Páscoa que mais se realizam estas manifestações.

Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Agos	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Dia de Reis	S. Brás		Pascoa	N. S. Ascensão	Santos Populares	Santa Madalena	N. S. Piedade	N. Senhora da Luz	N. S. Livramento	Anjos	Imaculada Conceição
São Amaro			Visitas Pascalis		Festas do Santíssimo	Cristo Rei	N. S do Monte				Missas do Parto
											Natal

3.2 Caracterização do Património existente in situ

3º Núcleo Arqueologia Industrial

A Ponta do sol foi um dos concelhos mais prósperos em indústrias de variados sectores de produção: fábricas de açúcar, mel e aguardente; Fábricas de laticínios, queijo e manteiga; oficinas de fogo de artifício, tecelagem; moagem e serração. Este florescente movimento industrial, que se foi perdendo e substituído no tempo, pouco chegou aos nossos dias, tendo o que resta de algumas dessas fábricas sido transformadas em armazéns ou em outras utilidades.

Núcleo de Actividades Industriais

Propomos a curto prazo uma retrospectiva da produção de manteiga e queijo, valorizando e salvaguardando os espaços ainda existentes relacionados com esta temática.

Com a desindustrialização inicia-se o processo de valorização cultural do património industrial. O fenómeno da desindustrialização que afectou todo o país, desde os fins da década de 70 também chegou à Madeira, Jorge Custódio⁶⁴ afirma que: *“Salvar o património industrial não é apenas preservar os “invólucros arquitectónicos” as ruínas dos espaços físicos, é conservar os equipamentos técnicos, os arquivos e as memórias sociais da organização industrial, da história produtiva, do modo de vida dos operários”*.

É importante para o Concelho da Ponta do Sol preservar essas memórias industriais, nos seus fundamentos históricos, sociais e técnicos, pois o valor intrínseco que revelam são sinais de identidade do pontassolense do ordenamento do território e da dinâmica da vila.

Os vestígios das industriais desenvolvidas nos séculos passados querem-se ser considerados numa perspectiva de reavaliação da identidade paisagística, como momentos da história industrial e técnica.

Devem ser classificados, estudados, preservados e considerados com valores insubstituíveis, no processo da valorização cultural da indústria do séc. XIX e XX.

“Pretendem ter funções, não apenas decorativas, como se fossem embrulhos artísticos integrados em projectos arquitectónicos; pretendem sim ser reconhecidos

⁶⁴ Arqueólogo 2003

pela sua intrínseca substância patrimonial e fruídos como são os Castelos, as Igrejas, os Conventos, os Palácios, etc. melhor ainda deveriam continuar a ser participantes do próprio processo industrial, simplesmente em si mesmos.”

(CUSTÓDIO, 2003)

A Arqueologia contemporânea tem preocupações que envolvem problemáticas sociais relacionadas com o mundo do trabalho e com usos e costumes relacionados com essas profissões. A sua preservação contribui para um enriquecimento cultural.



F 38



F39

Património Molinológico

Moinhos

Os moinhos hidráulicos constituíram um elemento essencial da pré-industrialização no sector agro-alimentar. Eles são um dos factores importantes do património popular edificado, representando a conjugação de conhecimentos ancestrais do ponto de vista etnológico, domínio de materiais e técnicas tradicionais de construção.

A distribuição geográfica dos moinhos hidráulicos no território do Concelho da Ponta do Sol está naturalmente condicionada pela geomorfologia e bacia hidrográfica, apresentando-se sempre junto de ribeiras e levadas de grande caudal.

A riqueza molinológica que existia no Concelho nos anos 60 perdeu-se. Podemos encontrar identificados cerca de 10, com alguns vestígios, porque a maior parte estão integrados nas habitações transformados em garagens ou em ruínas.

Apesar da sua aparente simplicidade de funcionamento os moinhos são um prodígio da tecnologia, os accionados pela energia da água em movimento podem ser de roda vertical ou de roda horizontal.

O estudo dos moinhos, denominado molinologia, teve início nos anos 60, altura em que estes moinhos deixaram de funcionar, para dar lugar às moagens industriais.

Para promover o conhecimento dos moinhos e a sua preservação foi criada a Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos.⁶⁵

Engenhos de açúcar, mel e aguardente

"Eu o Infante D. Fernando (...) faço saber (...) que perante mim compareceram Luís Eanes (...) procurador de João Gonçalves da Câmara (...) e Duarte Pestana e Martim Mendes de Vasconcelos procuradores do povo da dita ilha e ouvidas perante mim as ditas partes (...) declaro e determino achar-se em direito o povo e moradores da ilha da Madeira de não serem obrigados a pagarem coisa alguma ao capitão por razão das ditas alçapremas e engenhos de água de fazerem açúcar e de trapiche de bestas (...)"

[Carta do infante D. Henrique de 5 de Dezembro de 1452, publ. *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. XV, 1972. pp.7-8.]

Propomos também o Núcleo Museológico dedicado à Arqueologia Industrial, “Engenhos” o importante ciclo do Açúcar, que foi uma referência no povoamento do concelho, tendo impacto económico, social e cultural na zona.

Estes projectos museológicos terão como objectivos fundamentais a recolha, estudo, conservação, exposição e divulgação de informação e testemunhos materiais ligados às suas temáticas específicas.

Serão projectos voltados para o exterior, prevendo-se uma ligação às **actividades** e interesses do Concelho onde se inserem, bem como uma participação activa das populações residentes.

⁶⁵ www.millarchive.org - ciber espaço relacionado com esta temática



F40

O espaço físico de laboração da cana sacarina no Livramento junto à capela de nossa Senhora do Livramento, transformado em armazém de banana é um dos últimos vestígios destes engenhos, outro situado na marginal da Freguesia da Madalena foi demolido, para dar lugar a um túnel de acesso rápido àquela freguesia.⁶⁶

Os espaços museológicos através do movimento que se desenvolve a partir da década de 70 conhecido por “Novas Museologias” que veio arejar as mentalidade em termos culturais, valorizando tudo o que o Homem executa expressando a sua própria identidade, tendo em conta a sua região a sua cultura e a sua integração, estão por desenvolver neste concelho.

Os lacticínios (o queijo e a manteiga)



F41

A indústria dos laticínios foi importante desde os finais do século XIX, surgindo em toda a ilha fábricas e postos para desnatação do leite.

As condições de higiene e acondicionamento exigiram que fosse feito um investimento nesse sector e 1894 são feitas novas fábricas no Porto Moniz, Calheta e Ponta do Sol.

⁶⁶ “Saída Oeste do Túnel já está definida“, In DN Madeira [12-07-2002].

Neste Concelho ainda são visíveis os vestígios desta indústria na antiga fábrica de manteiga dos Canhas⁶⁷ e nos vários postos de desnatação abandonados que existem nas três freguesias ao longo do Concelho que serviam para a medição e recolha do leite, pertencente à antiga Companhia de laticínios da Madeira que corresponde à actual (ILMA) Indústria de Laticínios da Madeira, que poderiam ser aproveitados ou musealizados pela empresa dentro da filosofia de um Ecomuseu como defende Cyril Simard⁶⁸

Património Vitivinícola

Lagares de vinho e de sidra

A vinha foi companheira dos cereais, no início da ocupação do Arquipélago, as condições do solo, as variedades do micro clima da ilha, as propriedades das várias castas que aqui foram introduzidas contribuíram para a afirmação do Vinho Madeira no mercado internacional. A forma de organização mais comum na parte sul da ilha onde se produzia o melhor vinho é um sistema de latadas de arame.

Tipos de Lagar

A presença do lagar foi, durante muito tempo, sinónimo de uma importante área de vinhas. A maioria dos caseiros servia-se do lagar do seu senhor. O usufruto implicava o pagamento de uma taxa, conhecida na Idade Média como lagaragem.

Na Madeira está documentada a presença de três tipos:

- As lagariças de pedra, onde o cocho é escavado na rocha, dispendo de vara e fuso em madeira para exercer pressão sobre o bagaço;
- Lagariças de madeira, em que o cocho é escavado num tronco de madeira;
- O lagar de madeira calafetada.

Mais próximo de nós foram estes lagares substituídos por outros em cimento, com prensas manuais e mecânicas.

⁶⁷ “Ponta do Sol vai ter museu”, In DN Madeira 08-01-2004.

⁶⁸ SIMARD, Cyril. “Ecomuséologie: comment rentabiliser une entreprise culturelle » Montréal 1989. p 170

Hoje a Ilha já dispõe da mais avançada tecnologia para o fabrico do vinho, pertença das Companhias Vinícolas, uma destas empresas possui um museu de empresa, onde se pode observar um vasto espólio numa área museografica situada no centro do Funchal⁶⁹.

Lagares ou prensas existem apenas para a laboração do vinho caseiro. É um destes que se pretende preservar in situ e no ambiente natural.

O pêro foi durante muitos anos uma produção que contribuía para o fabrico da Sidra, bebida refrescante que fazia parte dos hábitos alimentares, muitos dos lagares de vinho eram readaptados para espremer os pêros.



F42

O Enoturismo ou Turismo Vitivinícola concentra-se através do estímulo ao aproveitamento turístico das adegas, das explorações vinícolas e dos vários atractivos paisagísticos, etnográficos, gastronómicos e culturais relacionados com a produção da vinha e do vinho; catalisando estas potencialidades e contribuindo para o desenvolvimento local, em especial para um turismo em Espaço Rural específico.

A nossa proposta passa por sensibilizar os produtores a elaborar a rota dos lagares ou a rota das castas no Concelho e sinalizar estes locais.

Património Construído

Enquadramento orgânico do Património Imóvel Classificado.

A criação de mecanismos que promovam o envolvimento da sociedade na defesa da sua herança cultural, a clarificação dos direitos e deveres do estado e dos particulares, no tocante à sua preservação, foi uma das novidades da Lei de bases do Património Cultural, aprovada na generalidade na Assembleia da República, em 2001

⁶⁹ Madeira Wine Company, - Adega musealizada com prova de vinhos, na Avenida Arriaga, Funchal

Diga-se que esta lei nº107/2001 de 8 de Setembro, estabelece as bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, prevê novas formas de colaboração entre os particulares e o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias, e outros entes públicos na preservação, defesa, e valorização do património cultural nacional determinando no seu artigo 97º que: “*a definição e estruturação do regime de benefícios e incentivos fiscais relativos à protecção e valorização do património cultural são objecto de lei autónoma*”.

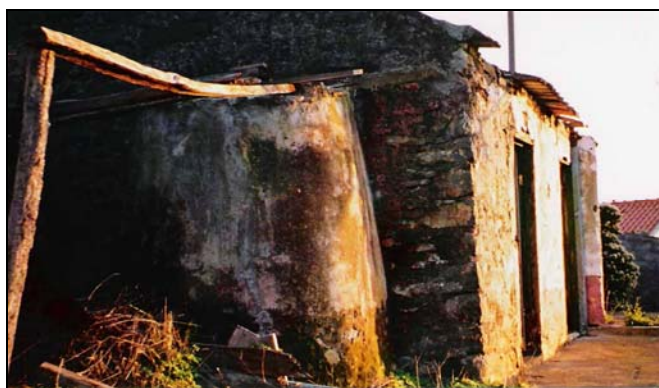
A importância da existência de benefícios fiscais é aliás, reconhecida pelo Estado na Lei de Bases, onde é referido que os detentores de bens culturais, “*à luz dos objectivos de protecção e valorização do património cultural, beneficiam de contrapartidas de apoio técnico e financeiro e de incentivos fiscais*” e, ainda de “*promover o bem estar social, económico e o desenvolvimento regional e local*”. Tendo em consideração a verdade dos factos, a lei existe mas não está regulamentada e os particulares desmotivados a sofrer uma lamentável crise de identidade.

Ainda sobrevivem alguns exemplares da Arquitectura Urbana com características interessantes e que não estão classificados nem inventariados, outros foram destruídos dando origem a construções desorganizadas, referimo-nos à Quinta do Lopes, espaço de moradia e Fábrica de Queijo e Manteiga, situado no Lombo das Adegas, Terças.

Arquitectura tradicional – A Casa de Colmo (com forno)

A origem da casa de palha vem de muito longe. Foram os primeiros colonos que a trouxeram para a Madeira.

A abundância de madeira de cedro, til e de outras espécies da floresta endémica fez da nossa Arquitectura Tradicional a sua matéria-prima.



F43

O historiador micalense padre Gaspar Frutuoso, escritor quinhentista, diz no seu livro *“Saudades da Terra”*⁷⁰ que, são raras mas ainda sobrevivem algumas casas de colmo neste Concelho, a maioria delas são pequenas de madeira ou de pedra com alto e agudo tecto de palha, este é formado por camadas que sobem para a cumeeira e assentam como um carapuço de colmo. Algumas tinham dois pisos, estas eram raras e o acesso ao acanhado andar de cima era feito pelo exterior por meio de uma escada que por vezes era de madeira ou de pedra.

“Os grandes Senhores e os colonos que enriqueceram com a exploração do trigo, do açúcar, e do vinho, abandonaram aos escravos e aos pobres as modestas choupanas onde conceberam e embalaram sonhos de grandeza, e passaram a construir casas mais sólidas e confortáveis, de pedra, as mais ricas com eirados e torres”.

(MARQUES DA SILVA, 1956)

Contribuiu para este facto o aparecimento da telha, *“(...) a telha mourisca, legítima herança romana que veio para a Península com os bons oleiros árabes,”* segundo o escritor Padre Eduardo Pereira autor das *“ILHAS DE ZARGO”*. Primeiro veio do reino antes das olarias madeirenses começarem a produzir. É a este tipo de casa que a gente remediada recorre. Os mais pobres continuam a aninhar-se em Choupanas ou Choças.

As Tradicionais casas de colmo não são todas iguais ao longo da ilha. Há as de Santana que são o *“ex libris”* da Madeira em forma de livro aberto invertido e que recentemente são *“acarinhadas”* para uma recuperação sem adulteração com acompanhamento e subsídios governamentais⁷¹. Mas há também as quadradas ou rectangulares vulgarizadas nos Concelhos a Oeste.

Os textos publicados por Marques da Silva na *“História e das Artes da Madeira”*, os de António Aragão e Rui Carita contribuíram para o estudo da História da Arquitectura Madeirense. Até aos nossos dias não havia um estudo tão pormenorizado como, aquele que foi efectuado pelo Arquitecto Victor Mestre. Ciente da importância do nosso património Arquitectónico Mestre faz um levantamento de campo exaustivo, registando em ficha, fotografia e desenhos dados considerados fundamentais para a

⁷⁰ FRUTUOSO, Gaspar. *“Saudades da Terra”*, livro Segundo, Ponta Delgada, 1998

⁷¹ *“DRAC apoia a recuperação da Arquitectura tradicional”* In DN 13-03-2005 p.25

identificação e compreensão da cultura arquitectónica, de cariz popular, assim como sugere algumas soluções para casos críticos.

O objectivo principal do trabalho do Arquitecto Victor Mestre contribuiu de forma empenhada para a salvaguarda e revitalização deste património.

Resultou na edição de um livro (em nosso entender uma Obra Prima) A AQUITECTURA POPULAR MADEIRENSE, onde estão referenciados os casos mais importantes.

Na análise deste autor o caso particular da Madeira é paradigmático por se manter antigo até aos anos 50/60 associado a efeitos da emigração, nesta data com a difusão da televisão, terminou um “*modus vivendi*” rural e gradualmente abandonam hábitos ancestrais para adoptarem hábitos mais urbanos.

Em estreita ligação com as actividades, os objectos e o contexto geográfico, verificamos a existência de várias tipologias de casas:

- A casa elementar que possuía apenas um compartimento onde as pessoas habitavam e desenvolviam as suas actividades, cozinhar, comer, conviver.
- A casa complexa surge com um, dois ou mais compartimentos separados por paredes apresentam um ou dois pisos com átrio ou corredor distributivo que permite circuitos independentes sem recorrer ao exterior.

Na Madeira não se construíram aldeias ou lugares comunitários, observa-se um povoamento disperso com agregados familiares autónomos, com caracter individualista e repercussões na organização espacial da casa.

A tarefa de construir o saber fazer, o mestre construtor dos “palheiros” (o pedreiro) resultado de um conjunto de factores empírico e de herança transmitida na vida activa oral ou gestualmente e modificados ao longo do tempo, fora do ensino formal praticado nas escolas, entretanto se perdeu com o desaparecimento da tradição e dos mestres.

Hoje os técnicos e arquitectos adquirem um saber e uma formação, uma arte culta com sensibilidade para distinguir traços culturais relevantes e o valor patrimonial da Arquitectura Popular com o objectivo de preservar a memória cultural desta Região.

Equipas pluridisciplinares ocupam-se do levantamento e da inventariação e mais recentemente na sensibilização para a sua salvaguarda com incentivos governamentais.

A Direcção Regional dos Assuntos Culturais publicou a portaria nº171/2004, que aprova o regime de apoios para a conservação e recuperação do património cultural

arquitectónico tradicional da Região Autónoma da Madeira. Esta portaria vem complementar um vazio legislativo relativamente ao património arquitectónico tradicional, que limitava a possibilidade de actuação na valorização destes imóveis. Este instrumento legal fornece elementos para a identificação, preservação e reconstrução.⁷²

Foram definidos 3 tipos de apoio: o apoio à conservação, o apoio à recuperação, e a recuperação por iniciativa da DRAC em casos excepcionais e de interesse público. No âmbito desta iniciativa foi também iniciado um trabalho de divulgação e sensibilização junto das escolas cujo objectivo fundamental é levar os alunos a descobrir edifícios da arquitectura tradicional na sua área de residência.

Foram também implementados cursos de formação profissional de construção em pedra, carpintaria, e calcetamento.

⁷² Ver em anexo, fotocópia distribuída no 18 de Abril Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

4º Núcleo Património Natural e os percursos pedestres

A geomorfologia, a flora, a avifauna e o património rural serão os conteúdos destes percursos pedestres. Aqui a influência da natureza, dos solos e os aspectos geográficos têm um efeito visível na paisagem que caracteriza a região do lado oeste da ilha, onde a acção humana marcou profundamente a natureza. Desenvolveu-se uma economia agrícola que se baseou em canaviais, em bananais e actualmente está em vias de desaparecer.

Objectivos deste núcleo:

- Promover a Educação Ambiental
- Contribuir para o turismo ambiental e ecológico
- Desenvolver o gosto pela Natureza
- Conhecer a fauna e a flora endémica
- Salvar a paisagem rural “os poios”

Destinatários:

- A comunidade local e População da RAM
- Professores e alunos
- Investigadores
- Turistas

Os elementos naturais constituem o principal atractivo da Madeira, a paisagem e o clima são os mais importantes recursos económicos desta ilha, além da hospitalidade são estes os bens que temos para oferecer a quem nos escolhe e visita. O geógrafo Raimundo Quintal no seu livro “Madeira a descoberta da ilha de carro e a pé” refere:

“O turismo é fundamental para o desenvolvimento sustentável da Madeira, sendo condição necessária que haja uma protecção rigorosa dos sistemas biofísicos. Salva guarda que deve ser extensiva à paisagem humanizada, quando esta expresse de forma harmoniosa a integração dos elementos edificados nos sistemas naturais. A especificidade ecológica desta ilha vulcânica, sem actividade eruptiva há cerca de 250000 anos, não pode ser banalizada pelo turismo e pela urbanização que o acompanha. Se o turismo é um veículo

privilegiado para as relações culturais entre povos, há que acautelar o nosso património natural e histórico, factor fundamental para sermos respeitados. Herdamos uma cultura e devemos ter capacidade de a recriar continuamente, beneficiando dos contactos com outros povos e sem perda da nossa identidade. A influência cultural deve processar-se nos dois sentidos”.

(QUINTAL, 2003:7)

Este investigador tem defendido insistentemente a nossa paisagem natural das grandes investidas de alguns empresários pouco sensibilizados a estas questões. Grande conhecedor dos percursos pedonais que nos levam aos encantadores recantos que a ilha possui, alguns encontram-se no interior da floresta e situam-se longe da vista de quem apenas a percorre de carro. Defende que estes passeios devem ser feitos de forma segura e orientada sem perturbar o equilíbrio.

Os Poios

No arquipélago da Madeira existem certas singularidades muito próprias que justificam uma estratégia de valorização e de preservação daquilo que lhe é original e que contribuiu em muito para a memória patrimonial do madeirense.

Neste Concelho é urgente desencadear um programa de intervenção e de classificação de um conjunto de poios (socialcos) que preenchem a nossa inigualável paisagem em que o esforço humano foi empregado na conquista da terra. É nosso dever cívico garantir a preservação e valorização para o presente e para o futuro.

A preservação dos poios madeirenses deverá assentar em critérios de qualidade e de autenticidade, pois foram construídos pelos colonizadores e seus descendentes e são hoje em dia uma imagem de marca, atractivo turístico, que ao longo destes cinco séculos sustentaram o cultivo da cana-de-açúcar, da vinha e das bananeiras.

A Laurissilva

Esta floresta foi recentemente (1999) classificada pela Unesco como Património Natural Mundial. A mais antiga, quando a distinção se justifica justamente por a Laurissilva ser uma verdadeira floresta- relíquia. Data da Era Terciária, altura em que também cobria vastas extensões do Sul da Europa e do Norte de África. A Laurissilva cobria integralmente a ilha aquando da chegada dos primeiros colonos, mas em pouco mais de cinco séculos foi quase integralmente sacrificada na vertente sul da ilha, que se

veio a consagrar como a mais povoada. Na costa norte, no entanto, subsistem 15 mil hectares de floresta, que constituem a maior mancha actual desta floresta e a melhor conservada do planeta. A Laurissilva é uma floresta subtropical húmida composta por higrófilas (plantas que só se desenvolvem em locais húmidos) e dominada por árvores de grande porte.

As **Rabaças** ficam situadas na Laurissilva vertente sul, um dos poucos locais a sul da ilha onde existem vestígios da floresta Laurissilva primitiva.

Neste local de difícil acesso podemos observar espécies características da laurissilva tais como: o loureiro (*Laurus azorica*); o vinhático (*Persa indica*); o til (*Ocotea foentens*); o folhado (*Clethra arborea*) e o massaroco (*Echium nervosum*), mas a planta que caracteriza esta zona é a rabaça, Umbelífena com folhas penatissctas (*apium nodiflorum*) frequente nas águas correntes e estagnadas, planta herbácea e indígena semelhante à salsa, as suas folhas podem ser comidas em salada.

A floresta Laurissilva foi recentemente considerada pela Unesco Património Natural Mundial, uma das mais raras do nosso planeta, a mais antiga quando a distinção se justifica por esta ser uma verdadeira floresta relíquia e que remonta ao Período Terciário da Terra, tendo sobrevivido apenas na área biogeográfica da Macaronésia, ou seja na Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde.

Nessa altura em que também cobria vastas extensões do Sul da Europa e do Norte de África. A Laurissilva cobria integralmente a ilha aquando da chegada dos primeiros colonos, mas em pouco mais de cinco séculos foi quase integralmente sacrificada na vertente sul da ilha, que se veio a consagrar como a mais povoada. Na costa norte, no entanto, subsistem 15 mil hectares de floresta, que constituem a maior mancha actual desta floresta e a melhor conservada do planeta. A Laurissilva é uma floresta subtropical húmida composta por hidrófilas (plantas que só se desenvolvem em locais húmidos) e dominada por árvores de grande porte.

Algumas características das árvores da Floresta que lhe deram o nome de Ilha da Madeira:

"Árvores nascem nesta ilha da Madeira de muitas sortes e diferenciadas das nossas (...).

***Cedro** que é um pau meio cheiroso. E há árvores dele tão grossos que vi tábuas de sete palmos em largo. (...) Destas tábuas fazem caixas e mesas e cadeiras etc.*

Til é um pau que cheira propriamente como lixo de homem e é tão gordo que fazem tábuas de cinco palmos em largo. E das tábuas deste pau fazem caixas de açúcar (...).

Pau branco que é muito duro de que fazem os eixos e parafusos para os engenhos de açúcar (...).

Vinhático pau que nasce na ilha da Madeira tão grosso que fazem tábua de quatro palmos em largo (...).

Aderno é um pau muito forte e rijo e bom para virotos dele tão gordo que fazem tábuas de três palmos de largo (...).

Barbusano é o melhor pau de todos, é de cor roxa e nunca apodrece em água nem vento nem sol e é tão pesado que quando cai em água vai ao fundo".

[Códice Valentim Fernandes, Lisboa, 1998, pp. 142-143.]

A **Rede Natura, 2000** é a peça fundamental da política de conservação da natureza e manutenção da biodiversidade da União Europeia (EU). Com A implementação desta rede pretende-se inverter a tendência de degradação ou eliminar as ameaças que pesam sobre certos tipos de “habitats” naturais e de espécies principalmente aquelas que são de interesse prioritário para a manutenção da biodiversidade no espaço comunitário. Estes objectivos foram reafirmados no Conselho Europeu de Gutemburgo. Este aspecto foi reforçado a nível mundial, na conferência de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável (zona especiais de conservação = ZEC).

No sítio dos Moledos Concelho da Ponta do Sol, encontra-se uma espécie florística integrada nesta Rede, uma espécie de ensaião *Airchyson dumosum* que se julga existir unicamente neste espaço. Além deste endemismo este sítio é também muito habitado por aves (avifauna).

A EU apresentou ao Conselho da Europa em 2001, estratégias que integram políticas de desenvolvimento sustentável a nível económico, social e ecológico. A inclusão da dimensão ambiental pode ser considerada um compromisso político. O crescimento e o desenvolvimento não deveriam por em perigo a degradação do ambiente e dos seus recursos. Para evitar desastres ambientais é necessário um grande empenhamento político que inclui compromissos difíceis entre interesses contraditórios. As alterações climáticas e a biodiversidade são muitas das vezes cavalos de batalha entre políticos e ONGs, atingindo por vezes conflitos inevitáveis se as estratégias fossem respeitadas.

O Património Faunístico

A preservação das cagarras, aves que habitam nas rochas na frente mar, a viuva negra ou alma negra, os calca mares, o pombo torcaz, a freira e outras que ali nidificam.

A lagoa do **Lugar de baixo** é um espaço natural único na região. As suas características particulares constituem um meio privilegiado às aves migratórias possibilitando o seu descanso e alimentação. Posto de observação das Aves pelos amigos de Associações Ornitológicas, que tem observado diversas espécies nomeadamente garças brancas, galinhas de água, patos trombeteiros.

Património Hídrico

As Levadas, Memória de água, fontes tanques e lavadouros públicos.

A água potável era abastecida em fontes e transportada em potes para as necessidades diárias.

Entre nós madeirenses desde o início da colonização havia água em abundância para todos, mas depois com a rápida ocupação, este precioso líquido tornou-se escasso nos períodos de Verão. As levadas são o exemplo mais que perfeito da capacidade empreendedora do madeirense, este foi capaz de esventrar a rocha basáltica para desviar o curso das ribeiras e das linhas de águas, na verdade o engenho e arte dos madeirenses foi grande.

*“Levadas são canais de irrigação cuja origem se deveu á necessidade de trazer grandes quantidades de água de Norte, onde abunda, para Sul da Madeira, de mais fácil habitação e onde se situaram desde sempre a maioria das plantações, nomeadamente de cana de açúcar. As levadas começaram a ser construídas no séc XVI, e as mais recentes datam da década de 1940, fornecendo água para centrais hidroeléctricas e também para fins de irrigação. Estes canais têm, na Madeira, uma extensão superior a 1.400 quilómetros e são susceptíveis de ser percorridos a pé, sendo uma forma muito procurada de visitar locais da ilha, de grande beleza paisagística”.*⁷³

⁷³Retirado de "<http://pt.wikipedia.org/wiki/Levada> [2005]

Os declives permitem um melhor aproveitamento desta força motriz. Por isso um curso de água era capaz de mover as pedras de um moinho, os eixos do um engenho e a engrenagem das serras de água. O segredo do progresso económico da Madeira no Século XV e XVI, está nesta harmonia de actividades.



F44



F45

É neste Concelho que no início do século XX se fazem os primeiros ensaios de iluminação pública na vila da Ponta do Sol. A orografia do terreno actuava a favor do aproveitamento das energias renováveis - a hidroeléctrica, a electricidade no Concelho surge muito insipidamente.

Hoje os turistas ecológicos descobriram a madeira e os seus recursos ambientais. São as levadas e a sua biodiversidade ao longo das nossas Florestas - o nosso *tesouro*.

Ecos + logos + ico = Ecológico

Ecossistemas vêm do grego *oikos* que quer dizer casa ou habitat, lugar para viver, *Logos* quer dizer estudo, o estudo dos organismos no seu meio ambiente natural, nos seus habitats. A ecologia ocupa-se do estudo da biologia de grupos e de organismos e suas relações com o meio ambiente, na terra, no ar, no solo, e na água. Ingredientes necessários dos nossos recursos naturais para o turismo ecológico, o turismo de natureza, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentado.

O projecto REIA-MAC insere-se no âmbito do programa de iniciativa Comunitária INTERREG IIIB e tem por objectivo a constituição de redes de Núcleos de Educação Ambiental da Região da Macaronésia. Tomando como exemplo o já existente percurso, “Conheça a Laurissilva do Til” na Zona do Ribeiro Frio, deveria ser implantado nesta localidade “Conheça as Rabaças” onde o percurso deveria ser devidamente sinalizado com placas informativas, com fichas de identificação das espécies de plantas e aves existentes ao longo deste o que permitiria ao caminhante Turista ou não, uma correcta identificação das espécies a observar *in loco*.

Este aproveitamento dos fundos Comunitários INTERREG IIIB Programas Comunitários, foram solicitados para algumas iniciativas que estão em embrião e contribuem para o desenvolvimento sustentável e melhor qualidade de vida. A preservação das levadas contribui para promover o pedestrianismo e o turismo ecológico assim como uma gestão territorial e ambiental mais eficiente:

- Receber e orientar os visitantes na descoberta dos valores naturais e patrimoniais da Floresta Laurissilva – Património Mundial Natural (UNESCO).
- Promover a prática do pedestrianismo em segurança.
- A importância da sinalética e dos guias de montanha

A necessidade de fazer um levantamento das necessidades de recuperação dos percursos pedestres no Concelho, possibilitará a criação de postos de trabalho e de equipas de projectos geradores de bens e serviços no domínio da educação para o desenvolvimento sustentável.

Identificar e valorizar divulgar e preservar os recursos existentes, do chamado potencial endógeno. Quando falamos de recursos rurais falamos de um amplo espectro de elementos, que inclui antigos, actuais e novos produtos agrícolas, a diversidade biológica e geológica, as paisagens com flora e fauna, miradouros, parques e reservas naturais, o património arqueológico e histórico, arquitectura civil, industrial e popular, solares, fabricas, moinhos, e casas rurais, tradições culturais, meios de transporte, trilhos

levadas, caminhos, ruas e vielas, feiras festas e romarias, música teatro e outras manifestações culturais. Porque não só de aspectos físicos se constrói a cultura de um povo. Existe um potencial contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas gírias, em outros diversos aspectos e manifestações transmitidas oral ou gestualmente, recriados colectivamente e modificados ao longo do tempo; é essa porção intangível da herança cultural dos pontassolenses que se chama património cultural imaterial que se pretende valorizar neste trabalho, poderá ser manifestada ao longo dos percursos.

Neste sentido as expectativas de revitalização sócio económica deste concelho passam por adoptar estratégias de promoção e valorização dos recursos ali existentes.

O Turismo tem vindo a ganhar crescente destaque nas políticas de desenvolvimento rural. O Turismo de Natureza procura “*espaços naturais protegidos*”⁷⁴ e praticam o **Pedestrianismo**, desporto dos que andam a pé, sendo uma variante do Montanhismo. Este tipo de Turismo prefere actividades de vida ao ar livre, e de pleno contacto com o meio natural, com a preservação *in situ*.



F46



F47

Procuram recantos onde a flora endémica só se pode alcançar e observar depois de percorrer alguns quilómetros a pé por veredas, levadas ou trilhos. Geralmente são especialistas conhecedores dos problemas relacionados com desenvolvimento e

⁷⁴ De acordo com Dec lei nº21/93, de 29 de Junho em vigor a 21.03.1994 adopta zonas protegidas de acordo com Convenção sobre a Diversidade Biológica: um dos mais recentes instrumentos jurídicos sobre direito internacional no âmbito do Ambiente e desenvolvimento.

crescimento, sensíveis as questões ambientais e empenhados na preservação da natureza.

É de notar a procura e a escolha do rural pelo urbano como local de descanso, por vezes relacionado com preocupações de qualidade do ar, descanso e de segurança, algumas marcadas por iniludíveis sentimentos de nostalgia.

Nos últimos tempos tem se verificado que o espaço rural ganhou um crescente valor simbólico, valorizou-se o quotidiano no campo, o contacto com a natureza, as caminhadas a pé e as culturas tradicionais. Verificamos uma revalorização social do rural e do local. Este concelho⁷⁵ tem estas ofertas para este tipo de procuras. Está lá tudo, apenas precisa ser conservado, organizado e divulgado enriquecendo os percursos com os recursos ali dispersos, vestígios do património tangível e intangível daquela localidade.

Neste encaminhamento é preciso conhecer os critérios para a classificação de bens naturais⁷⁶ adoptados pela Unesco, no sentido de proteger e recuperar paisagens, *habitats* e sistemas naturais evitando a transformação e a perda da nossa biodiversidade e da nossa geodiversidade.

(i) Serem exemplos eminentemente representativos dos grandes estádios da história da terra, incluindo o testemunho da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado.

(ii) Serem exemplos eminentemente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e no desenvolvimento de ecossistemas e de comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos.

(iii) Representarem fenómenos naturais ou áreas de uma beleza natural e de uma importância estética excepcional.

(iv) Conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles onde sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

(UNESCO, 1972)

⁷⁵ [Carta militar proveniente do Instituto Geográfico do Exército] In “Madeira a Descoberta ilha de carro e a pé”

⁷⁶ “Bens Portugueses inscritos na lista do Património Mundial” Arquivo capturado em [30.07.2003]

<http://home.fa.utl.pt>

Carta militar n°1



Fonte: QUINTAL, Raimundo. In “A DESCOBERTA DA ILHA DE CARRO OU A PÉ”

As Levadas são a nossa maior riqueza natural e correspondem na íntegra a todos os requisitos acima descritos. Precisam é de recuperação e beneficiação de alguns percursos existentes no Concelho obedecendo às sinalizações e recomendações da “*ERA – European Ramblers Association*” e na produção de uma brochura que contenha informações sobre os vários percursos das Serras do Concelho.

Levada das Rabaças

- A levada que surge a partir da galeria da captação das Rabaças cruza os penhascos da cabeceira da ribeira da Ponta do Sol, permitindo entrar em contacto com a área da floresta Laurissilva, isolada pelo relevo acentuado. Esta levada apesar de possuir nos locais mais perigosos um

varadim de protecção, é totalmente desaconselhada a quem não se sinta a vontade com as alturas. A sua continuação em túnel faz chegar a água à câmara de carga da central da Serra d`Água.

Levada do Moinho

- Iniciando o percurso junto à igreja do Santo Espírito (lombada), traça troços difíceis ao longo da encosta esquerda da ribeira, possibilita o contacto com um grande conjunto de espécies vegetais indígenas raras; os *marmulanos* e os *barbusanos*, *pau branco* e outras características da Laurissilva, terminando com uma bela cascata.

Levada Nova

- Situa-se logo acima da levada do moinho a 400 metros de altitude, esta proporciona uma caminhada sem obstáculos, onde se pode então observar além da vegetação indígena a fauna, o *francelho*, *tentilhão*, *bibis* e o *pombo torcaz*.

Levada dos Canhas

- Inicia-se na Central hidroeléctrica da Calheta, percorre a parte oeste do Concelho da Ponta do Sol a uma altitude de 650 metros sobre a ribeira da Madalena. Esta na freguesia dos Canhas, atravessando os terrenos cultivados desta freguesia fazendo alternar – los com as zonas habitadas, e zonas de floresta, a verdadeira ruralidade do Concelho

Levada da Bica da Cana

- Situa-se no Paúl da Serra, de percurso fácil mas extenso, com uma paisagem diferente caracterizada pelas urzes e afloramentos rochosos basálticos.

Descrição de um percurso... um testemunho de um amante da natureza.

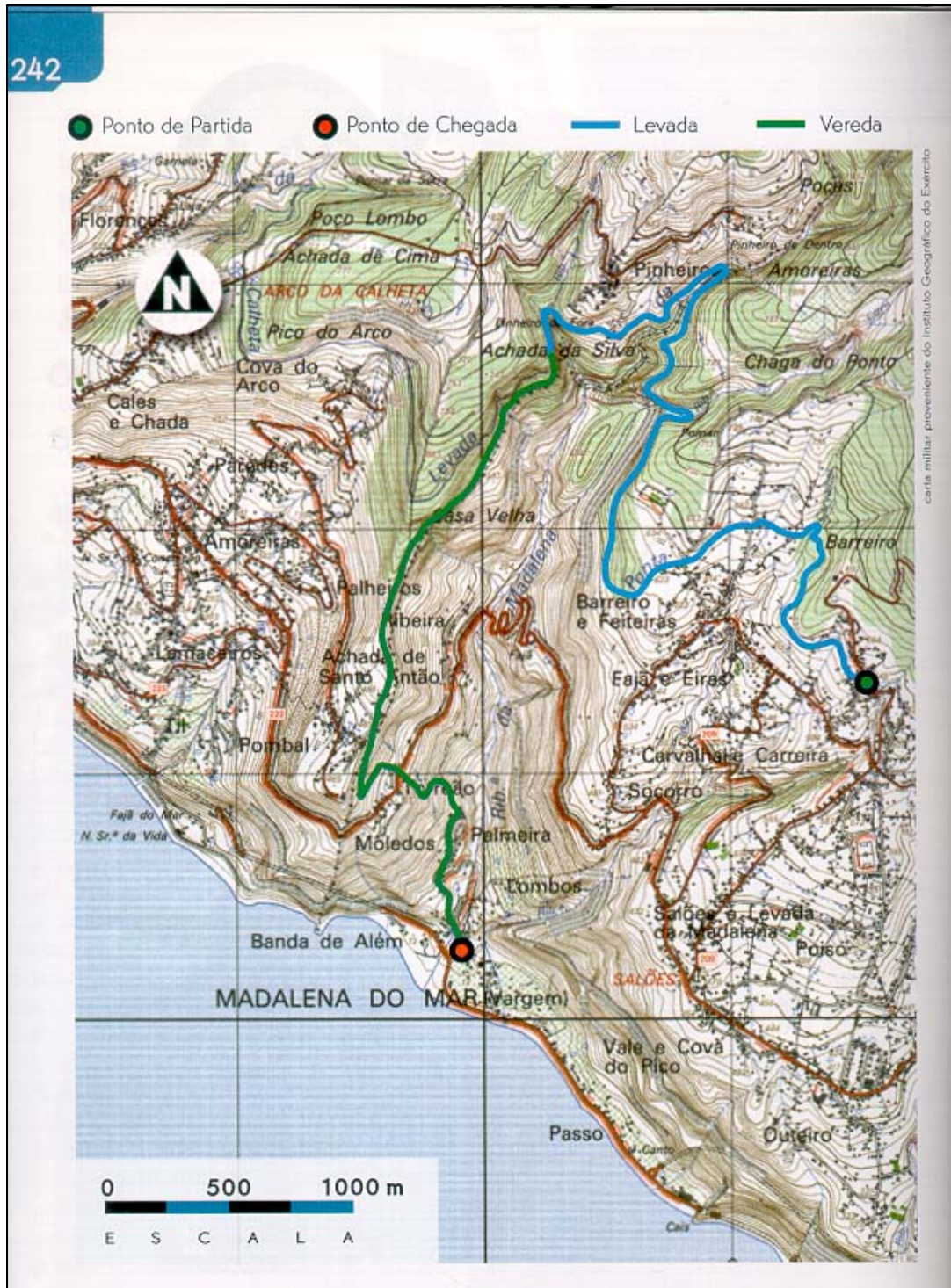
Junto ao Solar e à capela estão umas escadas que conduzem o caminhante, amante da natureza e dos passeios a pé a percorrer uma das polémicas levadas, o percurso até à ribeira onde a levada se abastece; dura cerca de quatro horas ida e volta, ainda se podem observar alguns poios cultivados com couves, *semilhas*, batatas, outros abandonados ao cultivo agrícola dão lugar às silvas e as azedas amarelas que encontramos nas margens da levada e nas rochas por onde bravos homens outrora sem meios tecnológicos a rasgaram para poderem trazer a água e os cereais ao seu Moinho, Hoje desactivado mas intacto, o seu moinho.

Um grande abismo separa a Lombada dos Esmeraldos do Lombo das Terças com os seus palheiros velhos aqui e ali agora desabitados, outrora casa de colmo onde se abrigavam os colonos, aqueles que trabalhavam a terra...

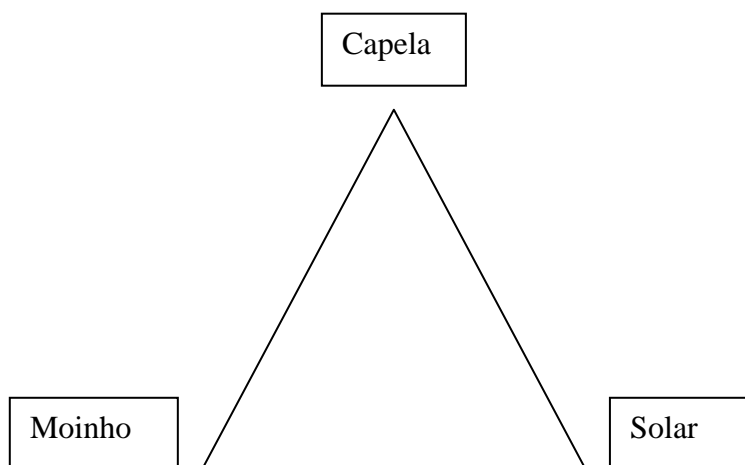
A vereda ou caminho onde se anda é de terra batida, as águas de nascentes que brotam da rocha dão origem a um piso lamacento e escorregadio que exige alguma cautela aos caminhantes mais distraídos.

A nova museologia está intimamente ligada à vida das populações locais e solicita às comunidades um compromisso dinâmico que contribua na tarefa de salvaguarda e promoção da sua cultura tradicional, bem como na preservação do património social e ambiental, resumindo trata-se em recuperar a memória colectiva das comunidades, contribuindo para a educação, o desenvolvimento e a revalorização do património cultural. A ecomuseologia está comprometida com o património cultural com o desenvolvimento social e tem como principal objectivo fazer com que as populações se identifiquem com o seu meio natural e humano, com grandes preocupações na formação ecológica. São as populações desta localidade quem conhecem bem estes trilhos e nos benefícios de os preservar.

Carta militar n.º 2



3.3 Proposta de gestão patrimonial e desenvolvimento local



Este conjunto seria o Centro Histórico da Lombada dos Esmeraldos, Concelho da Ponta do Sol.

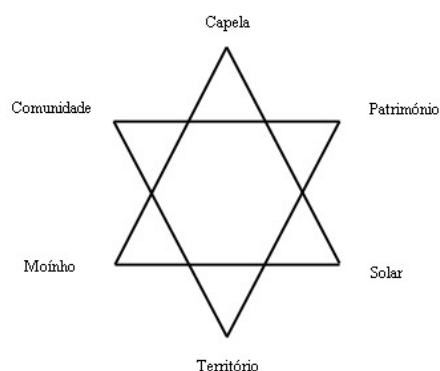
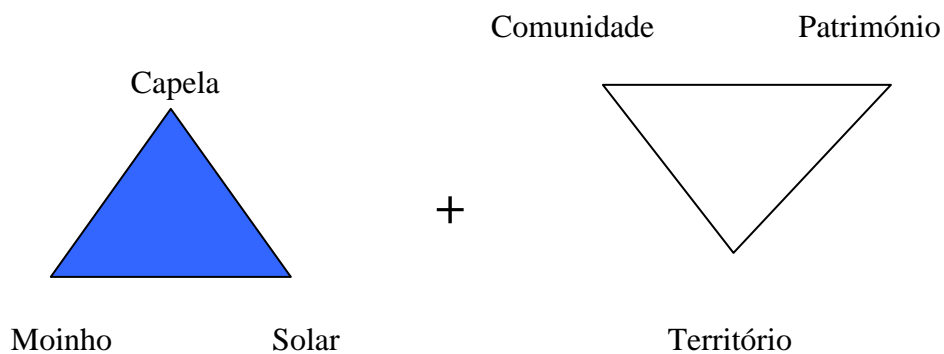
Várias medidas serão necessárias providenciar para este conjunto, neste espaço físico - geográfico ser preservado, tomando em conta as recomendações da Carta de Nairobi (Unesco, 1976).

A partir do momento que for classificado como Centro Histórico, ou conjunto, neste local há necessidade de implementar várias medidas e determinadas regras:

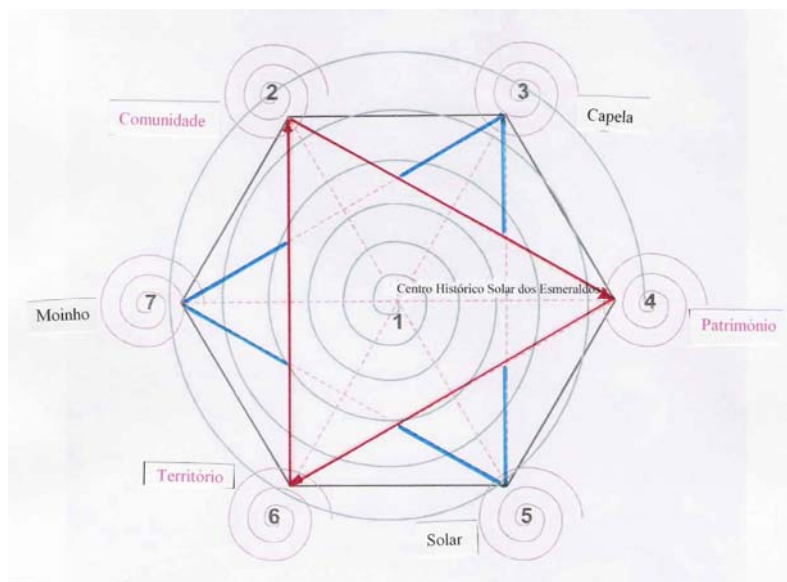
- Restringir a circulação de veículos na área protegida, percorrendo-se a pé os circuitos e os núcleos museológicos formados ou criados.
- O acesso de veículos terminaria numa zona de recepção com estacionamento.
- A introdução geral às temáticas operar-se-ia através de elementos cénicos a integrar no espaço ao longo dos percursos tornando-se num centro interpretativo.

Estariam aí propostas aos visitantes as áreas a visitar “in situ” assim como a área envolvente mais alargada, divulgando os seus principais motivos de interesse cultural e turístico.

Esta introdução seria objecto de desenvolvimento dentro dos próprios núcleos museológicos.



Representação gráfica de referências patrimoniais que compõe a proposta de Gestão Patrimonial e Desenvolvimento Local para os próximos anos.⁷⁷



3 Ligação aos testemunhos relacionados com manifestações religiosas

5 Ligação aos vestígios da Arquitectura Popular e Urbana e ao Património Histórico.

7 Relação com o Património Industrial e Natural (percursos a pé e sua envolvente).

⁷⁷ Fonte: Esta representação gráfica foi baseada na proposta apresentada por Odalice Prioste em Seminário no curso de museologia, 2003, ULHT.

Conclusão

Optamos por fazer algumas considerações finais em virtude de nada estar acabado, concluído, está tudo em aberto, *o caminho se faz caminhando*.

À luz das novas concepções museológicas tudo está por fazer, nesta localidade e foi o que nos alertou Hugues de Varine no Encontro Transfronteiriço de Museologia em 2002, quando nos fez repensar no museu como organismo dinâmico que dá corpo à vivência das populações elementos estruturais do desenvolvimento local, pressupõe uma multidisciplinaridade de criações, de forma a serem o reflexo de toda a comunidade cultural, evitando conceitos impostos do exterior. Aproveitamos os avisos deste *paladino da museologia e incansável propugnador do desenvolvimento local*, para desejar que todo o Concelho da Ponta do Sol num futuro muito próximo “*encontre uma musealização efectiva, num plano integrado e subsidiário, cujo epicentro se afirmará como primus inter pares. Na esteira das melhores asserções da ecomuseologia, tal plano pressupõe a observância dos valores intrínsecos a cada micro-comunidade, valorizando os espaços naturais, as manifestações etnográficas, o legado patrimonial e histórico, em dialéctica participada e interactiva de harmonia com as diversas instituições e agentes económicos acreditados*”.⁷⁸

Neste contexto a criação dos núcleos museológicos anteriormente sugeridos conduzem a uma positiva carga anímica a este Concelho contribuindo para o desenvolvimento económico, cultural e turístico da zona oeste da ilha da Madeira. Tendo presente preocupações de sustentabilidade foi nosso propósito com este trabalho: valorizar um espaço e criar ofertas de acontecimentos e actividades culturais; consolidar um caminho principiado de enraizamento da preservação do património histórico e cultural com a comunidade educativa; promover iniciativas diversificadas de promoção do acesso equitativo da população aos bens culturais, utilizando as tecnologias da informação e comunicação.

A Dinâmica que está intrínseca é de que a cultura em sentido lato assenta em pilares, *em pedras*, e não se resume a um conjunto de serviços e actividades, mas sim um modo de como as gentes vivem os seus quotidianos, *um modus vivendi* com os seus valores intrínsecos. A cultura representa *per si* um valor indicativo da qualidade de vida das pessoas, das gentes proporcionando um maior alargamento de horizontes. Ela diz

⁷⁸ In opúsculo sobre o Encontro Transfronteiriço de Museologia, Maio 2002

respeito a relações memórias partilhadas, ideias herdadas, experiências vividas, conhecimentos, crenças e dimensões imateriais.

Actualmente a museologia incide na interdisciplinaridade com uma forte componente na ecologia, esta simbiose entre a natureza mãe e o homem é entendida como uma preocupação ecológica, ambiental. Neste contexto ganha relevância a nossa proposta um **ecomuseu** concebido e desenvolvido com a colaboração activa e participativa das populações.

O ecomuseu baseia-se nos pressupostos de que um museu não é apenas património cultural (material e imaterial) mas também desenvolvimento social. O seu principal objectivo é fazer com que a comunidade local se identifique com o seu meio natural e humano, sempre com a preocupação de preservação, conservação e formação.

A nova museologia está preocupada com a qualidade de vida dos cidadãos e solicita às comunidades que recuperem a memória colectiva, que se preocupem com a conservação e promoção da sua cultura tradicional, bem como a preservação do seu património social e ambiental, tangível e intangível.

Concluindo esta proposta de ecomuseu contribui para a educação mais informal e aberta a todos os membros da sociedade, tornando-os mais sensíveis ao conhecimento revalorização e divulgação do meio envolvente, esta cultura não se refere apenas aos bens materiais, mas também os imateriais, como as tradições, usos e costumes, ritos etc. Todos nós somos fruto de muitos valores, crenças e tradições que num determinado tempo acontecem e posteriormente se vão transformando, neste sentido dificilmente o termo identidade permanece **genuíno**, os vários contactos com outros povos, a interculturalidade dão origem a *identidades* em detrimento de *identidade*. O mesmo acontece com o conceito vivo e dinâmico de cultura. Cultura é sem dúvida alguma, tudo aquilo que recebemos e herdamos e recriamos na nossa sociedade. Cultura material é aquilo que o homem cria, realiza, concebe, constrói e utiliza de maneira a retirar do meio envolvente tudo o que necessita, para a sua sobrevivência e bem estar.

Desde tempos imemoriais que o homem tem uma profunda ligação com os utensílios, e os objectos que cria e recria para satisfazer as suas necessidades. Vivemos rodeados de **testemunhos**, e inevitavelmente rodeados de História e de muitas “histórias”. Os “**patrimónios**” vencem barreiras temporais e espaciais. Vencem o tempo e a idade, porque perduram no tempo, convivem com várias gerações, passam para além da sua época e por vezes viajam, saem do seu lugar de origem, ultrapassam fronteiras.

Bibliografia e Acervo documental

Bibliografia Citada:

1º Capítulo

- ALARCÃO, Adília. “O património museológico e as tutelas”, In: Vértice, nº 154, Lisboa, 1993
- ALARCÃO, Adília. “Conservação do Património Cultural” 1993
- AMARAL, Rosa. “Um balanço sobre o estado do Património Viagem aos últimos 20 anos” www.patrimonio.pt 2003
- BARBOSA, Pedro Gomes. “Preservação e Memória”, In: O Património Local e Regional, subsídios para um trabalho transdisciplinar. Ministério da Educação, Lisboa, 1998,
- BELLAIGUE, Matilde. “O desafio museológico” 1992 In: *A Construção do Pensamento Museológico Contemporâneo*. Selecção de textos, disponível em www.urbanismo-portugal.com/museologia/judite/html [30-03-2004]
- BRIGOLA, João Carlos. “Investigar em Museologia” In: Boletim trimestral n.º 12 da Rede Portuguesa de Museus, 2004, p. 7-10
- BRUNO, Cristina. “Museologia e Comunicação: as perspectivas dos enquadramentos da memória”, In Seminário ULHT, 2001
- BRUNO, Cristina. “A Museologia como uma pedagogia para o património” 1997
- BRUNO, Cristina. “Museologia: Algumas idéias para a sua organização disciplinar” In: Cadernos de Sociomuseologia nº 9 ULHT Lisboa, 1996
- Canclini, Nestor Garcia. “O Património Cultural e a Construção imaginada do Nacional”, In Revista do Património Artístico Nacional, s/d
- CANCLINI, Nestor Garcia. “Culturas Híbridas”, São Paulo: EDUSP, 1998
- CARVALHO, Maria João Vilhena de. “Normas de Inventário. Artes Plásticas e Decorativas. Escultura”. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004, p.13.
- CHAGAS, Mário Souza. “Novos rumos da Museologia” Cadernos de sociomuseologia nº 2 ULHT, Lisboa, 1994
- CHAGAS, Mário Souza. “Memória e Poder: dois movimentos”. In: Cadernos de Sociomuseologia nº19, ULHT Lisboa, 2002, p 35-67
- CHAGAS, Mário Souza. “Identidade nos museus identidade dos museus” Seminário de estudos aprofundados de museologia, ULHT, Lisboa 2002, p. 11
- FARIA, Margarida Lima. “A Função Social dos Museus” *A Cultura em Acção: Impactos Sociais e Território*, Porto, 2001 Selecção de textos, disponível em www.rpmuseus-pt.org/Pt/cont/MargaridaFaria.html [01-04-2003]

- GREIG, Robert. "OUTDOOR MUSEUMS" In: MUSEUM Paris, 1983, p.225
- HUBERT, François. "Les écomusée en France .
- HUYSSSEN, Andreas. "Escapando da Amnésia" In: Revista do Património Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1994, nº23 p. 34-57 (fotocópia)
- LOPES, Cesar. Póvoas, Liliana. "Construir uma Memória da Terra para o futuro" In: XV Jornada sobre a Função Social do museu . IX Atelier Internacional do minom [Seleção de Textos] Santiago do Cacém 2003
- MAYRAND, Pierre. "Diversidad, Cultural" Declaracion Universal da Unesco sobre Diversidad Cultural. Seminario Universidade Lusófona 2003
- MESTRE, Victor. "Arquitectura Popular no Arquipélago da Madeira, Património Atlântico – Bases para a sua reabilitação enquanto património cultural" , In Ilenha 1998. p. 89-112
- MESTRE, Victor. "Arquitectura Popular da Madeira". Lisboa, Argumentum, 2002
- MENSCH, Peter van. "O objecto de estudo da museologia" Rio de Janeiro: Uni Rio / UFG, 1994
- MOREIRA, Conceição. "Parques Naturais e Património. Os Ecomuseus como Instrumentos de Desenvolvimento Cultural". In XV Jornadas sobre a Função Social do Museu IX Atelier Inter. do MINOM [Seleção de Textos] Santiago do Cacém 2003
- MOREIRA, Fernando João, "Museologia e Desenvolvimento" Lisboa. 2002
- MOREIRA, Fernando João, "O Processo de Criação de um Museu Local". Lisboa. 1999
- MOREIRA, Fernando João. "Museologia e Desenvolvimento" In XV Jornadas sobre a Função Social do Museu IX Atelier Internacional do MINOM [Seleção de Textos] Santiago do Cacém 2003
- MOUTINHO, Mário. "Museus e Sociedade". Monte Redondo – Portugal Museu Etnológico, 1989. Coleção Cadernos do Património 5
- NABAIS, António. "Os ecomuseus em Portugal". In: Museum, Paris, 1985, nº148p. 211
- NORA, Pierre. "Entre memória e História a problemática dos lugares" 1994, fotocopia.
- PER-UNO-AGREN "Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus" In: Actas Fórum do Internacional Rede de Museus, Ministério da Cultura. Instituto Português de Museus, Lisboa, 2002
- PRIMO, Judite Santos. "A importância dos museus locais". Lisboa, disponível em www.urbanismo-portugal.com/museologia/judite/.html [30-04-2003]
- PRIMO, Judite Santos. "Museologia e Património documentos fundamentais", Cadernos de Sociomuseologia, n.º 15, ULHT, Lisboa, 1999.

RIVIÉRE, Georges Henri . “Définition évolutive de L’ecomusée” In: Museum n.º 148, 1985, p. 202

RUSSIO, Waldissa C. G. Conceito de Cultura e a sua interrelação com o património Cultural e preservação. In: Cadernos Museológicos n.º3 Rio de Janeiro IBPC. p.7-12

SANTOS, Maria Célia Moura. “Reflexões Museológicas: Caminhos de vida” Cadernos de Sociomuseologia n.º 18 ULHT, Lisboa, 2002

SCHEINER, Teresa Cristina. ”As bases ontológicas do museu e da Museologia” 1999 In: *A Construção do Pensamento Museológico Contemporâneo*. Selecção de textos, disponível em www.urbanismo-portugal.com/museologia/judite/.html [30-03-2004]

STRANSKY, Zbyneck. « La Museologie: Sience, ou seulement travail pratique du musée ? » . *Museological Working Papers*, Stockholm, n 1, 1980 (citado por Waldissa Russio e por Cristina Bruno em 1987)

VARINE BOAN, Hugues de. A nova museologia: ficção ou realidade. In: *Museologia Social*. Unidade editorial da Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 2000, p.21

VARINE BOAN, Hugues de. “Museologia e museografia do território”. In *Ecomuseu informação*, boletim trimestral do Ecomuseu do Seixal, nº 34,2005 pp 8-11

“Museus e o Património Intangível”- 21ª Conferencia Geral do ICOM 02-08-2004 – Seul / Coreia do Sul. In: Boletim Semestral da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM “Projecto raízes” – Actividade desenvolvida e iniciada no ano lectivo 2003 (por cinco anos) em algumas Escolas do Concelho da Ponta do Sol.

2º Capítulo

ARAGÃO, António. “A Madeira vista por Estrangeiros 1455-1700”, Funchal, DRAC, 1981.

ARAGÃO, António.” O Espírito do Lugar”, edição do Autor, Lisboa, 1972

CARITA, Rui. “História da Madeira (1420-1566), Povoamento e produção açúcareira”, vol 5, Funchal, DRAC, 1989.

MESTRE, Victor. “Arquitectura Popular da Madeira”. Lisboa, Argumentum, 2002, pp

QUINTAL, Raimundo. “MADEIRA a descoberta da ilha de carro e a pé”. Associação dos Amigos do Parque Ecológico, 1ª edição, Funchal, 2003, pp 300.

SILVA, António Ribeiro Marques da. ”Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense 17050-1900” , Editorial Caminho, Lisboa, 1994.

SIMARD, Cyril. “Economuséologie: coment rentabilizer une entreprise culturelle » Montréal, 1989, pp 170

SOUSA, João José Abreu de. “A História Rural da Madeira. A colónia”, Funchal, SRTC-DRAC, 1994

VIEIRA, Alberto. “Canaviais Açúcar e aguardente na Madeira século XV a XX, 1ª edição CEHA, Funchal, 2004.

Cartas Militares - Instituto geográfico do Exército In “Madeira a descoberta da ilha de carro e a pé” de Raimundo Quintal. Amigos do Parque ecológico, 2003.

Roteiro Turístico Concelho da Ponta do Sol – C.M.P.S.

3º Capítulo

CLODE, Luiz Peter. “Registo bio geneológico

FRUTUOSO, Gaspar. “Saudades da Terra” livro segundo, Ponta Delgada, 1998

PRIOSTE, Odalice. “

QUINTAL, Raimundo. “À Descoberta da ilha de carro e a pé”

SIMARD, Cyril. “Comment rentabiliser une entreprise culturelle” Montreal, 1989, pp170

www.wikipedia.org/levada [2005]

“ Saída oeste já está definida”, **In** DN [12-07-2002)

“Ponta do Sol vai ter museu”, **In** DN (08-01-2004

“DRAC apoia recuperação da Arquitectura tradicional”, **In** DN [13-03-2005]

Fotocópia “18 de Abril Dia Internacional dos Monumentos e Sítios” DRAC

Bibliografia Relacionada com o Património

AMARAL, Rosa. “Um balanço sobre o estado do Património Viagem aos últimos 20 anos” www.património.pt 2003

BARBOSA, Pedro G. “Preservação e Memória”, In: O Património Local e Regional, subsídios para um trabalho transdisciplinar. Ministério da Educação, Lisboa, 1998,

BLOCH, Marc. “Introdução à História”, publicações Europa América, 3ª edição, Sintra, 1976

CANCLINI, Nestor Garcia. “ Culturas Híbridas”, São Paulo: EDUSP, 1998

CANCLINI, Nestor Garcia. “A Globalização Imaginada” editora iluminuras, São Paulo 2003, pp. 225

CHOAY, Françoise, “A Alegoria do Património” , Editions du Seuil, Paris, 2000, pp245

GUILLAUME, Marc. “A Política do Património”, Campo das letyras, 2003, pp149

MESTRE, Victor. “Arquitectura Popular da Madeira”. Lisboa, Argumentum, 2002, p

Bibliografia de Referência

- ARAGÃO, António. “A Madeira vista por Estrangeiros 1455-1700”, Funchal, DRAC, 1981.
- CARITA, Rui. “História da Madeira (1420-1566), Povoamento e produção açúcareira”, vol 5, Funchal, DRAC, 1989.
- FRUTUOSO, Gaspar. “Saudades da Terra” Ponta Delgada, 1998
- MESTRE, Victor. “Arquitectura Popular da Madeira”. Lisboa, Argumentum, 2002, pp
- PEREIRA, Eduardo. “Ilhas de Zargo”, 2 vols, Funchal, 4-ª ed. 1985.
- PITA, Gabriel de Jesus, “A Freguesia dos Canhas – Um contributo para a sua História”, Edição da Junta de Freguesia dos Canhas, 2003, p p 259
- QUINTAL, Raimundo. “Ilha da Madeira; Esboço de Geografia Física”, Funchal, SRTC-DRAC, Funchal, 1985
- QUINTAL, Raimundo. “Madeira A descoberta da ilha de carro e a pé”, Associação dos amigos do parque ecológico, 1ª edição, Funchal, 2003. pp300.
- RIBEIRO, João Adriano. “Ponta do Sol – Subsídios para a História do Concelho” CMPS, 1993.
- SARDINHA, Vítor; CAMACHO Rui. “Rostos e Traços das Bandas Filarmónicas Madeirenses” Associação Musical e Cultural Xarabanda” DRAC, Funchal, 2001.
- SILVA, Fernando Augusto da; AZEVEDO DE MENEZES, Carlos. “Elucidário Madeirense” vol. 2, Funchal, DRAC, 1984
- SILVA, Fernando Augusto da. “A Lombada dos Esmeraldos na Ilha da Madeira” Funchal. Edição do autor, 1933.
- SILVA, António Ribeiro Marques da. ”Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense 17050-1900” , Editorial Caminho, Lisboa, 1994.
- SIMARD, Cyril. “Economuséologie: coment rentabilizer une entreprise culturelle » Montréal, 1989, pp170.
- SIMÕES, J. M. Santos. “Azulejaria nos Açores e na Madeira” Fundação Gulbekian, Lisboa, 1963, p 189.
- SOUSA, João José Abreu de. “A História Rural da Madeira. A colonia” , Funchal, SRTC-DRAC, 1994
- SOUSA, João José Abreu de. “Notas para a História da Madeira. Italianos na Ilha Beneco Amador”, In “Cidade Campo”, suplemento do Diário de Notícias, Funchal, 6 de Maio 1984, p 6.

VARINE-BOHAN, Hugues de. “L’ Initiative commuautaire, recherche et expérimentation”. Ed. W. (M.N.E.S.) 1991

VERÍSSIMO, Nelson. “O Cavaleiro de Santa Catarina, Sesmeiro da Madalena do Mar”

VIEIRA, Alberto. “Do Éden à Àrca de Noé – O Madeirense e o Quadro Natural”.

RAM, SRTC, Edição CEHA, 1999

VIEIRA, Alberto. ”Canaviais Açúcar e aguardente na Madeira século XV a XX, 1º edição CEHA, Funchal, 2004.

Artigos, Boletins, Textos fotocopiados, Revistas e Publicações

CAMACHO, Maria Clara. FILIPE, Maria da Graça. “Experiências museológicas de Seixal e Vila Franca de Xira: Breve estudo comparativo”. In Revista de Museologia, Fevereiro, Associação Espanhola de museólogos, 2000 p 101-115

CUSTÓDIO, Jorge. “Salvaguarda do Património – Antecedentes históricos”. In Dar Futuro ao Passado, Lisboa, 1993

FILIPE, Graça. “A importância do Ecomuseu do Seixal em parcerias Europeias no campo do Património Industrial” In Actas fórum internacional Redes de Museus, Ministério da cultura . Instituto Português de Museus. 2002 p.109

GALOPIM DE CARVALHO, A. M. – “Exomuseu de Geologia”. Comunicação ao Encontro Nacional de Ambiente, Turismo e Cultura, Lisboa/Sintra 1989

LOPES, César. Póvoas, Liliana. “Construir uma Memória da Terra para o futuro” In: XV Jornada sobre a Função Social do museu . IX Atelier Internacional do minom [Seleccção de Textos] Santiago do Cacém 2003

MESTRE, Victor. “Arquitectura Popular no Arquipélago da Madeira, Património Atlântico – Bases para a sua reabilitação enquanto património cultural” , In Islenha 1998. p. 89-112

MOREIRA, Conceição. “Parques Naturais e Património. Os Ecomuseus como Instrumentos de Desenvolvimento Cultural”. In XV Jornadas sobre a Função Social do Museu do MINON [Seleccção de Textos] Santiago do Cacém 2003

MOREIRA, Fernando João, “O Processo de Criação de um Museu Local”. Lisboa. 1999

NORA, Pierre. “Entre memória e história”. In: Os Lugares de Memória. Cópia mimeo.

PARREIRA, Rui. “Território, Ambiente e Intervenção Museológica: O Ponto de Vista de um Arqueólogo”. In XV Jornadas sobre a Função Social do Museu IX Atelier Internacional do MINOM [Seleccção de Textos] Santiago do Cacém 2003

RIBEIRO, Adriano. “Moinhos no Concelho da Ponta do Sol”, In Diário de Notícias, 10 de Junho de 1992.

SOALHEIRO, João “Inventário, que futuro?”. In **Inventário, que Futuro?**. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2000. p. 53.

TORRES, Cláudio. “Turismo, Camponeses e Património Construído” In XV Jornadas da Função Social do Museu do MINOM [Seleção de Textos] Santiago do Cacém 2003

VARINE-BOHAN, Hugues de. “A Respeito da Mesa - Redonda de Santiago” In XV Jornadas sobre a Função Social do Museu IX Atelier Internacional do MINOM [Seleção de Textos] Santiago do Cacém 2003

VARINE-BOHAN, Hugues de. “A Nova Museologia: Ficção ou realidade”. In Museologia Social. Porto Alegre, 2000 p.21

VARINE-BOHAN, Hugues de. “Património e Cidadania”. In Museologia Social. Porto Alegre, 2000 p.7

Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural - Arquivo capturado em [30.07.2003] <http://home.fa.utl.pt>

Bibliografia sobre Metodologia da Investigação

BELL, Judith. “Como realizar um projecto de investigação” Lisboa Gradiva, 2ª ed. 2002

CEIA, Carlos. “Normas para a apresentação de trabalhos científicos”,

ECO, Humberto. “ Como se faz uma tese em Ciências Humanas” Vila da Feira, editorial Presença, 3º ed. 1984

Sites Consultados

www.monumentos.pt

www.ceha.pt

www.nesos.net

www.cm-pontadosaol.pt

www.millarchive.org

www.gov-madeira.pt

www.madeira-rural.com

www.madinfo.pt

www.património.pt

www.urbanismo-portugal.com/museologia/judite/.html

www.rpmuseus-pt.org/Pt/cont/MargaridaFaria.html

www.museologia-mestrado.net

Índice Remissivo

- Acervo 105
Actividades museológicas 36
Açúcar 84, 90
Água 84,86,87,88,119
Ambiente natural 151
Arquitectura tradicional 152, 155
Autarquia 70, 127
Banicultura 103
Bem cultural 19, 21, 24, 26, 67
Biodiversidade 159, 161, 164
Bordado 101
Câmara Municipal da Ponta do Sol
Capelas 105, 107, 125, 135, 141, 142
Cidadania 35, 122
Cidadãos participativos 31
Cimeira da Terra 117
Coesão social 25
Colecções museológicas 31,
Colmo 152
Comunidade 8, 38, 39, 41, 52, 73, 125
Comunicação 25
Concelho Ponta do Sol 78, 80, 81, 107
Conservação 20, 122, 155
Cultura 21, 25, 26, 27, 28
Defesa do património 96
Desenvolvimento local 65, 67,120,
169,170
Desenvolvimento sustentável 115
Despatrimonialização 29
Discurso Expositivo 16
Documento 21, 26
Documentar 20
Ecomuseu
7,8,39,40,43,44,45,48,50,51,66,67,
68,74
Ecomuseologia 45, 70, 74
Ecodesenvolvimento 39
Educação 68
Endógena 65, 114
Evolução cultural 63
Espaço 19, 22, 65, 71, 90, 130, 151
Exomuseus 66
Fábricas 149
Folclore 105
Formação 155
Função social 53, 122
Geração 28
Interdisciplinar 32, 35, 109
Herança cultural 52, 122
Hídrico 160
Identidade 42, 65
Imóveis 151, 155
In situ 38, 39, 43, 44, 45, 46
Levadas 86, 87, 123
Lagar 150
Linho 100, 101
Lugares 29, 58, 62
Local 49, 110, 114, 123
Materiais 31, 132
Memórias 53
Memória Colectiva 44, 72, 102, 114,
Mentalidades 17, 35, 36,
Moinhos 62, 123, 125
Monumento 61
Multidisciplinar 37, 111, 127

Municipalização 66
Museologia 15, 16, 21, 24, 32, 33, 34,
42, 43, 165
Museal 16, 20, 21, 23
Museu 22,
Natureza 163, 164
Núcleo museológico 123
Objectos 154
Paisagem 103
Paúl da Serra 166
Património 28, 29, 64, 96, 153
Património Cultural 31, 34, 56, 59, 60,
62, 63, 151
Patrimoniologia 59
Patrimonializados 29
Participação activa 49, 122
Pedra 7
Pedestrianismo 162, 163
Poios ou socalcos 157
Políticas patrimonial 59,
População 68,
Preservação 72, 129, 147, 155
Protecção 152
Rabaças 165
Recurso educativo 42
Repatriomonalização 29
Ribeiras 123, 147
Rural 62, 127
Saber fazer 30, 154
Salvuarda 154
Sítio 46, 63
Social 41, 47, 53, 54, 63
Sociedade 37, 38
Solar 123,1 30
Sustentado 117, 118
Tangível 71
Testemunho 30, 134
Território 38, 57, 94, 96,
Tradição oral 77, 82
Tradições 45, 55
Turismo 57, 108,109,110
Universo museológico 66
Valor identitário 61
Vinho 85, 150, 151
Vitivinícola 150

Índice remissivo de Instituições

ARCHAIS 70

APOM

CMPS 127

CMF 69

CEHA 70

DRAC 69, 127, 155

DGEMN 127

EU 159

ICOM 10, 22, 23, 27, 32, 33, 34, 36, 38, 44, 58

ICOFOM 23

ICCROM 32

ICOMOS 32, 57,127

ILMA 150

IPPC 59

IPM

IPPAR 59

INTERREG IIIB 162

LEADER II 109

MFA 59

MINOM 38,44

ONGs 32, 35, 159

ONU 32

POTRAM III

RAM 72, 106

REIA – MAC 162

SPDPO 114

SRTC 127

ULHT

UNESCO 10, 32, 34, 35, 36, 51, 57, 58, 60, 61, 73, 162

ZEC 159

Abreviário

Instituições e Organizações

- ARCHAIS – Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira
- ACAPORAMA – Associação das Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira
- APOM – Associação Portuguesa de Museus
- CEHA – Centro de estudos de História do Atlântico
- CMPS – Câmara Municipal da Ponta do Sol
- DRAC - Direcção Regional dos Assuntos Culturais
- DGEMN – Direcção Geral de Edifícios e Monumentos
- IBTAM – Instituto do Bordado e Tapeçaria e Artesanato da Madeira
- ICOM – International Council of Museums
- ICCROM – Centro Int. de estudos de Conservação e Restauração de Bens Culturais
- ICOMOS – Conselho Int. de Monumentos e Sítios
- ICOFOM – Comité Int. para a Museologia
- INATEL – Instituto Nacional Aproveitamento Tempos Livres
- IPA – Instituto Português Arqueologia
- IPCR – Instituto Português de Conservação e Restauo
- IPPC – Instituto Português Património Cultural
- IPM – Instituto Português de Museus
- IPPAR – Instituto Português Património Arqueológico e Arquitectónico
- DGEMN – Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
- MINOM – Movimento Internacional de Novas Museologias
- MFA – Movimento das Forças Armadas
- ONGs – Organizações sem fins lucrativos
- RPM – Rede Portuguesa de Museus
- RAM – Região Autónoma da Madeira
- SRTC – Sec. Reg. de Turismo e Cultura
- UE – União Europeia
- UNESCO – Organização de Educação e Cultura das Nações Unidas
- ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- POC – Programa Operacional da Cultura
- QCA – Quadro Comunitário de Apoio

Índice de Tabelas, Quadros, Gráficos, Mapas e Ilustrações

Tabelas

Pag. 99 Tecedeiras

Pag. 106 I móveis classificados

Quadros

Pag. 52 Elementos que compõe um Ecomuseu

Pag. 115 Desenvolvimento Sustentável

Gráficos

Pag. 100 Gráfico nº1 Tecedeiras no Concelho em 1835-1837

Pag. 107 Gráfico nº2 Capelas nas três freguesias do Concelho na década de 90

Mapas

Pag. 165 Carta Militar nº1

Pag. 168 Carta Militar nº2

Ilustrações

Fotos

F1 83 - Panorâmica da Freguesia da Madalena do Mar

F2 83 - Panorâmica da Freguesia dos Canhas

F3 83 - Panorâmica da Freguesia da Ponta do Sol

F4 83 - Vila da Ponta do Sol e Cais

F5 97 - Posto de recolha de leite no Cº do Castanheiro – Monte, Lombo das Terças

F6 98 - Tear

F7 101 - mulheres a bordar toalha de mesa

F8 110 - Hotel do Alto de S. João Turismo Rural

F9 110 - Hotel Baía Sol

F10 110 - Quinta da Rochinha - Estalagem

F11 110 - Praia - Vila

F12 128 - Solar dos Esmeraldos

F13 134 - colete

- F14 134 - colete
- F15 136 - Insígnias do Espírito Santo
- F16 136 - Músicos e Saloias
- F17 137 - saloias pormenores
- F18 138 - saloias de frente
- F19 138 - Saloias de costas
- F20 139 - Queda de pétalas
- F21 139 - Altar com pétalas
- F22 140 - Recolha das Açucenas no Rochão
- F23 140 - Transporte das Açucenas
- F24 140 - Açucenas
- F25 140 - Açucenas
- F26 142 - Chegada ao Livramento
- F27 142 - Largada de foguetes no Livramento
- F28 143 - O avô e a neta a fazer tapetes
- F29 143 - A arte de fazer Tapetes em Flores
- F30 144 - vários padrões
- F31 144 - pormenores
- F32 144 - pormenores
- F33 144 - Tapetes
- F34 145 - Tapetes
- F35 145 - tapetes de flores
- F36 145 - tapetes
- F37 145 - tapetes
- F38 147 - Moinho abandonado
- F39 147 - roda hidráulica
- F40 149 - antigo engenho adaptado a armazém de Banana
- F41 149 - antiga fábrica de manteiga
- F42 151 - Lagar
- F43 152 - Casa rural com forno
- F44 161 - Véus de Água na Levada
- F45 161 - Levada
- F46 163 - Levada com caminhantes
- F47 163 - Levada nas Rabaças

Glossário

Alma negra - Ave que habita na Madeira

Borracheiro - Homem que na ilha da Madeira transporta mosto ou vinho em borrachos

Borracho - Recipiente constituído pela pele inteira da cabra, utilizado na ilha da Madeira para transportar mosto ou vinho.

Braguinha - Pequeno instrumento musical de cordas.

Brindeiro - Pequeno pão com que se brinda as crianças quando se amassa, sendo este costume mais usado no Natal.

Charola - Legumes e frutos arrumados em forma esférica, para serem transportados e vendidos nos arraiais.

Despicar, despique - Travar-se de razões.

Lomba, Lombada - Faixa de terra saliente de grandes dimensões, elevação de terreno entre dois vales ou ribeiras.

Levada – Sistema de irrigação com centenas de quilómetros de extensão constituído por canais alguns com centenas de anos, que transportam vários metros cúbicos de água por segundo das vertentes norte para os terrenos do sul da Ilha da Madeira. Normalmente ao lado da caixa onde corre a água existe uma esplanada que permite a passagem dos levadeiros e dos caminhantes.

Levadeiro - Homem que cuida das levadas e da distribuição das águas de regadio.

Rabaçal - Lugar, famoso pela sua paisagem deslumbrante com 25 fontes, onde brota água pura e cristalina.

Rabaças – Localidade pertencente à Laurissilva vertente sul, onde se faz uma grande captação de água.

Vilão - Campónio, habitante das freguesias rurais e de apresentação rústica.

Abreviaturas

Pg. - Página

Pop. - Popular

Anexos Documentais